

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Curso de Mestrado em Administração

Thaís Teles Firmino

**DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR? O EMPODERAMENTO COMO
PRÁTICA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL**

Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade

Ênfase: Inovação e Conhecimento

João Pessoa - PB

Fevereiro de 2018



THAÍS TELES FIRMINO

**DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR? O EMPODERAMENTO COMO
PRÁTICA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. André Gustavo Carvalho Machado

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F525d Firmino, Thais Teles.

Dar o peixe ou ensinar a pescar? O empoderamento como prática de inovação social em uma organização da sociedade civil / Thais Teles Firmino. - João Pessoa, 2018.

103 f. : il.

Orientação: André Gustavo Carvalho Machado.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Administração. 2. Inovação social - prática. 3. Empoderamento - inovação social. 4. Organização da sociedade civil (OSC). 5. Casa pequeno Davi - Roger/PB.
I. Machado, André Gustavo Carvalho. II. Título.

UFPB/BC

THAÍS TELES FIRMINO

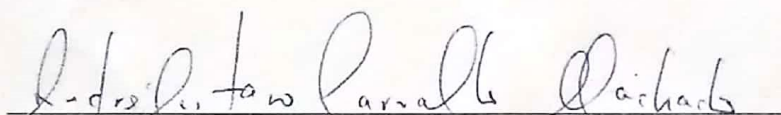
**DAR O PEIXE OU ENSINAR A PESCAR? O EMPODERAMENTO COMO
PRÁTICA DE INOVAÇÃO SOCIAL EM UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE
CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.

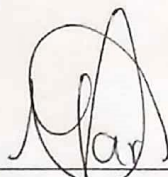
Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Dissertação Aprovada em: 07/02/2018

Banca examinadora:



Prof. Dr. André Gustavo Carvalho Machado (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof. Dr. Marcelo de Souza Bispo (Examinador Interno)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Prof. Dr. Carla Regina Pasa Gómez (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor orientador André Gustavo Carvalho Machado, por ser verdadeiramente orientador e me guiar para a execução do melhor trabalho que poderia ser feito, não medindo esforços para isto.

A todos os funcionários, voluntários, estagiários e educandos da organização pesquisada pelas respostas concedidas e por toda a presteza. A atenção e acolhimento de vocês foi muito importante para mim e para o sucesso deste trabalho!

Aos amigos e professores do PPGA-UFPB, por toda a experiência e conhecimento que pude adquirir, pelas parcerias na realização de trabalhos e suporte durante a longa caminhada que nos trouxe até aqui. Não poderia deixar de dar um agradecimento especial a Patrícia Mesquita, Nívea Marcela e Josiete Mendes pelas conversas e cafés que nos deram força e esperança de continuar seguindo nossos propósitos.

A todos os meus amigos, que acompanharam o processo de desenvolvimento deste trabalho, sempre buscando me motivar e estimulando meu foco para realização de algo realmente bem feito.

Por fim, à minha família, que continua a me incentivar na realização dos meus projetos pessoais e profissionais. Agradeço demais por todos os gestos de carinho, compreensão e apoio. Amo vocês!

“É importante que os estudantes tragam a seus estudos um espírito de molecagem, uma certa irreverência. Eles não estão aqui para cultuar o conhecido, mas para questioná-lo.”

Jacob Bronowski

RESUMO

Os estudos em inovação social têm apresentado forte tendência de crescimento desde 2003. Neste contexto, as pesquisas brasileiras ainda são incipientes, bem como não existe uma lógica dominante dentro do tema, demandando novos pontos de vista teóricos e clareza a respeito do desenvolvimento deste tipo de inovação. Neste sentido, desenvolvi as seguintes proposições: (1) a inovação social é uma prática com formas mais ou menos duráveis, intangíveis, situadas e contextuais; e (2) a etnometodologia garfinkeliana é adequada à investigação empírica. Diante disso, defini como objetivo geral analisar o empoderamento como prática de inovação social em uma organização da sociedade civil (OSC) com enfoque no papel dos atores organizacionais que constituem a rede de inovação, isto é, os parceiros que contribuem para o desenvolvimento da IS identificada. Assim sendo, pesquisei a Casa Pequeno Davi localizada no bairro do Roger e selecionei como exemplo de prática de inovação social o empoderamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Para tanto, lancei mão de entrevistas com funcionários da OSC, alunos, ex-alunos e familiares, observações participantes, fotos, vídeos e documentos, baseando-me nos direcionamentos etnometodológicos. Neste contexto, foi expressivo descobrir que além do desenvolvimento do poder pessoal, os alunos matriculados nas atividades da OSC se tornavam multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, contribuindo para o crescimento das pessoas com quem convivem. Assim sendo, a prática de empoderamento se modifica ao longo do tempo a partir das próprias ações das crianças e adolescentes, acompanhando seu processo de desenvolvimento pessoal, como também a partir do mapeamento de necessidades das comunidades e planejamento das atividades que a OSC realiza. Ademais, esta dissertação contribui de diversas maneiras diferentes, em especial no que se refere ao delineamento de uma concepção teórica integrativa e à investigação de como a prática se desenvolve e legitima em um dado contexto, evidenciando seus gatilhos e meios de materialização.

Palavras-chave: inovação social; prática; empoderamento.

ABSTRACT

Studies on social innovation have shown a strong growth trend since 2003. In this context, Brazilian research is still incipient, as there is no dominant logic within the theme, demanding new theoretical points of view and clarity regarding the development of this type of innovation. In this sense, I have developed the following propositions: (1) social innovation is a practice with more or less durable, intangible, situational and contextual forms; and (2) Garfinkel's ethnomethodology is adequate for empirical research. In view of this, I defined as a general objective to analyze empowerment as a practice of social innovation in a civil society organization (CSO) focusing on the role of the organizational actors that constitute the innovation network, that is, the partners that contribute to the development of IS identified. Therefore, I researched Casa Pequeno Davi located in the neighborhood of Roger and selected as an example of social innovation practice the empowerment of children and adolescents in situations of social vulnerability. To that end, I made use of interviews with CSO employees, students, alumni and family members, participant observations, photos, videos and documents, based on ethnomethodological directions. In this context, it was significant to discover that besides the development of personal power, the students enrolled in the activities of the CSO became multipliers of the acquired knowledge, contributing to the growth of the people with whom they coexist. Thus, the practice of empowerment changes over time from the very actions of children and adolescents, accompanying their personal development process, as well as from the mapping of community needs and planning activities that the CSO performs. In addition, this dissertation contributes in several different ways, especially in what concerns the delineation of an integrative theoretical conception and the investigation of how the practice develops and legitimates in a given context, evidencing its triggers and means of materialization.

Keywords: social innovation; practice; empowerment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos Diversos de Inovação Social.....	22
Quadro 2 – Definições Constitutivas e Operacionais da Pesquisa.....	42
Quadro 3 – Análise e Interpretação de Dados Etnometodológicos.....	47
Quadro 4 – Vínculos entre Desdobramentos Metodológicos e Pressupostos Teóricos.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Inovação Social em um <i>continuum</i>	26
Figura 2 – Articulação entre Abordagens Teóricas e Objetivos da Pesquisa.....	34
Figura 3 – Estrutura da Pesquisa.....	37
Figura 4 – Percurso da Revisão Integrativa de Literatura.....	44
Figura 5 – Sistematização da Prática de Inovação Social.....	68
Figura 6 – Empoderamento como Inovação Social.....	69
Figura 7 – Participação dos Atores Organizacionais.....	70

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – A Casa Pequeno Davi.....	39
Foto 2 – Auxílio no Evento da OSC: Dia da Família.....	40
Foto 3 – Lixão do Roger.....	51
Foto 4 – Comunidade do “S”.....	52
Foto 5 – Condições de Vida nas Comunidades.....	53
Foto 6 – Apresentação de Dança no Aniversário da OSC.....	56
Foto 7 – Oficina de Percussão.....	57
Foto 8 – Posse do Conselho Consultivo de Crianças e Adolescentes de João Pessoa.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 INOVAÇÃO SOCIAL (IS)	21
2.2 INOVAÇÃO SOCIAL COMO PRÁTICA.....	28
2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE ABORDAGENS TEÓRICAS E OBJETIVOS DA PESQUISA	34
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
3.1 TRAJETÓRIA DE SELEÇÃO DO CASO E DOS SUJEITOS	38
3.2 DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS DA PESQUISA.....	41
3.3 PROCESSO DE COLETA DE DADOS	43
3.3.1 INVESTIGAÇÃO DO ESTADO DA ARTE	43
3.3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	45
3.4 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS	47
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	50
4.1 A PRÁTICA DE IS EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL	50
4.2 PARTICIPAÇÃO DOS ATORES ORGANIZACIONAIS NO PROCESSO DE IS	70
4.2.1 A OSC E AS ESCOLAS DO ROGER	71
4.2.2 OS EDUCANDOS	75
4.2.3 FINANCIADORES: FUNDAÇÃO SAN ZENO, ITAÚ SOCIAL E UNESCO	77
4.2.4 REDE ROGER/VARADOURO	82
4.2.5 REMAR.....	84
4.2.6 CONSELHO CONSULTIVO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	85
5 CONCLUSÕES.....	87
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA OSC.....	99
APÊNDICE B – CARTA DE INFORMAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS	101
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EDUCANDOS.....	103

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa a 79ª posição no *ranking* mundial de desenvolvimento humano (UNPD, 2016) e se mantém entre os países mais desiguais da América Latina (IBGE, 2015), apresentando desafios em diversas áreas, tais como: saúde, educação, moradia, segurança, raça, gênero, distribuição de renda e trabalho. Nesta conjuntura, as distorções sociais têm progredido ao longo do tempo, ocasionando a perpetuação de uma condição de exclusão e vulnerabilidade social, o que pode levar à discriminação e isolamento dos indivíduos (COSTA; MARGUTI, 2015; GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2015). Este cenário se reflete nas pesquisas mais recentes, posicionando o país em um nível médio de vulnerabilidade social (COSTA; MARGUTI, 2015). Na contramão do índice nacional, como chamam a atenção estes últimos autores, as regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores concentrações de municípios com faixas muito altas de vulnerabilidade, evidenciando ainda mais as desigualdades.

Como exemplo, o Nordeste apresentou o maior aumento de violência ao longo dos anos (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2016) em comparação às demais regiões, além de apresentar a maior taxa de desocupação (IBGE, 2017). Em complemento, concentra as maiores proporções de pessoas que vivem com até 197 reais *per capita* (IBGE, 2015). Dentre os estados mais desfavorecidos está a Paraíba, cuja porcentagem de pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza em 2010 foi 13,39%, 28,93% e 53,65%, respectivamente (ATLAS..., 2013). Dessa forma, estas estatísticas contribuem para explicar os índices de exclusão social nos municípios do estado, que variam de 0,20 a 0,56 em sua grande maioria. Comparativamente, variações entre 0,68 e 0,84 correspondem a um menor índice e estas se apresentam apenas em municípios do Sul e Sudeste (GUERRA; POCHMANN; SILVA, 2015).

Neste panorama, a situação das crianças e adolescentes merece atenção, pois as experiências presentes e futuras de privação impactam em seu desenvolvimento humano e transição para a vida adulta (COSTA; MARGUTI, 2015). Aliado a isso, elas também representam a expectativa de mudança destas condições na busca por um país mais justo. Diante disso, o empoderamento por meio da educação pode ser um meio de resposta à exclusão social (EUROPEAN COMMISSION, 2013). Porém, apesar do aumento do acesso à educação infantil e fundamental no Brasil (IBGE, 2015), quanto menor o nível econômico, menor é a porcentagem de crianças e adolescentes matriculados nestas turmas (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2015). Em complemento, pessoas com menor escolaridade são aqueles mais suscetíveis à morte por homicídio (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2016), o que evidencia as disparidades sociais.

Ao mesmo tempo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei promulgada em 1990, foi concebido com vistas ao atendimento e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. No entanto, não foi plenamente implantado no país, uma vez que seus fundamentos ainda precisam ser compreendidos e praticados nos municípios brasileiros. Como exemplo disso, houve o registro de mais de 182 mil denúncias de violações de direitos contra crianças e adolescentes (violência psicológica, física, sexual, negligência, entre outros) em 2014 (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2016). Assim sendo, são necessárias novas e mais iniciativas para atender a problemas oriundos de discrepâncias sociais, especialmente no que se refere à proteção integral da infância e juventude.

Nesta conjuntura, o Governo Federal tem investido em parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), atual denominação para as organizações não governamentais (ONGs) a partir do Marco Regulatório das OSCs de 2014, visando fomentar a participação da sociedade na concepção, execução e acompanhamento de políticas públicas (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016). Portanto, as OSCs também atuam fortalecendo o diálogo entre a esfera pública e as necessidades locais por meio dos serviços prestados à população. Inclusive, as OSCs possuem uma natureza muito participativa, uma vez que além de se constituírem de pessoas reunidas em torno do objetivo comum de discutir e intervir em uma dada realidade, a sustentação de suas atividades demanda interações com diversos atores organizacionais, por exemplo: a própria sociedade civil, instituições públicas e empresas privadas (LOPES; SANTOS; BROCHARDT, 2016). Portanto, o sucesso de suas iniciativas também pressupõe êxito nestas relações.

Em virtude das referidas desigualdades e iniciativas visando minimizá-las, emerge um amplo campo de estudos e prática da Inovação Social (IS). A propósito, van der Have e Rubalcaba (2016) identificaram que as publicações dentro deste tema têm apresentado franco crescimento desde 2003. A explicação para este crescente interesse parece estar no número cada vez maior de problemas sociais, econômicos e ambientais, bem como nas mudanças da sociedade e cultura (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRICE, 2008; NICHOLLS; MURDOCK, 2012; GRIMM et al., 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Como consequência da existência destas demandas em cenários diversos, a inovação social é interdisciplinar, abrigando abordagens de várias áreas de conhecimento que atuam sob ângulos distintos.

Nesta compreensão, identifiquei que os estudos sobre inovação social são marcados pela miríade de trabalhos provenientes de visões distintas, o que ocasiona ambiguidade conceitual e delimitações teóricas inevidentes (BIGNETTI, 2011; CAJAIBA-SANTANA, 2014; WEERAKKODY; GHONEIM; SCHRÖDER, 2014; PHILLIPS et al., 2015; VAN DER

HAVE; RUBALCABA, 2016). Assim, ainda não existe uma lógica dominante dentro deste tema (CHALMERS, 2013; NICHOLLS; SIMON; GABRIEL, 2015). Por esta razão, as pesquisas permanecem dispersas em abordagens diversas, tais como: psicologia comunitária, empreendedorismo social, desenvolvimento local, gestão pública e criatividade (VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016).

Assim, constatei que a ambiguidade conceitual parte dos seguintes impasses: o uso do termo em referência a processos e/ou resultados, as fontes de inovação social (quem a promove), bem como a discordância a respeito dos resultados (o que é produzido) e sua abrangência (quem é afetado). Por outro lado, é de comum entendimento que as inovações se desenvolvem a partir da colaboração entre diversos atores organizacionais que, juntos, constituem uma rede (SILVA; BITENCOURT, 2016), sistema (PHILLIPS et al., 2015) ou *cluster* (TANIMOTO, 2012) de inovação social. Ainda assim, a literatura aponta que a compreensão da temática requer novas bases teóricas, inclusive para a exploração dos vínculos entre inovação e mudança social (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016; GRIMM et al., 2013; AGOSTINI et al., 2017; SILVEIRA; ZILBER, 2017).

Em vista disso, adoto nesta pesquisa o olhar filosófico da inovação social como prática, reconhecendo seu processo como um fenômeno construído pelas interações cotidianas entre os envolvidos. Portanto, nesta dissertação, as inovações sociais são “novas práticas sociais criadas a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas a um objetivo, visando a mudança social por meio da reconfiguração de como os objetivos são alcançados” (CAJAIBA-SANTANA, 2014, p.44). As práticas sociais, por sua vez, são atividades (conjuntos de ações) humanas organizadas (SCHATZKI, 2001). Cada atividade que constitui a prática envolve dizeres (ações básicas que dizem algo sobre alguma coisa) e fazeres (ações básicas executadas pelas pessoas com os seus corpos) inteligíveis em um dado contexto (SCHATZKI, 2001). Neste raciocínio, a inovação social tem por finalidade a mudança no comportamento coletivo, manifestando-se por meio de novas práticas oriundas de um processo colaborativo e contínuo.

Ao mesmo tempo, compreendo que as inovações não são absolutas em si, isto é, podem apresentar resultados e formas diferentes de acordo com o seu contexto. Aliás, assim como todas as práticas, as ISs são tácitas e simbólicas em grande medida (BISPO, 2013). Ademais, percebo que parte das divergências nos estudos se relacionam à conceituação das inovações no que se refere aos seguintes elementos: durabilidade, intangibilidade, situatividade e contextualidade no desenvolvimento das inovações. Diante disso, argumento ser possível analisar as inovações em analogia ao dilema para solução da pobreza: dar o peixe ou ensinar a

pescar? Para tanto, em alternativa às percepções mais estudadas, sugiro que a inovação social é uma prática com formas mais ou menos duráveis, intangíveis, situadas e contextuais.

Nesta perspectiva, as iniciativas com menor tendência de efetivação destes elementos estão mais próximas de uma visão orientada aos resultados (dar o peixe), enquanto o contrário se aproxima de uma visão orientada ao processo (ensinar a pescar). A partir deste raciocínio, o “social” destas inovações se refere a todos os estratos da sociedade (ABBAGNANO, 2007), não só aqueles mais desfavorecidos. Nesta compreensão, as ISs não são necessariamente empreendidas com o intuito de superar discrepâncias sociais e, conseqüentemente, não são desenvolvidas unicamente pelo terceiro setor. Apesar disso, em razão do cenário de desigualdades em nosso país e do meu maior interesse e afinidade com ações que visem minimizar os efeitos destas questões, utilizo como recorte de pesquisa a IS em alternativa às iniquidades enfrentadas por grupos socialmente excluídos, ou seja, aqueles em condições de desigualdade educacional, desqualificação e injustiça social, desvalorização, pobreza, violência, insegurança e desemprego.

Adicionalmente, é comum as pesquisas enfocarem os mecanismos de criação e disseminação da IS, a exemplo de programas de gestão pública, iniciativas corporativas e de empreendedores (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRICE, 2008; BUTKEVIČIENĖ, 2009). Em complemento, a investigação da colaboração no desenvolvimento destas inovações e do aporte às novas formas de participação e integração social também tem sido popular e apresenta tendência de crescimento (CHALMERS, 2013; VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016). Ainda assim, pouco se compreende o processo de IS, em especial como os diversos atores organizacionais interagem e agem nestas iniciativas (EDWARDS-SCHACHTER; MATTI; ALCÁNTARA, 2012; LYON, 2012; NEUMEIER, 2012; TANIMOTO, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014; PATIAS et al., 2015; PHILLIPS et al., 2015; AGOSTINI et al., 2017).

Assim, em virtude da condição de exclusão e vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no estado da Paraíba, do papel das OSCs em conjunto com outras organizações na minimização deste cenário e da incompreensão de como cada ator organizacional contribui no desenvolvimento das inovações, delinee o seguinte questionamento para nortear a pesquisa: como ocorre o desenvolvimento das práticas de inovação social em uma organização da sociedade civil que atua na inclusão de crianças e adolescentes de comunidades carentes? Contudo, é importante destacar que este nem sempre foi o norte desta dissertação. Em virtude do princípio da indiferença etnometodológica (BISPO; GODOY, 2014) intrínseco à metodologia de pesquisa adotada, isto é, a “suspensão” da escolha de práticas *a priori* na

investigação empírica, alguns direcionamentos se modificaram após o início da pesquisa de campo.

Neste sentido, antes a questão norteadora de pesquisa era: “como as redes de aprendizagem entre os atores envolvidos repercutem no processo de inovação social?”. Assim, o objetivo principal era compreender a aprendizagem na rede de IS. Todavia, tendo passado algum tempo em campo e identificado o empoderamento como prática de IS, a questão de pesquisa, objetivos e título do trabalho se modificaram. Em consonância com Kleba e Wendausen (2009), entendo o empoderamento como um processo de busca por autonomia e autodeterminação, em que se desenvolve um senso de poder pessoal. Diante disso, o objetivo geral desta dissertação se tornou **analisar o o empoderamento como prática de inovação social em uma organização da sociedade civil com enfoque no papel dos atores organizacionais que constituem a rede de inovação**. Em outras palavras, intencionei compreender o processo de inovação adotando a prática como unidade de análise.

Na perspectiva que adotei, as práticas são constituídas por interações predominantemente tácitas e simbólicas (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2014). Dessa forma, a realidade é socialmente construída e se procura apreender a produção, reprodução e modificação das práticas a partir das atividades cotidianas do grupo, dando atenção aos significados compartilhados entre os indivíduos (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2014). Por esta razão, a epistemologia das práticas valoriza o caráter situado dos fenômenos. Neste ponto, há confluência entre esta abordagem teórica e os estudos em inovação social, pois estes últimos também reforçam a imprescindibilidade de se considerar o contexto local ao se pesquisar o desenvolvimento das iniciativas, não desconectando o fenômeno de sua realidade histórica e cultural (MOULAERT et al., 2005; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; BUTKEVIČIENĖ, 2009; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012; EUROPEAN COMMISSION, 2013; CAJAIBA-SANTANA, 2014; PATIAS et al., 2015).

Portanto, sabendo que os aspectos culturais específicos ao grupo e ambiente em que atuam precisam ser decodificados a fim de compreender com maior clareza as dinâmicas de mudança das práticas (HOCHGERNER, 2012; LYON, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015), estabeleci como primeiro objetivo específico **caracterizar a prática de inovação social em seu contexto histórico-cultural**. Dessa maneira, foi possível realizar uma análise longitudinal por se intencionar a comparação de uma situação anterior e outra posterior (MAURER; SILVA, 2015; AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016). Nesta discussão, é importante frisar que a inovação se faz presente na percepção de novidade que existe para os

atores envolvidos, seu contexto ou ainda pela forma de aplicação da iniciativa, por exemplo: o acesso à internet não é uma inovação para um grande empresário, porém pode ser para uma comunidade indígena em isolamento.

Ademais, em virtude da ontologia e epistemologia apresentadas, também proponho que a etnometodologia garfinkeliana se faz adequada para compreender o processo de inovação social. Isto porque esta metodologia busca a compreensão do fenômeno social tendo por base as atividades cotidianas de determinado grupo e as práticas oriundas delas sob a ótica dos envolvidos (BISPO; GODOY, 2014). Inclusive, além desta metodologia ser adequada em pesquisas cujas lentes de análise são as práticas (BISPO, 2011; BISPO; SANTOS, 2014; CAVALCANTE, 2014), não foram identificados estudos em inovação social que a utilizassem, o que estimula pesquisas futuras e também pavimenta novos caminhos. Portanto, considerando o princípio etnometodológico de se atentar ao cotidiano dos indivíduos, fez sentido propor como segundo objetivo específico **investigar a realização das atividades que constituem a prática de inovação social**. Dessa maneira, foi possível compreender melhor as ações que encorajam e/ou desencorajam a sustentação das inovações nas interações entre os envolvidos (ANDRÉ; ABREU, 2006; CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Em tempo, Tardif e Harrisson (2005) propõem um modelo de análise das inovações fazendo referência a cinco dimensões (transformações, novidade, inovação, atores e processos) e a existência de três tipos de atores: sociais (membros da sociedade civil), organizacionais (organizações privadas) e institucionais (representantes do Estado em esferas municipais, estaduais e federais). Contudo, ao conceber a inovação social como uma prática, pressuponho que os elementos descritos pelos autores nestas categorias fazem parte da própria prática e, assim, assumir a separação em níveis (micro, *meso* e macro) ou partir de um modelo *a priori* para compreender seu processo geraria conflitos epistemológicos em virtude das minhas escolhas teórico-metodológicas.

Dessa maneira, é indiscutível que as inovações sociais são desenvolvidas por meio da colaboração entre diversos atores. Por consequência, seu sucesso também decorre do êxito das interações entre os envolvidos, o que envolve sua sinergia, disponibilidade e habilidade em inovar (CORREIA, 2015). Diante disso, visando compreender como cada ator contribui neste processo, designei como terceiro objetivo específico **identificar a participação dos atores organizacionais no desenvolvimento da prática de inovação social**. Neste sentido, esclareço que, ao citar ator organizacional na pesquisa, oriento-me pela concepção de organização como um conjunto de funções coordenadas com vistas à consecução de determinado objetivo

(SCHEIN, 1982), de modo que não me baseio na classificação proposta por Tardif e Harrison (2005).

Assim sendo, a OSC pesquisada é a Casa Pequeno Davi, que tem sua sede no bairro do Roger, em João Pessoa (Paraíba) e atua há 32 anos contribuindo para a efetivação dos direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio de atividades de formação humana e cidadania, tais como oficinas profissionalizantes, esportivas e artísticas. Além disso, suas ações abrangem o atendimento direto às comunidades vizinhas e o fortalecimento de redes de proteção integral da criança e do adolescente, tendo expandido suas atividades a nível Nordeste. Em vista disso, ao longo de 32 anos de trabalho, mais de 3.500 crianças e adolescentes já foram assistidas, mais de 170 são capacitadas anualmente em saúde, sexualidade e cidadania e se construiu uma forte rede de parceiros dos três setores que viabilizam e apoiam suas ações.

Em suma, em resposta à necessidade de maior clareza conceitual, robustez das perspectivas teóricas e incompreensão do processo de inovação social (MULGAN et al., 2007; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; PATIAS et al., 2015; SILVEIRA; ZILBER, 2017; VAN DER HAVE; RUBALCABA, 2016), à incipiência das pesquisas do tema -no Brasil (PATIAS et al., 2015; AGOSTINI et al., 2017) e à relevância de estudos desta natureza em regiões com nítidos problemas e desafios sociais (IWAMOTO; CANÇADO, 2016), destaco como contribuições teóricas desta dissertação: a investigação dos papéis exercidos pelos atores organizacionais no desenvolvimento das inovações (AGOSTINI et al., 2017) e a proposição de uma concepção teórica que evidencia tendências de durabilidade, intangibilidade, situatividade e contextualidade das inovações sociais a partir de sua posição ao longo de um *continuum*.

Complementarmente, esta dissertação também contribui para avanços na temática por adotar uma nova base teórica para a compreensão das inovações (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016; GRIMM et al., 2013; AGOSTINI et al., 2017; SILVEIRA; ZILBER, 2017), buscar indícios da ampliação do empoderamento das pessoas (IWAMOTO; CANÇADO, 2016) e analisar longitudinalmente a inovação e seus efeitos (AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016) em uma perspectiva comparativa de uma situação anterior e outra posterior em um dado contexto (MAURER; SILVA, 2015). Ademais, do ponto de vista metodológico, este trabalho contribui por avaliar o potencial de colaboração da etnometodologia garfinkeliana aos estudos organizacionais (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012), como também por não terem sido encontrados estudos anteriores que utilizassem esta abordagem na investigação empírica de práticas de inovação social.

Do ponto de vista prático, os achados da pesquisa fornecem *insights* aos integrantes da OSC e aos demais participantes da rede de inovação social por trazer um panorama do seu *status quo*, fornecendo subsídios às resoluções de problemas, decisões estratégicas e operacionais (RAWLS, 2008; PELKA; TERSTRIEP, 2016). Como também por estimular a difusão das práticas de inovação social em outros domínios, uma vez que as inovações bem-sucedidas são úteis aos legisladores com o intuito de produzir resultados sustentados, apropriados e relevantes às organizações e sociedade (PHILLIPS et al., 2015). Neste sentido, esta dissertação pode ser útil à criação de políticas públicas ou mesmo à aproximação com as instituições públicas, incentivando o fortalecimento da parceria entre os setores (PHILLIPS et al., 2015; PELKA; TERSTRIEP, 2016).

1.1 ESTRUTURA DO TRABALHO

Dessa forma, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentei a contextualização do tema que norteou o desenvolvimento do problema de pesquisa e o delineamento dos objetivos. Em seu segundo capítulo apresento a fundamentação teórica, em que discuto as convergências e divergências entre os conceitos de inovação social, assim como proponho seu entendimento a partir de um *continuum*. Além disso, enfatizei o olhar filosófico da inovação social como prática para análise de seu processo. Já o terceiro capítulo contém a descrição do percurso metodológico, apresentando os procedimentos de coleta e análise de dados realizados, bem como as medidas aplicadas visando o rigor metodológico. Em seguida, o quarto capítulo apresenta a discussão dos resultados. Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo discuto as características da inovação social, contemplando os aspectos conflituosos dos conceitos existentes na temática, como também proponho o seu entendimento a partir de um *continuum* com enfoque nas práticas sociais. Além disso, discuto seu processo por meio do olhar filosófico da inovação social como prática, já introduzindo a abordagem metodológica.

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL (IS)

Em virtude do crescente aumento de necessidades sociais, os estudos em inovação social têm recebido maior atenção, levando a avanços para além das fronteiras acadêmicas (SILVA; BITENCOURT, 2016). Assim, expressivas contribuições conceituais têm sido realizadas por centros de pesquisa de universidades, tais como o “Centre de recherche sur les innovations sociales – CRISES” no Canadá e o “Centre for Social Innovation at the Stanford Graduate School” nos Estados Unidos. Além destes, organizações direcionadas ao desenvolvimento de políticas públicas, à prática e pesquisa da IS, a exemplo “The Young Foundation”, “Nesta” e “European Commission” no Reino Unido e a “OECD” em nível mundial (POL; VILLE, 2009; SILVA; BITENCOURT, 2016) também têm empreendido esforços em prol da compreensão da temática. Diante disso, ainda que não encontrados nas buscas em periódicos, as publicações e relatórios de instituições desta natureza foram utilizados para meus estudos e formação de opinião.

Neste sentido, também com base na revisão integrativa de literatura realizada, conforme mencionado na introdução, constatei que a ambiguidade conceitual presente nos estudos parte dos seguintes impasses: o uso do termo em referência a processos e/ou resultados, as fontes de inovação social (quem a promove), bem como a discordância a respeito dos resultados (o que é produzido) e sua abrangência (quem é afetado). Por outro lado, identifiquei convergência em relação ao processo colaborativo entre diversos atores organizacionais no desenvolvimento das inovações que, juntos, constituem uma rede (SILVA; BITENCOURT, 2016), sistema (PHILLIPS et al., 2015) ou *cluster* (TANIMOTO, 2012) de inovação social. Além disso, verifiquei que as visões tendem a ser mais dicotômicas e excludentes do que integradoras. Complementarmente, Silveira e Zilber (2017) asseveram que o tema tem basicamente dois destinos: esmorecer e ficar à sombra dos estudos em inovação tecnológica ou continuar a ser investigado em busca de um *framework* teórico mais consistente.

Neste sentido, a consistência conceitual é essencial para aprimorar a comunicação interdisciplinar dos estudos em inovação social (POL; VILLE, 2009). Em vista disso, busquei desenvolver nesta dissertação uma perspectiva teórica visando integrar as compreensões acerca do fenômeno ao propor o entendimento da IS a partir de um *continuum* que abrange suas fontes e resultados. É importante salientar que não pretendi propor um ponto de vista irrefutável e definitivo, mas sim lançar outros olhares na intenção de estabelecer diálogos mais estreitos entre as diferentes abordagens, viabilizando o desfrute da característica interdisciplinar do tema.

Em vista disso, no que concerne ao uso do termo para meios e fins (processos vs. resultados), percebo que, apesar das divergências a respeito dos fins da inovação social, parece de comum entendimento que estas ocorrem por meio de um processo coletivo (CAULIER-GRICE et al., 2012; CHOI; MAJUMDAR, 2015). Por este motivo, entendo ser salutar incluir o aspecto processual no conceito de IS, combinando estes elementos de modo a se alcançar uma definição mais compreensiva (SHARRA; NYSSSENS, 2010). Inclusive, encontrei concepções que ao enfocarem o processo também contemplam os resultados produzidos (vide Quadro 1).

Quadro 1 – Conceitos Diversos de Inovação Social

Autor	Conceito
Mumford (2002)	“A geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas deveriam organizar atividades interpessoais ou interações sociais a fim de atender um ou mais objetivos comuns.” (p. 253)
Mulgan et al. (2007)	“Atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos propósitos primários são sociais.” (p. 8)
Phills, Deiglmeier e Miller (2008)	“Uma nova solução a um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que outras soluções existentes e as quais o valor criado é destinado primariamente à sociedade como um todo do que para casos particulares.” (p. 36)
Pol e Ville (2009)	“A criação de novas ideias apresentando impacto positivo na qualidade e/ou quantidade de vida.” (p. 884)
Howaldt e Schwarz (2010)	“Uma nova combinação e/ou nova configuração de práticas sociais em certas áreas de ação ou contextos sociais impelidas por certos atores ou constelações de atores de uma maneira intencional com o objetivo de melhor satisfazer ou atender necessidades e problemas do que é possível com as práticas já estabelecidas.” (p. 21)
Dawson e Daniel (2010)	“Processo de geração coletiva de ideias, seleção e implementação por pessoas que participam colaborativamente a fim de enfrentar um desafio social.” (p. 16)
Neumeier (2012)	“Mudanças de atitudes, comportamento ou percepções de um grupo de pessoas unidas em uma rede de interesses alinhados que, em relação ao horizonte de experiências do grupo, levam a novas e melhores formas de ação colaborativa dentro do grupo e além.” (p. 55)
Phillips et al. (2015)	“Um processo interativo moldado pelo compartilhamento coletivo de conhecimento entre uma ampla gama de organizações e instituições que influenciam desenvolvimentos em determinadas áreas a fim de atender a uma necessidade social ou promover o desenvolvimento social.” (p. 449)

Fonte: Autora (2018)

A partir do Quadro 1, observei que muitos autores se concentram em características processuais da inovação social (MUMFORD, 2002; DAWSON; DANIEL, 2010; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012; PHILLIPS et al., 2015). Enquanto isso, outros a entendem como resposta a uma demanda social (MULGAN et al., 2007; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; POL; VILLE, 2009), assumindo um caráter mais orientado aos resultados. Ao mesmo tempo, é notável que a mescla entre produto e processo presente em alguns conceitos (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2012) envolve a atenção às práticas sociais, assumindo um caráter mais orientado ao processo. Complementarmente, ao se integrar os resultados e processos em uma definição, “o produto da inovação social não pode ser isolado do processo ou da forma como a inovação foi organizada e desenvolvida” (CORREIA, 2015, p.50).

Neste sentido, argumento que a inovação social deve ser analisada em nível de prática social. Em primeiro lugar, por eu acreditar que a IS não é um fim, mas um processo contínuo que pode ter momentos de maior ou menor durabilidade e intangibilidade, independente do estrato social a qual se destina. Em segundo lugar, porque os estudos da visão orientada aos resultados geram maiores confusões no que tange às delimitações do tema. Por exemplo, levantam-se questões como: de que maneira identificar as organizações cujos objetivos primários são verdadeiramente sociais (POL; VILLE, 2009)? Organizações com fins lucrativos realizam inovações sociais ou são apenas estratégias de negócio? Até que ponto a inovação social não é apenas uma dimensão social de inovações tecnológicas?

Em vista disso, argumento que, uma vez que a visão orientada a resultados concebe a inovação social como os elementos que resolvem problemas sociais, tais elementos são mais bem compreendidos como meios para materializá-la, isto é, formas que ela pode assumir no intuito de gerar novas práticas. Assim, estes podem ser novos produtos, serviços, mercados, plataformas, modelos de negócio e movimentos sociais, por exemplo (MUMFORD, 2002; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; CHOI; MAJUMDAR, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Portanto, em minha compreensão, a principal unidade de análise das inovações sociais são as novas práticas sociais (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015), enquanto que as formas que ela assume, seus meios de se materializar, são considerados elementos que viabilizam as práticas ao mesmo tempo em que pertencem a elas. Assim, a concepção da inovação social como prática envolve um pensar holístico e multidirecional que permite a análise dos aspectos tácitos e subjetivos das interações, desvendando os porquês inevidentes ou não facilmente observáveis.

Além disso, é valoroso destacar que a inovação está na percepção de novidade que os envolvidos têm em relação ao que está sendo ou foi desenvolvido. Por essa razão, a inovação pode se materializar por meio de “novas combinações ou da hibridização de elementos existentes”, e não apenas da composição de elementos integralmente novos (BIGNETTI, 2011, p. 8). Neste sentido, a característica inovadora pode estar presente em seus resultados e/ou processos (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; BUTKEVIČIENĖ, 2009; CAULIER-GRICE et al., 2012). Desta forma, o uso do termo “novo” e suas variações nesta pesquisa, necessariamente, se refere à percepção de novidade a respeito do fenômeno em determinado contexto. Inclusive, esta percepção pode ser mais bem compreendida empiricamente ao se pesquisar também o contexto histórico (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Diante disso, considerando o conceito de inovações sociais adotado nesta dissertação (CAJAIBA-SANTANA, 2014), é possível superar a discussão de que a inovação social só é realizada por meio de iniciativas de organizações sem fins lucrativos ou empreendedores sociais, uma vez que as novas práticas intencionam mudanças no comportamento coletivo. Dessa forma, suas fontes são múltiplas, tais como: instituições públicas, movimentos sociais, empreendedores sociais, organizações com e sem fins lucrativos. Aliado a isso, percebe-se que deixa de fazer sentido a preocupação em diferenciar a IS de outras inovações pela justificativa de uma natureza não mercantil, objetivando o bem comum, pois desde que haja uma mudança nas práticas por meio de um processo novo, coletivo e intencional, se configurará uma inovação social (HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

Adicionalmente, dentro da perspectiva proposta, não se pode afirmar que a IS sempre será tida como boa, pois envolve mudanças na sociedade e a definição do que é bom irá depender do referencial utilizado, sendo um raciocínio análogo ao da percepção de novidade. Por exemplo: à época, o direito das mulheres ao voto pode não ter sido percebido como bom pelos homens, assim como a abolição da escravidão no Brasil pode não ter sido considerada boa pelos donos de escravos. Por outro lado, alguns autores (HOWALDT; SCHWARZ, 2010; HOCHGERNER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014) afirmam que as ISs são socialmente desejáveis, ainda que não necessariamente boas.

No que se refere à abrangência dos resultados, detectei que a maioria das definições aborda a inovação social como uma resposta a problemas ou desafios sociais e necessidades humanas compartilhadas (WEERAKKODY; GHONEIM; SCHRÖDER, 2014; IWAMOTO; CANÇADO, 2016). Porém, dentro da perspectiva teórica proposta, seu surgimento pode objetivar minimizar as discrepâncias entre os estratos sociais, como por exemplo para suprir necessidades humanas básicas e incluir grupos marginalizados, ou tirar proveito de

oportunidades latentes geralmente percebidas pelo mercado, a exemplo a comunicação via internet, aparelhos móveis e o uso do dinheiro. Inclusive, tais oportunidades envolvem tanto a integração de mudanças nas relações sociais ao difundir inovações tecnológicas quanto uma nova agenda para os negócios na sociedade (NICHOLLS; MURDOCK, 2012).

Assim, argumento que o “social” do conceito pressupõe aquilo que “pertence à sociedade ou tem em vista suas estruturas ou condições” (ABBAGNANO, 2007, p. 912). Nesta compreensão, a IS não necessariamente é empreendida para resolver um problema, mas envolve uma mudança nas práticas da sociedade, seja em sua totalidade ou em seus estratos. Dessa maneira, considerando que os estratos são representações da sociedade, a IS pode ser direcionada a grupos socialmente excluídos ou não, organizações formais ou não, territórios desfavorecidos ou não. Apesar disso, há grandes expectativas em relação a este tipo de inovação para a resolução de problemas sociais (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016), recorte utilizado na pesquisa empírica.

Ademais, alguns autores defendem a IS como alternativa à inclusão e/ou empoderamento de grupos marginalizados (MOULAERT et al., 2005; ANDRÉ; ABREU, 2006; MONTGOMERY, 2016). Embora eu entenda a intenção destes pesquisadores em virtude dos seus posicionamentos avessos ao neoliberalismo, percebo que este entendimento possa restringir a maneira como a inovação se manifesta, pois além de partir do conceito de “social” como algo exclusivo aos estratos desfavorecidos, desconsidera que, em algumas ocasiões, as pessoas precisam de condições mínimas de vida antes de terem suas capacidades sócio-políticas aumentadas (tais capacidades compõem o conceito de empoderamento adotado em Moulaert et al., 2005).

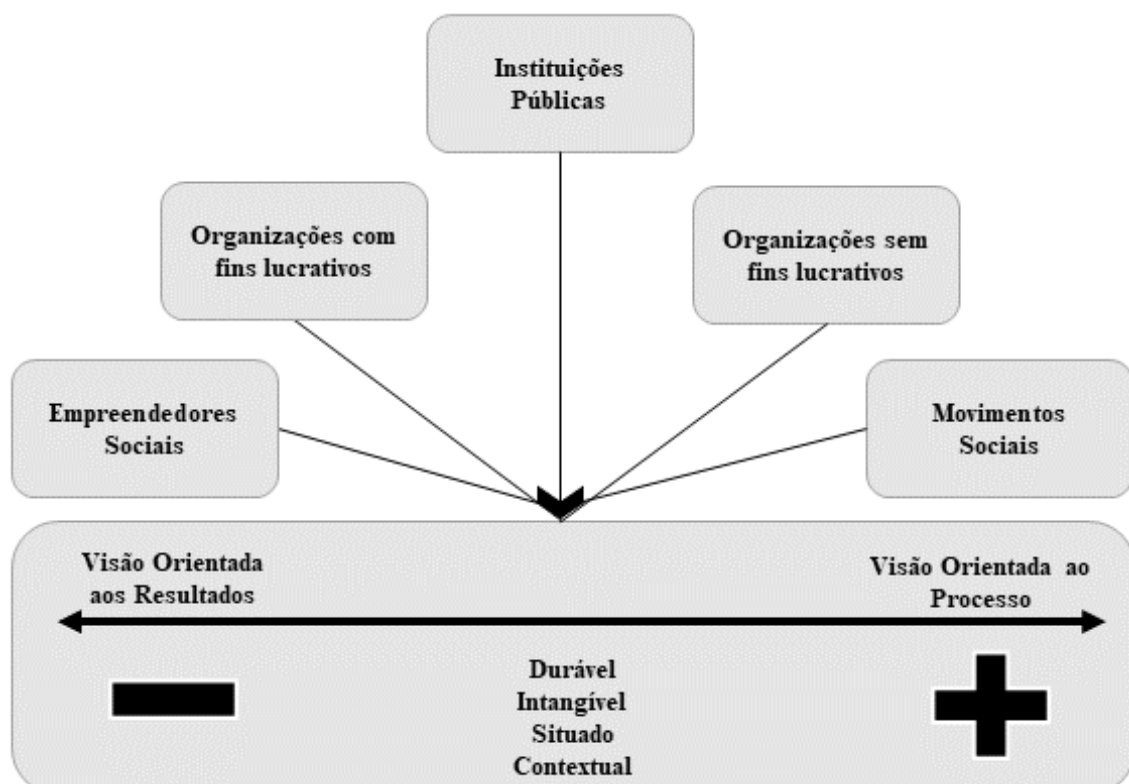
Adicionalmente, apesar do termo *empowerment* ser utilizado na administração para se referir às ações de autorizar, habilitar ou permitir, nesta dissertação o empoderamento é entendido de maneira diferente. Para os fins de estudo da inovação social, entendo que o empoderamento se realiza em processos em que as próprias pessoas se fortalecem, aumentam sua autonomia, renunciam ao estado de dependência e tomam a direção de suas vidas nas próprias mãos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009). Portanto, o empoderamento é um processo de busca por autonomia e autodeterminação, em que se desenvolve um senso de poder pessoal, o que não exclui a possibilidade de o indivíduo ser ajudado nesta trajetória por profissionais ou agentes externos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; GONZALEZ-MENA, 2015).

Diante disso, destaco que a inovação social não necessariamente leva ao empoderamento, pois, em analogia ao dilema de solução da pobreza (dar o peixe ou ensinar a pescar?), entendo que iniciativas empoderadoras ou não podem ser inovações. Isto porque

considerando que a obtenção de condições mínimas de vida é um passo necessário à continuidade da busca por maior autonomia e autodeterminação, nem sempre as inovações poderão ser empreendidas com o intuito exclusivo de promover a renúncia completa do estado de dependência dos indivíduos. Portanto, não menosprezando o pressuposto das iniciativas mais orientadas ao processo de transformar as práticas que ocasionam a situação problemática (ensinar a pescar), argumento que as iniciativas mais orientadas aos resultados são válidas (dar o peixe). Por este motivo, considero ser relevante realizar a inovação social em ambas as perspectivas, inclusive com a ideia de *continuum*, desde que sejam adequadas ao contexto em questão.

Ademais, Choi e Majumdar (2015) criaram um *continuum* de formalização da IS para demonstrar que suas formas podem ser mais ou menos tangíveis, preservando as mudanças nas práticas sociais como principal unidade de análise. Neste sentido, os mesmos autores indicam que esta visão também lança luz a respeito do papel dos grupos-alvo no desenvolvimento da inovação social e a possibilidade de difusão do que foi gerado. Em virtude disso, busquei expandir esta conceitualização, a partir da linha de raciocínio traçada nesta seção, propondo o seguinte *continuum* para compreensão das inovações sociais, visando delinear uma perspectiva teórica integrativa dos estudos neste tema (vide Figura 1).

Figura 1 – A Inovação Social em um *continuum*



Fonte: Autora (2018)

Em vista disso, é possível perceber que as inovações empreendidas como resposta às demandas sociais (caráter orientado aos resultados) tendem a ter formas mais tangíveis e, conseqüentemente, mais fáceis de difundir. Além disso, em casos em que há menor participação do grupo-alvo no processo de inovação social menor será seu potencial empoderador e, assim, o grupo-alvo se mantém como consumidores e não cocriadores da inovação, a qual assume uma característica paliativa (IWAMOTO; CANÇADO, 2016; MONTGOMERY, 2016). Por outro lado, aquelas que intencionam transformar as práticas que ocasionam a demanda social a ser atendida (caráter orientado ao processo) tendem a ter formas mais intangíveis e, portanto, difíceis de difundir, por ser mais situada e contextual. Geralmente, estas contam com o maior envolvimento do grupo-alvo no processo e, portanto, têm maior potencial empoderador (IWAMOTO; CANÇADO, 2016; MONTGOMERY, 2016).

Neste ponto de vista, remonta-se à lógica análoga ao dilema para solução da pobreza: dar o peixe ou ensinar a pescar? Em virtude disso, quanto mais próximo à extremidade orientada aos resultados do *continuum*, mais o grupo-alvo estará dependente dos proponentes/promotores das iniciativas de inovação social e, por conseguinte, em posição de consumidores de um produto ou serviço. Em contrapartida, quanto mais próximo à extremidade orientada ao processo, menos o grupo-alvo estará dependente dos proponentes e, portanto, mais empoderados e participativos no processo. Neste sentido, os resultados mais duradouros tendem a estar próximos da extremidade orientada ao processo, uma vez que pela transformação das práticas sociais e maior envolvimento do grupo-alvo se diminui a dependência de agentes externos, aumentando a probabilidade de sustentação das iniciativas por um longo período.

Ao mesmo tempo, sabendo que a inovação social é um processo contínuo, entendo que ela pode tanto se posicionar em qualquer parte do *continuum* ao longo do tempo, quanto ter fases mais ou menos próximas de determinada extremidade. Mesmo assim, ainda é predominante a lógica organizacional de prover produtos ou serviços na tentativa de resolver um problema social aparente em oposição à identificação e atendimento das necessidades reais das pessoas (CHALMERS, 2013). Por este motivo, existe na literatura a assimilação das inovações mais orientadas ao processo como radicais ou disruptivas e das mais orientadas aos resultados como incrementais ou funcionais (BOUCHARD, 2012; NICHOLLS; MURDOCK, 2012; WEERAKKODY; GHONEIM; SCHRÖDER, 2014).

Porém, compreendo que a atribuição do sentido de radical ou incremental é tão subjetiva quanto a percepção do que é considerado bom ou novo. Diante disso, argumento que a inovação social pode ter períodos radicais e incrementais, mas estes não estão associados direta e unicamente ao caráter orientado aos resultados ou ao processo da iniciativa implementada. Isso

implica dizer que independentemente da posição que a inovação social se situa no *continuum* apresentado, esta pode se configurar como radical ou incremental. Dessa forma, as transições entre mudanças radicais e incrementais são alusivas ao processo de inovação social e devem ser interpretadas de acordo com o contexto e atores em questão. Neste sentido, sua análise deve visar a compreensão de como os envolvidos criam e modificam as práticas de inovação social, valorizando as percepções que eles têm do fenômeno. Por consequência, será possível identificar o significado que a mudança social empreendida teve para os envolvidos no contexto estudado. Este assunto será discutido a seguir.

2.2 INOVAÇÃO SOCIAL COMO PRÁTICA

Assim como ocorre com os estudos em inovação social, Schatzki (2001) aponta que os estudos baseados em prática (EBP) não dispõem de uma abordagem integrada. Por outro lado, é comum às diferentes teorias a percepção das práticas como conjuntos de atividades coletivas mediadas por entendimentos compartilhados (SCHATZKI, 2001). Diante disso, ao adotar nesta pesquisa o olhar filosófico da inovação social como prática, pretende-se descobrir como tais práticas emergem e transformam o contexto (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Portanto, analisar o seu processo envolve a “compreensão de como são produzidas e reproduzidas as formas de organizar dos atores sociais” (BISPO, 2013, p. 18).

Neste sentido, as inovações estão relacionadas à evolução da sociedade e, por esta razão, mantêm-se em fluxo constante (HOCHGERNER, 2012; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Neste raciocínio, seja como resposta às desigualdades sociais ou não, elas emergem porque as demandas em questão podem ser atendidas de maneira mais eficaz, o que reforça o grau de novidade das inovações (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; PATIAS et al., 2015). Portanto, ao pesquisar a situação anterior à mudança social, é importante identificar os gatilhos que conduziram a ela, o que acaba por incluir tomar conhecimento das disfunções nas práticas correntes na percepção dos envolvidos no processo.

Ao mesmo tempo, não há clareza a respeito de como ocorre o surgimento e posterior difusão da inovação social (HOCHGERNER, 2012). Por outro lado, as necessidades de responder a uma demanda local ou desafio social parecem ser os principais gatilhos que conduzem ao desenvolvimento das inovações, sendo produzidas em menor medida por iniciativas públicas ou de movimentos sociais (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Adicionalmente, alguns autores (SHARRA; NYSSSENS, 2010; NEUMEIER, 2012; PHILLIPS et al., 2015; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016) defendem que elas se manifestam e se

desenvolvem por meio da aprendizagem coletiva inerente às interações entre os envolvidos em um processo lento, contínuo e cultural.

Nesta compreensão, corrobora-se que o surgimento de novas práticas pressupõe a mudança de práticas estabelecidas (CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Assim, as práticas correntes podem ser reconfiguradas por meio da auto-organização ou cooperação entre setores, por exemplo, em um processo prolongado e contingente de reflexão e aprendizagem sujeito às leis do próprio grupo (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Consequentemente, há que se atentar às interações entre os indivíduos atuantes nas dinâmicas de mudança das práticas que, por sua vez, são tácitas e simbólicas em grande medida (BISPO, 2013).

Neste sentido, a mudança social provocada pelas inovações é resultante de diversas pequenas mudanças peculiares às interações supracitadas, ocorrendo em um processo repetitivo até que a nova prática se estabeleça (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Sob esta perspectiva, não há espaço para o determinismo, isto é, não se enfoca como estruturas sociais ou forças exógenas encorajam e/ou limitam as ações dos agentes envolvidos na criação das inovações (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Assim, a atenção é dada a como os indivíduos interagem interpretando e modificando estas regras, normas, rotinas, valores e tradições e a como se forma a cadeia de ações empreendidas por eles no intuito de reconfigurar a maneira de alcançar os objetivos sociais.

A partir deste raciocínio, fortalece-se a interpretação das inovações sociais como dependentes do contexto (MOULAERT et al., 2005; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; BUTKEVIČIENĖ, 2009; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; CAJAIBA-SANTANA, 2014; PATIAS et al., 2015), uma vez que estas se constituem de práticas situadas embebidas de significados e sentidos compartilhados por aqueles que desempenham a ação (BISPO, 2013). Por esta razão, os aspectos culturais específicos ao grupo e ambiente em que atuam precisam ser decodificados a fim de compreender com maior clareza as dinâmicas de mudança das práticas (HOCHGERNER, 2012; LYON, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).

Dessa forma, reconheço que a análise do processo sob a ótica da rede de inovação social na investigação empírica deve contemplar os seguintes aspectos: (1) as novas práticas geradas (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015); (2) as interações entre os atores envolvidos (LYON, 2012; BISPO, 2013; AGOSTINI et al., 2017) e (3) a mudança no contexto: situação anterior e posterior (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Adicionalmente, percebi que há na literatura a diferenciação entre os processos de geração e difusão das inovações (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).

Em vista disso, há o entendimento da difusão como a adoção da nova prática em outros espaços além do contexto em que ela se originou (NICHOLLS; MURDOCK, 2012) ou como as interações entre os indivíduos que levam à legitimação da nova prática dentro do contexto em que está sendo originada (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Assim, analisei o processo de inovação social nesta pesquisa valorizando as formas com que as práticas são produzidas, reproduzidas e modificadas. Dessa maneira, o enfoque é dado à sua geração e legitimação no contexto estudado, ao mesmo tempo em que intenciono com os resultados da pesquisa contribuir para a difusão das práticas de inovação social em outros domínios, uma vez que as inovações bem-sucedidas são úteis aos legisladores, conforme Phillips et al., 2015.

Neste contexto, verifiquei que existem dois enfoques comuns às pesquisas que visam compreender como ocorrem as interações entre os atores no processo de inovação: (1) apoiar-se nas dinâmicas de poder e confiança (LYON, 2012; SANZO et al., 2015) para explicar como as parcerias da rede de IS se formam; e (2) no desenvolvimento de capital humano e social ao longo do tempo (TELLO-ROZAS, 2016; TONDOLO; BITENCOURT; VACCARO, 2017) com vistas ao fortalecimento de tais parcerias. Contudo, ainda se faz necessário compreender melhor o papel de cada ator organizacional nas iniciativas de mudança social propostas (AGOSTINI et al., 2017). Por este motivo, suas percepções devem também ser consideradas nas pesquisas.

Além disso, ainda não existem conceitos consistentes da inovação social como prática que sejam adequados à investigação empírica e, por consequência, abre-se espaço para a utilização de novas abordagens teóricas e metodológicas (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; AGOSTINI et al., 2017). Ademais, os métodos de pesquisa utilizados são, majoritariamente, qualitativos, tais como a teoria ator-rede e estudos de caso (PELKA; TERSTRIEP, 2016). Ao mesmo tempo, identifiquei que apesar das menções aos grupos beneficiados nas definições de inovação social, a maioria dos estudos empíricos não aborda a perspectiva destas pessoas, sendo necessário conduzir pesquisas que considerem tais percepções (PELKA; TERSTRIEP, 2016).

Diante do exposto, percebo a ocasião propícia à investigação empírica das práticas a partir da etnometodologia garfinkeliana, pois esta é uma abordagem teórico-metodológica que busca a compreensão do fenômeno social tendo por base as atividades cotidianas de determinado grupo e as práticas oriundas delas sob a ótica dos envolvidos (BISPO; GODOY, 2014). A partir deste raciocínio, enfoca-se como os indivíduos criam e modificam suas práticas constantemente, intencionando a compreensão dos métodos empregados por eles nesta conjuntura. Portanto, ao invés de separar a análise em níveis diferentes, tais como

agente/estrutura e sujeito/objeto, busca-se entender as ações empreendidas e os significados que são compartilhados na interpretação de sua realidade (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).

Em contrapartida, são encontradas na literatura de inovação social diversas menções à concepção da IS como um fenômeno multinível, sugerindo a análise do seu processo em perspectivas micro, *meso* e/ou macro (SHARRA; NYSSSENS, 2010; NICHOLLS; MURDOCK, 2012; EUROPEAN COMMISSION, 2013; GRIMM et al., 2013; BOUCHARD et al., 2015; MCGOWAN; WESTLEY, 2015). No entanto, nem sempre os conceitos do que constituem estes níveis são comuns. Assim, de maneira geral, esta divisão em níveis faz referência às interações entre indivíduos e organizações em um contexto territorial, setorial e histórico. Complementarmente, a European Commission (2013) reconhece que não há razão para privilegiar uma unidade de análise em detrimento a outro. Inclusive, estudar mais de um ao mesmo tempo pode produzir resultados e descobertas importantes, sendo bastante valioso (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Em vista disso, entendo que os elementos de análise dos níveis micro (indivíduos) e *meso* (organizações) estão contemplados na concepção de rede de inovação social, pois esta pressupõe interações entre diferentes atores organizacionais, ou seja, grupos e indivíduos. Além disso, também existem referências a dimensões de análise, tais como: institucional, movimentos sociais, processo, transformações, caráter inovador e inovação (CORREIA, 2015). Aliás, estas dimensões são complementares e interdependentes, logo, pesquisar a inovação social com o enfoque em uma única dimensão pode levar a uma interpretação míope, por não captar a complexidade do fenômeno (CORREIA, 2015).

Portanto, em virtude da adoção de uma postura etnometodológica, a análise do processo de inovação social nesta dissertação não faz referência a níveis, mas compreende a existência de participações mais ou menos ativas dos atores, incluindo o grupo-alvo, no desenvolvimento das práticas. Dessa maneira, ao focar nas atividades que constituem a prática e como elas são realizadas, naturalmente os elementos referenciados pelos autores de IS nos diferentes níveis serão apreciados, contudo, preservo o posicionamento epistemológico.

Assim sendo, as participações dos atores organizacionais envolvidos no processo podem se dar por sua influência, poder e dinheiro na sustentação econômica das formas assumidas pelas inovações, sendo consideradas relações verticais (MURRAY; MULGAN; CAULIER-GRICE, 2008; LYON, 2012). Também, podem existir participações em que os atores se reconhecem de maneira equitativa e compartilham conhecimentos, ideias, contatos, equipamentos ou ainda indicam os serviços uns dos outros, sendo consideradas relações horizontais (LYON, 2012). A propósito, nem sempre estas parcerias são formalizadas,

inclusive, em alguns casos a informalidade é condição necessária para que o relacionamento se mantenha útil e benéfico às partes (LYON, 2012). Em resumo, os tipos de relacionamentos variam com base em quem são os envolvidos, como eles operam, quais atividades são realizadas e em que periodicidade (LYON, 2012).

Além disso, Correia, Oliveira e Gomez (2016) identificaram em sua pesquisa diferentes papéis exercidos pelos atores organizacionais e desenvolveram um *framework* que permite a análise da inovação social, também favorecendo a gestão social. Neste sentido, as atividades envolvem diversas etapas do processo, por exemplo: o mapeamento do contexto de crise, a identificação da iniciativa adequada ao contexto, a mobilização de outros atores, o desenvolvimento de habilidades, a avaliação e disseminação da inovação em outras regiões, assim como a geração de transformações sociais. Assim, os atores organizacionais podem ter participações mais ou menos ativas de acordo com o estágio da inovação social.

Ademais, pode haver a participação ativa do grupo-alvo, constituindo espaços colaborativos que consideram suas demandas genuínas (SHARRA; NYSSSENS, 2010; CHALMERS, 2013). Neste contexto, considerando que a inovação social é bem-sucedida quando socialmente aceita pelos grupos afetados por ela (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015), as chances de sucesso são maiores na medida em que é maior a participação destes grupos no processo (BUTKEVIČIENĖ, 2009; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; NEUMEIER, 2016). Inclusive, visando agir em direção às necessidades reais dos grupos, as instituições públicas podem se aliar às organizações do terceiro setor, tendo-as como intermediários, uma vez que estas possuem vínculos mais próximos às comunidades (LYON, 2012).

Neste sentido, verificou-se em um estudo com 1005 iniciativas de inovação social do mundo todo que boa parte delas são fortalecidas primordialmente por parcerias-chave com OSCs, órgãos públicos e empresas privadas, nesta ordem (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Enquanto isso, o engajamento de organizações sociais, grupos e fundações em tais iniciativas era pouco representativo (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Ao mesmo tempo, em quase 50% dos casos estudados, o grupo-alvo tinha uma participação ativa, em especial no que se refere à provisão de conhecimentos por meio de diálogos, *feedbacks*, testes, sugestões e experimentos (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Complementarmente, também em quase 50% dos casos estudados as inovações eram promovidas por redes de inovação social formadas por três ou mais parceiros (HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016).

Por outro lado, na maior parte das vezes os parceiros atuam independentemente, sem articular ações integradas e, por sua vez, compartilhar ideias, valores, problemas, conhecimentos e recursos (PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008). Em virtude disso, ao invés de existir uma rede colaborativa, tem-se uma rede compartimentalizada, formada por grupos dispersos e com propósitos desconectados (CHALMERS, 2013). Por esta razão, pode ser mais difícil atender às complexidades dos desafios sociais e suas causas subjacentes (CHALMERS, 2013). Diante disso, julgo ser adequado pensar a inovação social sob uma perspectiva de inovação aberta, isto é, com o desenvolvimento de ações nutridas por fluxos de troca entre ambiente interno e externo que levam à aprendizagem coletiva (CHESBROUGH, 2003; CHALMERS, 2013; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016; SILVA; BITENCOURT, 2016).

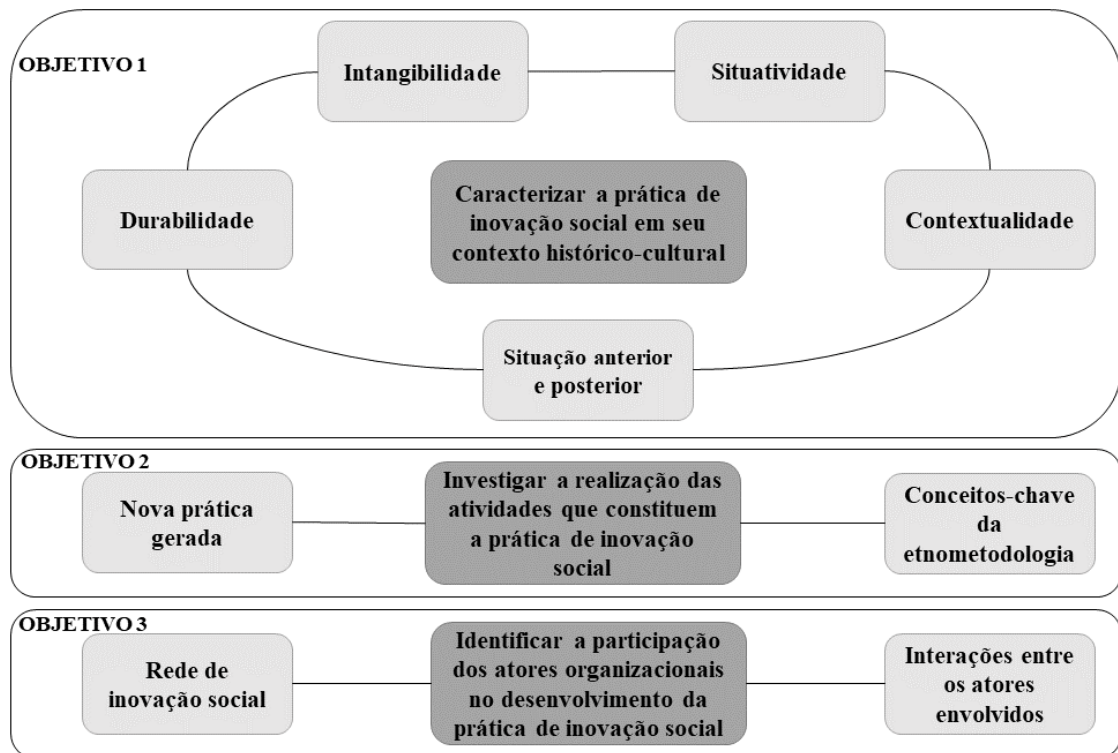
Neste contexto, faz sentido que as inovações sociais sejam desenvolvidas por grupos com interesses alinhados, que compartilhem de um mesmo propósito (NEUMEIER, 2012; TANIMOTO, 2012; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Assim sendo, este processo leva também à mudança dos próprios atores envolvidos, desencadeando mudanças de atitudes, comportamentos e percepções que, por sua vez, conduzem às transformações das práticas estabelecidas (NEUMEIER, 2012; CORREIA; OLIVEIRA; GOMEZ, 2016). Diante disso, argumento que a chave para compreender o sucesso das inovações sociais, isto é, desvendar quanto o que se observa é de fato uma IS, relaciona-se aos aspectos necessários à legitimação de uma nova prática pelos envolvidos, em especial o grupo-alvo.

Neste sentido, esta legitimação ocorre com a consolidação da nova prática por meio da continuidade e imitação das ações, levando ao reconhecimento social das atividades, ou seja, tornando-se rotina (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Sendo assim, a imitação das ações se refere aos processos de aprendizagem coletiva inerentes às interações entre os indivíduos que podem atingir uma tal proporção que permite a adoção de iniciativas de inovação social em outras esferas ou contextos (NEUMEIER, 2012; HOWALDT; DOMANSKI; KALETKA, 2016). Com base nisso, ainda que não seja fácil ou mesmo possível apontar claramente os fatores determinantes para o sucesso da inovação, conforme aponta Neumeier (2012), compreender como os indivíduos agem com vistas à consolidação das práticas lança luz a respeito dos aspectos que contribuem para tanto (HOCHGERNER, 2012). Partindo destas discussões, apresento na próxima subseção como as abordagens teóricas até então descritas conduzem ao alcance dos objetivos.

2.3 ARTICULAÇÃO ENTRE ABORDAGENS TEÓRICAS E OBJETIVOS DA PESQUISA

A fim de ilustrar como os aspectos teóricos e conceituais desenvolvidos neste capítulo se articulam com os objetivos específicos, criei a Figura 2 abaixo, destacando os vínculos entre cada objetivo e as abordagens teóricas utilizadas.

Figura 2 – Articulação entre Abordagens Teóricas e Objetivos da Pesquisa



Fonte: Autora (2018)

Ao longo da fundamentação teórica, apresentei e discuti as principais divergências e convergências conceituais a respeito da inovação social. Diante da exposição, desenvolvi a perspectiva da inovação social como uma prática compreendida a partir do *continuum* disposto na Figura 1. Neste entendimento, são evidenciadas tendências de durabilidade, intangibilidade, situatividade e contextualidade das inovações de acordo com sua posição no *continuum*. Ademais, em vista da natureza predominantemente tácita e simbólica das práticas (BISPO, 2013), faz-se necessário considerar o contexto em que elas se desenvolvem a fim de obter percepções mais assertivas a respeito deste processo.

Assim sendo, estabeleci como objetivo geral **analisar o empoderamento como prática de inovação social em uma organização da sociedade civil com enfoque no papel dos atores organizacionais que constituem a rede de inovação**. Adotando este raciocínio, a literatura

aponta que a análise do processo sob a ótica da rede de inovação social na investigação empírica deve contemplar: as novas práticas geradas (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015); as interações entre os atores envolvidos (LYON, 2012; BISPO, 2013; AGOSTINI et al., 2017) e a mudança no contexto: situação anterior e posterior (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015). Logo, incluí estes aspectos no desenvolvimento dos objetivos específicos, valorizando as percepções das pessoas na transformação das práticas estabelecidas e legitimação das novas que foram geradas.

Diante disso, com o intuito de **caracterizar a prática de inovação social em seu contexto histórico-cultural**, primeiro objetivo específico, o fiz a partir dos elementos relacionados no *continuum* apresentado na Figura 1. Afinal, identificar e reconhecer tais inovações deve ser uma das funções primárias das pesquisas deste tema (BOUCHARD et al., 2015). Neste sentido, estando imersa no campo, consegui identificar e selecionar uma prática de inovação social, as formas que ela assume e então discuti acerca dos aspectos que constituem o *continuum* a fim de caracterizá-las. Ademais, tendo adotado o olhar filosófico da inovação social como prática, analisei o processo de desenvolvimento da prática visando compreender como ela é produzida, reproduzida e modificada.

Em vista disso, uma vez que as práticas são atividades (conjuntos de ações) humanas organizadas (SCHATZKI, 2001), **investigar a realização das atividades que constituem a prática de inovação social**, segundo objetivo específico, é condição necessária para a compreensão da nova prática gerada e suas dinâmicas de mudança. Logo, em virtude dos simbolismos e das características contextuais, precisei estar segura de que compreendi os sentidos que mediam tais atividades para conseguir descrever fidedignamente a inovação, tomando por base os conceitos-chave da etnometodologia. Além disso, sabendo que existe mais de um grupo envolvido neste processo, constituindo uma rede de inovação social, e em vista da intenção de compreender as interações entre eles, foi preciso **identificar a participação dos atores organizacionais no desenvolvimento das práticas de inovação social**, terceiro objetivo específico, partindo do pressuposto de que estas participações podem ser mais ou menos ativas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em vista da questão de pesquisa e dos objetivos formulados, torna-se adequada a realização de uma pesquisa qualitativa, pois “nesse cenário, não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir como agiram” (GODOI; BALSINI, 2010, p. 91). Dessa forma, em estudos qualitativos o interesse está voltado às experiências dos atores sociais, aos significados atribuídos a tais eventos e como estas pessoas percebem sua realidade, logo, o pesquisador deve interpretar estes fenômenos sob a perspectiva dos participantes (STAKE, 2005; MERRIAM, 2009; GODOI; BALSINI, 2010).

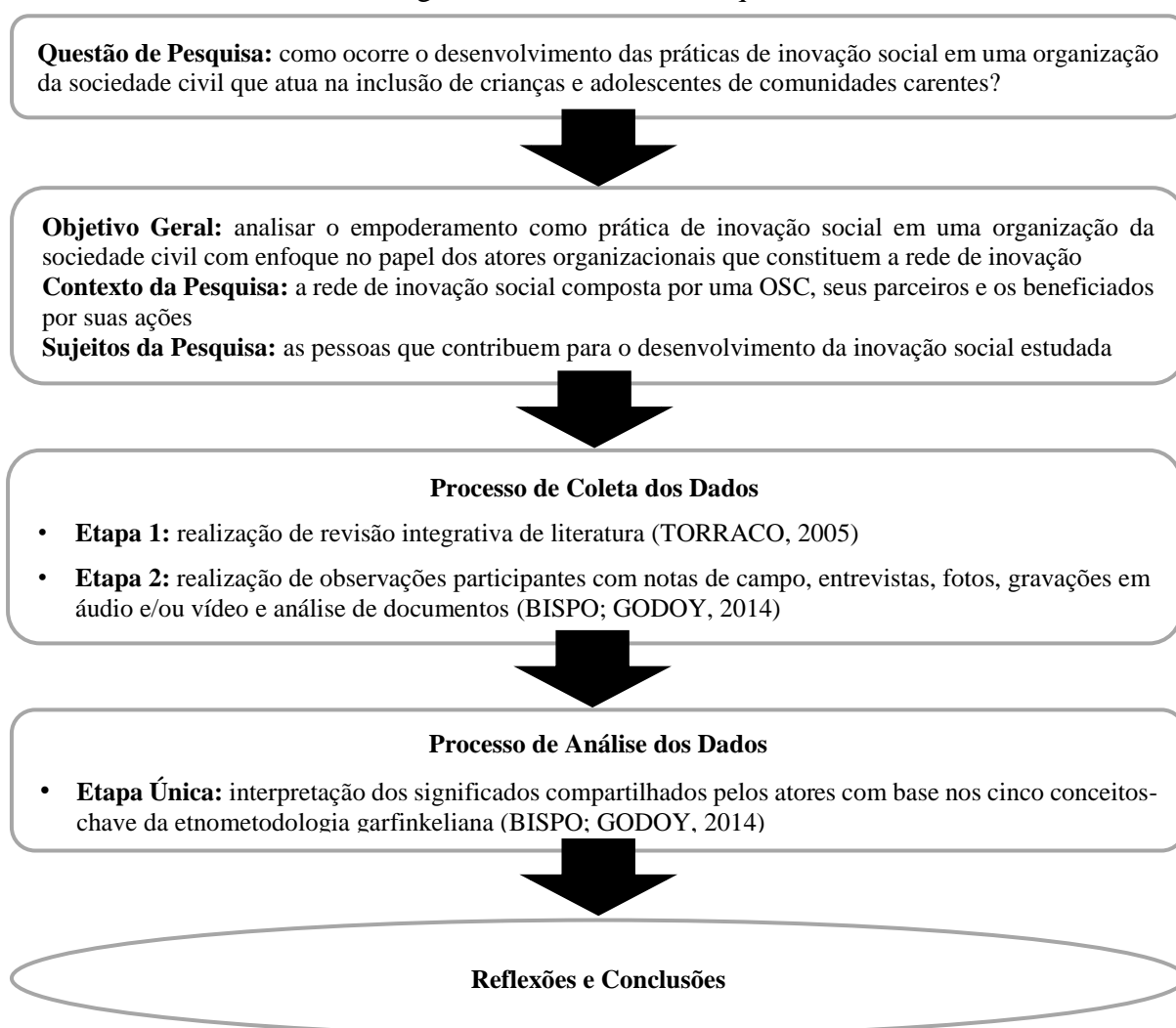
Neste sentido, esta pesquisa é caracterizada por: (1) ter o foco no entendimento das experiências e sentidos a partir da ótica dos atores sociais; (2) ter o viés da pesquisadora monitorado para compreender como isto pode estar moldando os dados e não tentar eliminá-lo; (3) processar-se de maneira indutiva; e (4) discutir resultados ricamente descritivos (MERRIAM, 2009). Em tempo, destaco que a análise do ator organizacional é baseada nas compreensões dos sujeitos (atores sociais) que atuam em cada organização. Ademais, um estudo qualitativo começa no posicionamento filosófico do pesquisador, nas lentes teóricas utilizadas e, por fim, identifica-se o método adequado à pesquisa (CRESWELL, 2013).

Diante disso, compreendo a realidade como socialmente construída, isto é, moldada pelas ações e consciência que os indivíduos de determinado grupo têm sobre elas (BERGER; LUCKMANN, 1991). Dessa forma, busco entender os sentidos e conceitos empregados pelo grupo em questão para construir e interpretar sua realidade, o que pressupõe a necessidade de considerar o contexto nas investigações (BERGER; LUCKMANN, 1991). Portanto, em vista deste posicionamento e das bases teóricas utilizadas, adotei a etnometodologia garfinkeliana como método de pesquisa. Esta é uma abordagem teórico-metodológica que dá atenção aos compartilhamentos de significados entre as pessoas em suas práticas cotidianas, além de permitir o estudo das formas de organizar dos envolvidos no processo de IS a partir da ótica deles (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2014).

Neste sentido, os estudos etnometodológicos intencionam evidenciar como as atividades são realizadas e como os problemas são detectados e resolvidos pelos indivíduos a partir da investigação do cotidiano, buscando respostas detalhadas, não óbvias ou facilmente presumíveis para as questões (RAWLS, 2008). Além disso, esta abordagem pressupõe que os métodos de organização do grupo são constituídos por atividades inteligíveis que requerem orientações mútuas constantes, assim como o compromisso com a execução das práticas, logo, o pesquisador deve estar atento ao *timing* e sequenciamento das ações (RAWLS, 2008).

Assim sendo, as investigações etnometodológicas são adequadas na compreensão da construção da realidade a partir das criações e modificações das práticas pelos indivíduos que constituem as organizações (ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2014). Diante disso, identifiquei seu uso em pesquisas que analisavam práticas, a exemplo: o uso da tecnologia (BISPO, 2011), o voluntariado (BISPO; SANTOS, 2014) e o turismo (CAVALCANTE, 2014). Adicionalmente, não encontrei quaisquer estudos ao buscar nas bases de dados da *Scopus* e *Web of Science* as palavras “*social innovation*” AND “*ethnomethodolog**”. Portanto, utilizá-la para a análise de práticas de inovação social pode também contribuir para estender seu uso em temáticas ainda não abordadas nesta ótica. Assim, aponte na Figura 3 os caminhos realizados para o alcance dos objetivos delineados.

Figura 3 – Estrutura da Pesquisa



Fonte: Autora (2018)

Dessa forma, a Figura 3 norteou o desenvolvimento deste capítulo. Em virtude disso, expliquei ao longo das subseções as características da pesquisa e descrevi o percurso metodológico, contemplando a trajetória de seleção do contexto e sujeitos, os processos de coleta e análise de dados realizados, bem como as medidas aplicadas visando o rigor metodológico.

3.1 TRAJETÓRIA DE SELEÇÃO DO CASO E DOS SUJEITOS

Diante das lacunas de pesquisa que nortearam o desenvolvimento dos objetivos, foi necessário selecionar um caso em que: (1) houvesse um contexto de desenvolvimento local, cujos problemas e desafios sociais fossem nítidos; (2) existisse mais de um ator organizacional participando do processo de inovação social; e (3) as interações entre estes atores intencionassem reconfigurações na forma como os objetivos sociais são alcançados. Dessa forma, conheci uma associação de mulheres que produzem cocadas em um município com índices de pobreza e desemprego altíssimos que foram diminuídos ao longo dos anos a partir das atividades da referida organização. Em vista disso, fiz duas visitas à associação que duraram cada uma, aproximadamente, 8 horas, a fim de confirmar a possibilidade de realizar a pesquisa.

Nestas visitas, identifiquei uma série de fatores complicadores que impediriam a investigação empírica de maneira adequada, inclusive pelo método adotado, tais como: a inexistência da definição clara dos objetivos sociais a serem reconfigurados, as implicações do recente falecimento da presidente da associação e a não predeterminação dos horários de funcionamento da organização, pois as mulheres escolhiam os dias de trabalho e minha viagem até o outro município seria prejudicada pela dificuldade de ser avisada com antecedência razoável da data combinada entre elas. Diante disso, foi necessário procurar outro caso que cumprisse os critérios supracitados.

Neste sentido, recordei-me de uma organização da sociedade civil (OSC) localizada na Paraíba, a Casa Pequeno Davi (vide Foto 1), que vem proporcionando a inclusão de crianças e adolescentes de comunidades carentes a partir de atividades de formação humana e cidadania, tais como oficinas profissionalizantes, esportivas e artísticas, baseando-se nos direcionamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, esta OSC ainda possui ações direcionadas às famílias e às próprias comunidades onde atua. Em vista disso, ao longo dos anos de trabalho, mais de 3.500 crianças e adolescentes já foram assistidas, mais de 170 são capacitadas anualmente em saúde, sexualidade e cidadania e se construiu uma forte rede de parceiros dos três setores que viabilizam e apoiam suas ações.

Foto 1 – A Casa Pequeno Davi



Fonte: Casa Pequeno Davi (2018)

Assim sendo, comuniquei-me com a coordenadora pedagógica da OSC que, por sua vez, intermediou o contato com o coordenador administrativo e, assim, a realização da pesquisa foi autorizada formalmente. Neste sentido, minhas primeiras visitas intencionaram conhecer as atividades e funcionamento da OSC para então identificar a prática de inovação social. Dessa forma, pratiquei a indiferença etnometodológica, que se refere à inserção no campo sem definições pré-estabelecidas do que se deve estudar (RAWLS, 2008; BISPO, 2011; BISPO; GODOY, 2014). Assim, para seleção da prática de inovação social pesquisada era preciso que houvesse: (1) o desenvolvimento de uma nova prática (CAJAIBA-SANTANA, 2014); (2) a possibilidade de analisar uma situação anterior e outra posterior no bairro do Roger (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015); e (3) que a nova prática fosse responsável por impactos positivos no contexto estudado com base nos resultados documentados pela própria OSC e nas percepções dos indivíduos beneficiados.

Diante disso, tendo selecionado a nova prática gerada com vistas à mudança social (CAJAIBA-SANTANA, 2014; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015), pude perceber: (1)

quais atores organizacionais e indivíduos (sujeitos) estão envolvidos no desenvolvimento desta prática, compondo a rede de inovação social e, portanto, o contexto de pesquisa (LYON, 2012; BISPO, 2013; AGOSTINI et al., 2017; SILVA; BITENCOURT, 2016) e (2) a mudança no contexto pela análise de uma situação anterior e outra posterior (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015), configurando uma perspectiva longitudinal que, por sua vez, favorece o entendimento das inovações em um dado contexto histórico-cultural (AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016).

Portanto, as técnicas de coleta de dados descritas neste capítulo foram aplicadas com os sujeitos que estão envolvidos no desenvolvimento da prática de inovação social selecionada. Dessa forma, entrevistei três educadores, dez educandos, coordenador administrativo, coordenadora pedagógica, dois ex-educandos e assistente social, totalizando 18 entrevistados. Estas entrevistas foram escutadas repetidas vezes com o intuito de me apropriar melhor dos elementos e significados compartilhados pelos envolvidos, como sugere Ten Have (2004). Neste sentido, o número de sujeitos pesquisados dependeu tanto da quantidade de atores organizacionais envolvidos, quanto da saturação dos dados.

Em complemento, observei as dinâmicas, interagi com as pessoas, auxiliei no que foi solicitado, opinei durante as discussões e, quando foi oportuno e possível, participei de eventos, reuniões das oficinas promovidas pela OSC em sua sede e dos demais atores organizacionais, como a Rede Roger/Varadouro e a Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR), totalizando mais de 50 dias de observação participante (vide Foto 2). Dessa forma, o registro das observações foi feito em um bloco de notas do meu celular, como também em um caderno pequeno que eu levei em algumas ocasiões. Em seguida, ao chegar em casa eu transcrevia as anotações para um documento virtual que eu denominei “Relatório de Observações” e continha a situação ocorrida, local, data e hora do evento, o que os envolvidos perceberam e expressaram, a minha percepção a respeito e os possíveis vínculos teóricos.

Foto 2 – Auxílio no Evento da OSC: Dia da Família



Fonte: Casa Pequeno Davi (2018)

Além disso, analisei documentos administrativos (planejamento estratégico e plano de metas, alvará de funcionamento, ata de fundação, estatuto, plano de captação de recursos, organograma), relatórios de projetos ativos, planilhas de monitoramento dos educadores e dos educandos, bem como entrevistei coordenadores administrativo e pedagógico, educadores, assistente social, educandos e ex-educandos. Adicionalmente, são muitos os conceitos utilizados até então nesta dissertação para explicar o fenômeno estudado. Assim, podem ser visualizados na subseção a seguir tais conceitos e como estes foram investigados empiricamente.

3.2 DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS ANALÍTICAS DA PESQUISA

Em vista da diversidade de conceitos presentes nos estudos de ambas as bases teóricas utilizadas nesta dissertação, assim como a dificuldade de perceber claramente como estes serão

pesquisados empiricamente, organizei no Quadro 2 a seguir as definições constitutivas, que contemplam termos com significados claros em sua exposição, e as definições operacionais, que contemplam a especificação dos procedimentos ou atividades necessárias à manipulação ou medição do que se pretende pesquisar (GRESSLER, 2004).

Quadro 2 – Definições Constitutivas e Operacionais da Pesquisa

Termo	Definição Constitutiva	Definição Operacional
Prática	As práticas são atividades (conjuntos de ações) humanas organizadas (SCHATZKI, 2001)	Foram consideradas práticas os conjuntos socialmente reconhecidos de atividades, situados num contexto de significados compartilhados e organizadas coletivamente. Elas foram investigadas por meio da compreensão de como tais atividades são realizadas a partir dos métodos empregados pelos indivíduos.
Inovação social	“Novas práticas sociais criadas a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas a um objetivo, visando a mudança social por meio da reconfiguração de como os objetivos são alcançados” (CAJAIBA-SANTANA, 2014, p.44).	Foram consideradas inovações sociais as novas práticas que geram maiores impactos no contexto estudado com base nos resultados documentados pela própria OSC e nas percepções dos indivíduos beneficiados, permitindo também a análise de uma situação anterior e posterior à sua existência. Assim, as inovações sociais foram investigadas conforme a definição operacional do termo “prática”.
Rede de inovação social	Conjunto de atores organizados em um processo colaborativo viabilizando e demandando a participação de todos de forma coordenada no desenvolvimento das inovações sociais (SILVA; BITENCOURT, 2016).	Foi analisada a partir da identificação das participações mais ou menos ativas dos diferentes atores organizacionais, incluindo o grupo-alvo, que se relacionam ao desenvolvimento da inovação social estudada.
Ator organizacional (organização)	“A coordenação planejada das atividades de uma série de pessoas para a consecução de algum propósito ou objetivo comum, explícito, através da divisão de trabalho e função e através de uma hierarquia de autoridade e responsabilidade” (SCHEIN, 1982, p.12).	Foram considerados aqueles que participaram do desenvolvimento da inovação social selecionada para pesquisa. Foi analisado de acordo com as atitudes e interações das pessoas que o constituem e/ou representam.
Participação mais ativa do ator organizacional	O envolvimento mais frequente em atividades e transações, estando presente constantemente (COLLIN, 2006).	Foi analisada de acordo com a frequência de envolvimento, físico ou virtual, dos indivíduos vinculados à determinada organização nas atividades que constituem as práticas de inovação social.
Participação menos ativa do ator organizacional	O envolvimento menos frequente em atividades e transações, estando presente esporadicamente (COLLIN, 2006).	Foi analisada de acordo com a frequência de envolvimento, físico ou virtual, dos indivíduos vinculados à determinada organização nas atividades que constituem as práticas de inovação social.
Durabilidade	Aquilo que tem longa vida útil (DUARTE, 2011).	Foi analisada a partir do empoderamento dos beneficiados,

		permitindo identificar a continuidade dos efeitos da prática ao longo do tempo.
Intangibilidade	Aquilo que não tem substância física (LACOMBE, 2009).	Foi analisada a partir dos conjuntos de atividades que constituem a prática de inovação social estudada, averiguando se os meios que materializam a prática possuem mais ou menos substância física.
Situatividade	“Significados socialmente partilhados” (GERHARDT, 2014, p. 895).	Foi analisada considerando a prática de IS selecionada à luz dos conceitos-chave da etnometodologia, descritos em mais detalhes na subseção 3.4 deste capítulo.
Contextualidade	Elemento relativo ao contexto, isto é, o “conjunto dos elementos que condicionam, de um modo qualquer, o significado de um enunciado” (ABBAGNANO, 2007, p. 199).	Foi analisada considerando a prática de IS selecionada à luz do conceito-chave indiciabilidade da etnometodologia, descrito em mais detalhes na subseção 3.4 deste capítulo.
Empoderamento	Processo de busca por autonomia e autodeterminação, em que se desenvolve um senso de poder pessoal, o que não exclui a possibilidade de o indivíduo ser ajudado nesta trajetória por profissionais ou agentes externos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; GONZALEZ-MENA, 2015).	Foi analisado a partir da comparação da situação anterior e posterior, visando a identificação da percepção de poder pessoal, autonomia e autodeterminação que os beneficiados pelas inovações sociais têm deles mesmos.

Fonte: Autora (2018)

3.3 PROCESSO DE COLETA DE DADOS

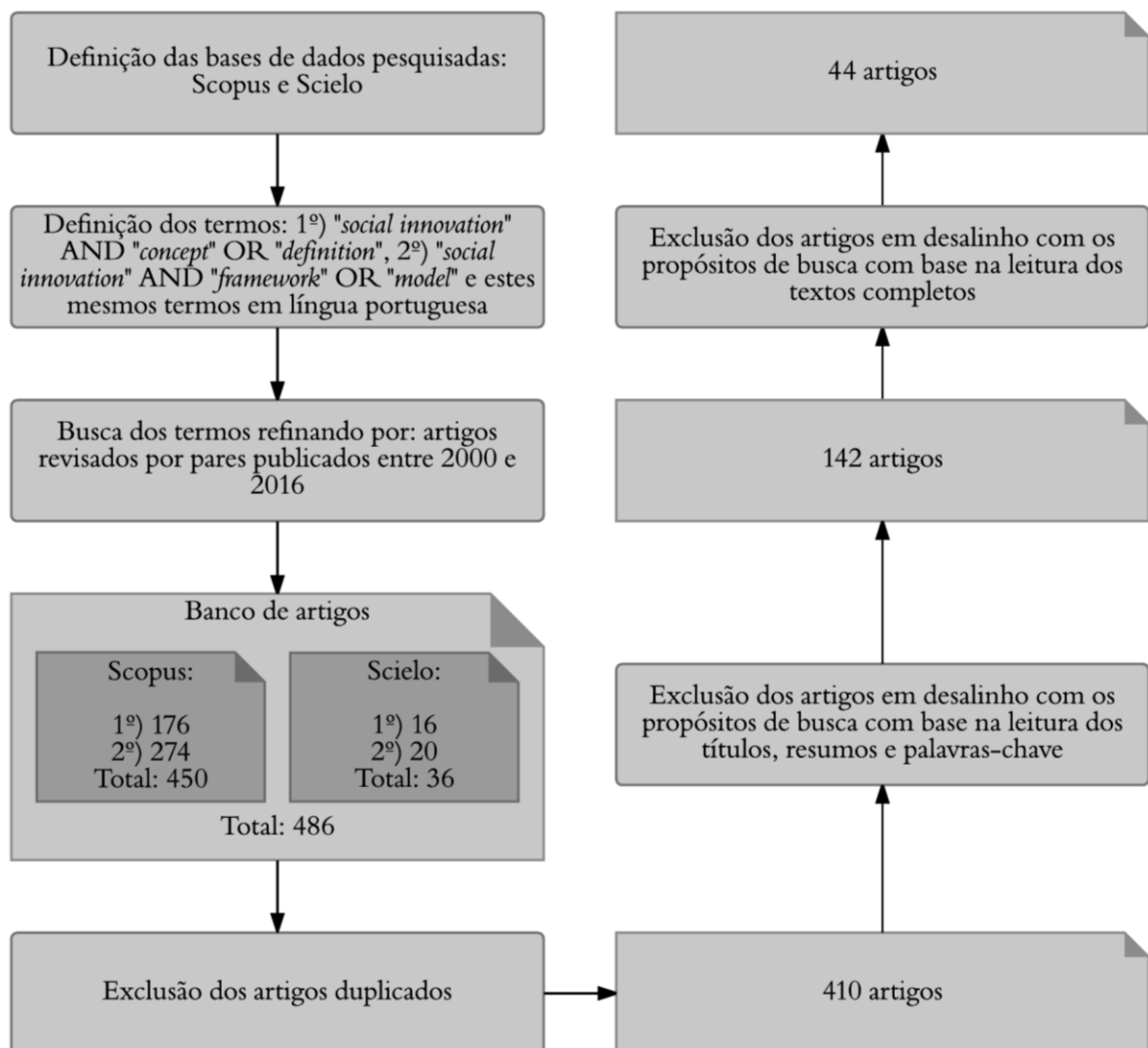
Nesta subseção, foram explicadas as atividades realizadas na fase exploratória e descritiva da pesquisa.

3.3.1 INVESTIGAÇÃO DO ESTADO DA ARTE

Conforme a ilustração do percurso metodológico, a primeira etapa da pesquisa se constituiu de uma fase exploratória, possibilitando o primeiro contato com o fenômeno estudado e suporte para realização da pesquisa. Portanto, realizei uma revisão integrativa de literatura em virtude da natureza emergente do tema, assim como pela intenção de delinear novos pontos de vista teóricos (TORRACO, 2005). Diante disso, utilizei as bases de dados *Scopus* e *Scielo* por meio do Portal Periódicos CAPES em vista de suas relevâncias e interdisciplinaridade, além da inclusão de publicações de autores brasileiros, dissertações e teses.

Assim, a partir da leitura dos textos indicados, percebi que os estudos no tema passaram a ser significativos a partir dos anos 2000. Por esta razão, refinei a busca nas bases para o período compreendido entre 2000 e 2016. Neste sentido, estabeleci como critério de seleção: considerar apenas artigos de periódicos revisados por pares na expectativa de selecionar documentos verificados em um processo rigoroso e que discutissem conceitos ou modelos de análise, gestão ou mensuração da inovação social. Para tanto, os títulos, resumos e palavras-chave foram analisados, sendo desconsideradas as duplicações. O percurso da revisão de literatura pode ser visualizado na Figura 4 a seguir.

Figura 4 – Percurso da Revisão Integrativa de Literatura



Fonte: Autora (2018)

Com base na referida figura, percebe-se que nas buscas realizadas na *Scopus* foram encontrados a partir do primeiro e segundo grupo de palavras-chave 176 e 274 artigos,

respectivamente, totalizando 450 artigos nesta base. Enquanto isso, pela Scielo foram 36 artigos, sendo 16 a partir do primeiro grupo e 20 do segundo grupo de palavras-chave. Vale salientar que estas quantidades se referem à busca dos termos em inglês e português somados. Após a exclusão dos estudos duplicados e que não cumpriam o critério supracitado com base na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, restaram 142 artigos.

Neste processo, na medida em que eu lia os artigos integralmente, o entendimento em relação ao conceito de inovação social se aprimorava. Em vista disso, a partir desta melhor compreensão, artigos que focavam em empreendedorismo social ou se baseavam em uma concepção econômica da inovação, assim como os empíricos de áreas de conhecimento diferentes de administração e gestão foram excluídos a fim de refinar a amostra. Além disso, avalei também a significância dos estudos com base na relevância das questões de pesquisa, qualidade da metodologia e no alinhamento entre estes dois elementos (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003). Dessa forma, restaram 44 artigos que, junto às referências indicadas pelos especialistas e consultas a dissertações e teses, também subsidiaram o desenvolvimento do *continuum* apresentado no capítulo anterior.

3.3.2 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Na condução de pesquisas etnometodológicas, o pesquisador não deve partir de concepções e questões *a priori*, o que é chamado de indiferença etnometodológica (RAWLS, 2008; BISPO, 2011; BISPO; GODOY, 2014). Assim, deve se buscar compreender os métodos empregados pelos membros na realização de suas atividades, admitindo-os como *experts* do fenômeno (RAWLS, 2008; BISPO, 2011; BISPO; GODOY, 2014). Em vista disso, o foco desta pesquisa está na produção, reprodução e modificação das práticas a partir das interações cotidianas entre os atores. Por esta razão, busquei, em primeiro lugar, inserir-me no campo, familiarizando-me com as atividades e os sujeitos e permitindo que prática de inovação social emergisse naturalmente neste processo.

Neste sentido, existem diversas técnicas de coleta que podem ser utilizadas na execução do método escolhido, tais como: observação participante, diálogos (conversas informais / entrevistas não estruturadas), gravações em vídeo e/ ou áudio, projeção deste material gravado para os próprios atores (participantes), fotos, entre outros (TEN HAVE, 2004; RAWLS, 2008; ADAMOGLU DE OLIVEIRA; MONTENEGRO, 2012; BISPO; GODOY, 2014). Diante disso, realizei observações participantes com notas de campo, fotos e gravações em vídeo e/ou áudio, entrevistas semi e não estruturadas e análise de documentos. As referidas fotos e

gravações me foram úteis para consulta constante dos momentos em que os educandos se apresentavam ou se expressavam em eventos ou atividades das oficinas, me auxiliando a recordar da manifestação da prática de inovação social identificada.

Ademais, vale salientar que a referida observação pressupõe a interação com os grupos, de modo que o pesquisador se envolve em suas atividades centrais e desempenha um papel ativo (MERRIAM, 2009). Dessa maneira, eu participei das oficinas auxiliando o educador no que fosse possível, assim como os educandos, e também de algumas reuniões da OSC. Por exemplo: dei assistência na tradução de uma música escolhida para a oficina de dança, registrei as visitas de campo realizadas pelo grupo da oficina de protagonismo e ajudei no planejamento e execução de uma determinada reunião de familiares realizada na OSC.

Neste sentido, as observações participantes e notas de campo são as principais fontes de dados em uma pesquisa etnometodológica, uma vez que em seu exercício o pesquisador pode compreender como as pessoas agem a partir das referências sociais que possuem e seus respectivos pontos de vistas (TEN HAVE, 2004; RAWLS, 2008; BISPO; GODOY, 2014). Diante disso, é necessário vivenciar as atividades, compartilhar do mundo social para perceber como a realidade é construída e interpretada, permitindo a descrição das práticas (TEN HAVE, 2004). Nesta ocasião, as conversas informais são frutíferas por viabilizarem a interação com as pessoas de uma maneira mais natural (TEN HAVE, 2004; BISPO, 2011). Assim sendo, a coleta de dados se deu entre maio de novembro de 2017, período em que eu estive visitando a OSC e participando de suas atividades.

Portanto, em vista dos pressupostos etnometodológicos, não desenhei um roteiro de observação ou de entrevistas inicialmente, mas sim participei das atividades da OSC com regularidade. Dessa forma, não estabeleci previamente o que observar, mas na medida em que a pesquisa evoluía em virtude da minha inserção no campo e seleção da prática de inovação, os direcionamentos contidos no Quadro 4 apresentado na subseção seguinte servia como base para delinear minhas intenções de pesquisa. Além disso, o roteiro de entrevista semiestruturado (ver Apêndice D) desenvolvido para conversar com as crianças e adolescentes também se baseou neste quadro e no pressuposto de compreender como eles percebem suas realidades.

Além disso, é importante evidenciar um aspecto central da investigação empírica: a prática de inovação social tem sido sustentada por intermédio das práticas da OSC a ser estudada. Adicionalmente, esta organização possui uma ampla gama de atividades direcionadas a diferentes públicos (crianças, adolescentes, pais, famílias e comunidade). Por este motivo, selecionei uma única prática de inovação social, pois esta já demandou a apreciação de uma

grande quantidade de categorias analíticas associadas aos objetivos, pressupostos teóricos da inovação social e ao método de pesquisa.

Complementarmente, reforço que todas as técnicas de coleta selecionadas foram importantes para o alcance dos objetivos delineados. Assim sendo, as atividades que constituem a prática selecionada foram investigadas ao mesmo tempo em que eu compreendia as participações dos atores organizacionais em seu desenvolvimento. Ademais, é possível visualizar nos Quadro 3 e 4 da subseção seguinte indicações do que é possível acessar a partir da aplicação das referidas técnicas de coleta de dados, tomando por base os conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana e seus principais vínculos com os pressupostos teóricos de inovação social utilizados.

3.4 PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados na etnometodologia ocorre de maneira interpretativa visando a compreensão dos significados compartilhados entre os indivíduos (TEN HAVE, 2004). Em vista disso, a chave é estar seguro de que os sentidos atribuídos às interpretações representam a realidade vivida no contexto estudado (TEN HAVE, 2004; BISPO; GODOY, 2012). Portanto, não existe um caminho único para aplicar este método, nem mesmo modelos prescritivos de como coletar ou analisar os dados. Inclusive, Ten Have (2004) argumenta que quando entrevistas são utilizadas em pesquisas etnometodológicas, suas transcrições não são obrigatórias. Assim, não realizei transcrições por concordar que é mais útil ao processo de interpretação e análise dos dados ouvir as gravações repetidas vezes e apreender os sentidos atribuídos na compreensão da realidade dos entrevistados (TEN HAVE, 2004).

Diante disso, utilizei os cinco conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana descritos em Bispo e Godoy (2014) como um guia para a análise dos dados, pois estes contemplam as características centrais desta abordagem. Assim, apresento no Quadro 3 a seguir a descrição de cada conceito com questões norteadoras para análise criado pelos referidos autores.

Quadro 3 – Análise e Interpretação de Dados Etnometodológicos

Conceito	Descrição Teórica do Conceito	Pergunta de Orientação Analítica e Interpretativa
Prática / Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e	As atividades identificadas representam o cotidiano da organização/grupo investigado e são reconhecidas pelos seus membros como próprias e

	do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.	características da organização/grupo ao qual pertencem?
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que ao mesmo tempo em que uma palavra tem um significado de algum modo “genérico”, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares. Assim, a sua compreensão, em alguns casos, necessita que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra. Trata-se da linguagem em uso.	O conjunto de atividades identificadas apresenta uma linguagem própria da organização/grupo investigado em que todos os membros compartilham dela e do (s) sentido (s) que ela representa na vida cotidiana dessa organização/grupo? É possível identificar jargões e/ou palavras próprias?
Reflexividade	Está relacionada aos “efeitos” das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre os seus criadores.	O conjunto de atividades identificadas cria ao longo do tempo na organização/grupo condições de perpetuação, modificação ou até mesmo geram novas atividades que são reconhecidas pelos membros como resultado do seu cotidiano?
Relatabilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui. Pode ser considerada como uma “justificativa” do grupo para determinada atividade e conduta.	É possível identificar nas falas e ações dos membros da organização/grupo justificativa comum para orientar a razão pela qual o conjunto de atividades é realizado daquela forma e não de outra?
Noção de Membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de “ser” do e no grupo e não apenas de “estar”.	O conjunto de atividades mapeadas permite ao pesquisador identificar claramente quem são os indivíduos que são efetivamente da organização/grupo e não apenas “estão” nele? A indicialidade e a relatabilidade são fundamentais para tal reconhecimento.

Fonte: Bispo e Godoy (2014)

Adicionalmente, Bispo e Godoy (2014) reforçam que este quadro não deve ser interpretado como uma proposta prescritiva, inclusive por contrariar os pressupostos etnometodológicos. Por este motivo, tais questões servem como orientações de como averiguar as características associadas a cada conceito-chave. Diante disso, criei o Quadro 4 a seguir com o intuito de tornar mais visível os principais vínculos existentes entre os desdobramentos metodológicos decorrentes do uso dos conceitos-chave da etnometodologia garfinkeliana para análise dos dados e os pressupostos teóricos de inovação social utilizados.

Quadro 4 – Vínculos entre Desdobramentos Metodológicos e Pressupostos Teóricos

Conceito-chave	Pressuposto Teórico
Prática / Realização	As inovações sociais se originam a partir de pequenas mudanças peculiares às ações individuais e interações entre os membros, ocorrendo em um processo repetitivo até que a nova prática se estabeleça (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015), envolvendo

	processos de aprendizagem coletiva e reflexão sujeito às leis do próprio grupo (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Assim, pela continuidade e imitação das ações, as práticas são legitimadas (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015).
Indicialidade	As práticas de inovação social são dependentes do contexto (CAJAIBA-SANTANA, 2014) por estarem embebidas de significados e sentidos compartilhados por aqueles que desempenham a ação, inclusive em sua linguagem (BISPO, 2013). Logo, os aspectos culturais específicos ao grupo e ambiente em que atuam precisam ser decodificados (HOCHGERNER, 2012; LYON, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015).
Reflexividade	A análise do processo de inovação social é mais frutífera sob uma perspectiva longitudinal que envolva a comparação de uma situação anterior e outra posterior (MAURER; SILVA, 2015; AYOB; TEASDALE; FAGAN, 2016), percebendo quais eram as disfunções nas práticas que foram modificadas (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Isto porque a inovação é oriunda de padrões de comportamento anteriores que, frente a novas situações, levam à mudança nas práticas.
Relatabilidade	O desenvolvimento de inovações sociais envolve dinâmicas de mudança (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015). Neste sentido, compreender como as práticas são produzidas, reproduzidas e modificadas envolve investigar atividades inteligíveis e valorizar como os indivíduos justificam os porquês de suas ações e as mudanças nas práticas.
Noção de Membro	Os aspectos culturais específicos ao grupo (HOCHGERNER, 2012; HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015) são compartilhados por aqueles que possuem uma participação mais ativa no desenvolvimento das inovações sociais. Dessa maneira, os tipos de relacionamentos variam com base em quem são os envolvidos, como eles operam, quais atividades são realizadas e em que periodicidade (LYON, 2012). Assim, são aqueles mais engajados na prática que compartilham de seus elementos.

Fonte: Autora (2018)

Neste contexto, percebe-se que os objetivos de pesquisa podem ser alcançados pelo uso da etnometodologia, uma vez que: (1) foi possível identificar as inovações sociais e caracterizá-las, (2) investigar a realização das atividades que constituem a prática selecionada e (3) identificar a participações dos atores organizacionais em seu processo de desenvolvimento. Ademais, visando o rigor metodológico, valorizei nesta pesquisa: a triangulação dos dados (por meio das diversas técnicas de coleta de dados utilizadas), a descrição clara, rica e detalhada dos procedimentos metodológicos (realizada ao longo deste capítulo), minha reflexividade e abertura a evidências que estimulem novas formas de pensamento sobre o tema (a partir da indiferença etnometodológica e percepção da realidade como socialmente construída) (PAIVA JÚNIOR; LEÃO; MELLO, 2011).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresento e discuto os resultados da pesquisa, dividindo-o em duas subseções. Na primeira seção são discutidos elementos condizentes tanto ao primeiro quanto ao segundo objetivos específicos na medida em que, inicialmente, apresento um panorama da situação de exclusão e vulnerabilidade social presente no bairro e, em seguida, explico como a prática de inovação social surgiu e tem se desenvolvido neste contexto, explicitando, para isto, as atividades da OSC. Na outra subseção, abordo o segundo e terceiro objetivos específicos, abrangendo especificamente a participação dos diferentes atores organizacionais nas ações relacionadas à prática selecionada, também explicitando as atividades da OSC.

4.1 A PRÁTICA DE IS EM SEU CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

Na zona norte da capital paraibana estão as construções e bairros mais antigos e com influências religiosas, tais como Tambiá, Varadouro e Roger. Além disso, o desenvolvimento de João Pessoa ocorreu da zona norte em direção ao sul, de modo que as pessoas com maior poder aquisitivo passaram a ocupar regiões próximas às praias (BISPO, 2015). Nesta conjuntura, muitos indivíduos de camadas mais desfavorecidas da sociedade moram distante das praias e, nestas áreas, segundo a autora supracitada, tem sido evidente o abandono do poder público e o fortalecimento de estigmas pela mídia, especialmente na zona norte. Neste sentido, Melo (1999, p. 2) afirma que “para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade”.

Diante disso, dou destaque ao bairro do Roger, meu recorte de pesquisa, que possui alto índice de exclusão social (TOPOGRAFIA SOCIAL, 2009) e se tornou conhecido pela presença do denominado “Lixão do Roger” (vide Foto 3) e do presídio da cidade. Fundado em 1958, o Lixão objetivava receber o lixo produzido em João Pessoa, porém em vista do acúmulo de resíduos se tornou uma alternativa à sobrevivência das pessoas, pois algumas procuravam catar para se alimentar, outras reciclar e/ou vender objetos (OLIVEIRA, 2013). Só em 2003 ele foi desativado pela prefeitura do município em virtude das condições precárias às quais as pessoas se submetiam na tentativa de encontrar um meio de vida, dos danos ambientais e da destinação incorreta do lixo. Neste sentido, Pessoa (2012) argumenta que o Lixão e o presídio reforçam a percepção do bairro como um território sujo e violento.

Foto 3 – Lixão do Roger



Fonte: Bergamini ([200-?])

Ao mesmo tempo, ao realizaadas com integrantes da OSC pelas comunidades do Roger e conversar com funcionários e alunos, constatei que a situação de pobreza e violência é inegável, logo, a percepção supracitada não é completamente inverificável. Isto porque o tráfico de drogas nas comunidades é intenso, o que por vezes ocasiona homicídios em virtude da rivalidade entre as gangues dominantes em diferentes comunidades do Roger e de outros bairros próximos, tais como Ilha do Bispo, Varadouro e Padre Zé. Portanto, mesmo concordando com Pessoa (2012) no tocante ao estigma presente e ao seu contraponto em forma de uma forte raiz cultural na região, que se materializa em especial pela atuação das escolas de samba e quadrilhas juninas formadas pelos moradores, não é possível desconsiderar a expansão das atividades do tráfico e as ações danosas praticadas em seu nome.

Em complemento, mais de 50% dos moradores do Roger vivem em situação de alta vulnerabilidade social (TOPOGRAFIA SOCIAL, 2009). Com base neste mesmo relatório, numa escala de -1 a 1, onde -1 significa maior exclusão social e 1 menor exclusão, o bairro apresenta índice de -0,18 de qualidade de vida, -0,12 de desenvolvimento social e -0,44 de equidade. As consequências destes resultados ficaram evidentes durante as observações empreendidas no denominado Baixo Roger, parte do bairro com infraestrutura precária (vide

Foto 4), enquanto no Alto Roger as condições de vida são melhores, o que, inclusive, leva ao preconceito dos moradores do Alto em relação aos do Baixo (BISPO, 2015). Neste cenário, a OSC pesquisada se situa no Baixo Roger, recebendo crianças de comunidades próximas, tais como: comunidade do “S”, Asa Branca, Gadanho, Terra do Nunca, Cangote do Urubu, Buraco da Gia, Porto do Capim e Rua do Cano.

Foto 4 – Comunidade do “S”



Fonte: Casa Pequeno Davi (2018)

Assim, durante as observações e conversas informais, pude confirmar os índices de exclusão supracitados e também verificar como esta realidade se apresenta nas vidas das famílias que moram nestes locais, em especial das crianças e adolescentes matriculadas na OSC. Por exemplo: não é raro que os alunos sejam vizinhos de traficantes de drogas e assassinos de aluguel, ou mesmo que seus pais, irmãos ou quaisquer parentes estejam envolvidos com substâncias ilícitas em algum nível ou nas disputas entre gangues. Inclusive, alguns educandos são filhos de chefes do tráfico, presidiários e matadores. Ao mesmo tempo, também não é difícil

encontrar crianças e adolescentes temerosas, que não andam em determinadas ruas por estas pertencerem a facções criminosas rivais das existentes em sua própria comunidade.

Isto foi notável durante uma das minhas caminhadas no bairro, em que, acompanhada de dois adolescentes e um educador da OSC, não nos arriscamos a entrar demais na comunidade Asa Branca, pois esta é dominada por uma gangue que surgiu em 2016 e já demonstra ser bastante perigosa, denominada Raça do Cão. Ademais, eles também me contaram que a barreira do presídio delimita a divisa entre a Asa Branca e a parte em que se localiza a OSC, que, por sua vez, é comandada por uma pessoa que não divulga sua identidade nem nomeia sua gangue. Por esta razão, as rixas entre eles impedem que pessoas de uma comunidade transitem com segurança pela outra e vice-versa. Na ocasião, os adolescentes me relataram que a Raça do Cão tem matado violentamente e se identificam por encravar duas facas no pescoço da vítima. De acordo com eles, seu surgimento se justifica pela decisão de não se submeter ao comando de outras duas facções com atuação ampla na Paraíba e até no Nordeste: Okaida e Estados Unidos.

Além disso, as condições de vida no Roger não são precárias unicamente pelos riscos associados à violência praticada pelas gangues, mas também pela pobreza, em alguns casos extrema. Das 2355 famílias do bairro, 1428 estão sob alta ou muito alta vulnerabilidade social (TOPOGRAFIA SOCIAL, 2009). No maior trajeto que percorri a pé pude conhecer a comunidade do “S”, o sistema de esgoto, o antigo Lixão do Roger, o Alto Roger, o Parque Zoobotânico Arruda Câmara (Bica) e a comunidade Asa Branca. Neste dia, tornou-se nítido para mim o quanto a vulnerabilidade social é presente no Baixo Roger, como também distante da minha própria realidade. Caminhando, passei por ruas de barro, vi diversas bocas de fumo, casas minúsculas, como também barracos e lixo a céu aberto, configurando ausência de boa infraestrutura e situação higiênica saudável, conforme Foto 5.

Foto 5 – Condições de Vida nas Comunidades



Fonte: Casa Pequeno Davi (2018)

Ademais, conversando frequentemente com os educadores, funcionários da equipe de apoio e também participando de reuniões na OSC, relatavam-me que muitas crianças e adolescentes estavam frequentando as atividades com fome e sujas. Inclusive, também me informaram que não ter o que comer e vestir, assim como dinheiro para reverter esta situação não é incomum, confirmando a realidade que observei em minhas caminhadas. Outro ponto é o baixo grau de instrução dos chefes de família, que também dificulta o acesso a empregos e pode impactar no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Por exemplo: uma das mães me revelou que sofria violência sexual e agredia seus filhos, pois lhe faltava direcionamento. Contudo, contou-me que depois de matriculá-los na OSC, passar a frequentar as oficinas profissionalizantes oferecidas a ela e as reuniões de familiares, aprendeu como poderia ser uma mãe mais carinhosa, atenciosa e educa-los sem a necessidade de violência.

Neste cenário, outros alunos e suas mães também mencionaram em suas conversas comigo, com bastante naturalidade, a situação de pobreza em que vivem, as dificuldades de acesso à saúde, o assassinato de colegas, familiares e o uso e tráfico de drogas por pessoas próximas a eles. Diante disso, apesar de eu inicialmente estranhar o compartilhamento de fatos

graves tão espontaneamente, passei a me acostumar e entender que isto faz parte da realidade em que eles vivem, compõe suas histórias e maneiras de interpretar o mundo. Depois desta percepção, quando um adolescente comentou durante uma aula na OSC que “a Raça do Cão não tá de brincadeira”, porque em sua escola algumas pessoas transitam armadas, outras enrolam cigarro de maconha nos corredores, usam e vendem drogas no horário de aulas, não mais me choquei.

Baseado nisso, um dos educadores afirma que o tráfico acolhe as crianças e adolescentes, oferece a ideia de uma nova vida. De acordo com outro educador e os adolescentes que me acompanharam na caminhada pelo bairro, as pessoas são convidadas a fazer parte do tráfico por algum amigo que já está envolvido, outros buscam se inserir pela possibilidade de ganhar dinheiro rapidamente, por ambição. Em geral, a primeira função dada é a de “aviãozinho”, em que se faz a entrega da boca de fumo até o cliente final e só é exercida por crianças, por não serem facilmente detectáveis por policiais. Depois, a pessoa pode começar a vender, abordando potenciais usuários e criando sua carteira de clientes. Em seguida, pode começar a comprar as drogas, lidando com fornecedores. Por fim, pode chegar a comandar uma área, assumindo uma função de distribuição.

Ainda, eles me contaram que não se envolveram com o tráfico em virtude do risco de vida e “porque é errado”. Assim sendo, segundo eles, não faltaram convites, porém o preço a se pagar por adentrar no tráfico de drogas não compensa as facilidades proporcionadas por ele. Nesta conjuntura, sabendo da situação de violência e pobreza, do tráfico de drogas e dos estigmas associados ao bairro, percebo que as inovações sociais são iniciativas favoráveis no intuito de minimizar os efeitos negativos ocasionados por tais desigualdades sociais, conforme apontam Murray, Mulgan e Caulier-Grice (2008), Nicholls e Murdock (2012), Grimm et al. (2013) e Cajaiba-Santana (2014). Isso porque o crescente número de problemas sociais, econômicos e ambientais impulsiona a necessidade de se desenvolver novas formas de trata-los e/ou eliminá-los, visando a mudança social por meio da reconfiguração de como os objetivos são alcançados.

Em vista disso, as inovações sociais se apresentam como alternativas possíveis para a transformação desta realidade, além de estarem sendo amplamente estudadas e realizadas com este propósito de desenvolvimento local, como apontam van der Have e Rubalcaba (2016). Neste sentido, mais de dez mil crianças, adolescentes e jovens até 24 anos participaram das atividades ofertadas pela OSC ao longo de 32 anos, o que contribui para seu desenvolvimento físico, psíquico e social, bem como para a mobilização de melhorias na comunidade, segundo o seu *site* (CASA..., 2017b). São exemplos do sucesso das ações da OSC a diminuição de casos

de violação dos direitos, a maior inserção dos educandos no mercado de trabalho e suas participações em apresentações culturais e artísticas (vide Foto 6), além do acesso a cursos de extensão ou atividades extracurriculares associadas à potencialidade identificada nas oficinas da OSC (cursos de música, aulas de balé clássico, ginástica rítmica, entre outros).

Foto 6 – Apresentação de Dança no Aniversário da OSC



Fonte: Autora (2018)

Neste sentido, é importante destacar que as oficinas são as ações de atendimento direto às crianças e adolescentes, objetivando a formação cidadã a partir de atividades culturais, pedagógicas e esportivas. Dentre as diferentes oficinas já ofertadas pela OSC estão: artes visuais, dança, canto, yoga, contação de histórias, teatro, protagonismo juvenil, futebol, flauta, metais, percussão e música (vide Foto 7). Desse modo, os alunos inscritos em cada oficina participam de aulas com carga horária variada que contemplam tanto o desenvolvimento na técnica específica da oficina como a discussão dos chamados temas transversais, por exemplo trabalho infantil, sexualidade, saúde e higiene. Ainda, é importante salientar que os educandos podem participar de mais de uma oficina.

Foto 7 – Oficina de Percussão



Fonte: Autora (2018)

Além disso, para que uma criança ou adolescente possa se matricular em uma oficina, desde que haja vaga, é necessário que as seguintes regras sejam cumpridas: ela deve morar na área de abrangência das atividades de atendimento direto da OSC (Roger, Padre Zé, Varadouro, Ilha do Bispo e Distrito Mecânico), o familiar responsável ter renda per capita de até um quarto do salário mínimo e estar em situação de alguma das diversas formas de violência e/ou vulnerabilidade social. Neste sentido, existe uma lista de espera, pois são muitas aplicações e as oficinas comportam entre 20 e 30 educandos. Também, casos que são encaminhados pelo Conselho Tutelar e Ministério Público são priorizados. Ao mesmo tempo, a assistente social da OSC me informou que, apesar destas regras, existe um bom nível de flexibilidade que permite a análise das particularidades de cada caso, de modo que, em algumas situações, a criança ou adolescente é matriculada e permanece na oficina.

Assim sendo, é esperado que os alunos matriculados nas diferentes oficinas demonstrem desenvolvimento humano e técnico. Estes resultados são percebidos pela comunidade e sociedade ao longo do ano a partir dos eventos promovidos que contam com a participação das

crianças e adolescentes, por exemplo: na comemoração do aniversário de 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram organizadas apresentações de dança, de música e exposição de artes produzidas pelos educandos. Além disso, estes resultados são cobrados aos educadores pela coordenação pedagógica tanto para acompanhamento do alcance da missão da OSC, como para dar um *feedback* aos financiadores por meio dos relatórios de projetos sociais. Dessa maneira, os educadores devem preencher relatórios mensais em que constam os conteúdos abordados, seus objetivos, atividades planejadas, materiais necessários e os resultados alcançados. Tais relatórios dos educadores subsidiam as ações da OSC e os relatórios que são preenchidos para envio aos financiadores.

Em complemento, o planejamento e execução das oficinas se baseiam nas diretrizes de metodologias participativas de ensino (educação popular), socioconstrutivismo e educação em direitos humanos. Sendo assim, no início do ano é realizado o planejamento anual da OSC que aborda, dentre outros elementos, as temáticas transversais a serem trabalhadas nas oficinas mensalmente. Apesar disso, estes temas se complementam e podem continuar a ser mencionados em meses distintos dos planejados, inclusive se surgir uma demanda associada a determinado tema. Por exemplo: se um educador descobrir que existe um caso de violência doméstica ocorrendo com algum de seus educandos, além de encaminhar esta situação ao setor Psicossocial (setor da OSC responsável pelo acompanhamento das crianças, adolescentes e suas famílias), ele pode tornar a discutir o tema em sua oficina.

Em seguida, é realizado o planejamento setorial, que ocorre de dois em dois meses e é conduzido pela coordenadora pedagógica. Nestas ocasiões ela traz ideias relacionadas ao tema transversal do mês para auxiliar os educadores em seus planejamentos e também são discutidos os tipos de atividades que podem ser realizados por eles para trabalhar estes temas em suas oficinas como também outros tipos de atividades empreendidas pela OSC. Por exemplo: no planejamento setorial do mês de outubro a reunião abordou também um conjunto de ideias para a festa de encerramento das atividades ao final do ano, buscando definir o que cada oficina pode apresentar neste dia. Inclusive, é uma cultura os educadores promoverem exposições ou apresentações em eventos internos da OSC ou em outros que são convidados demonstrando o bom trabalho que tem sido realizado nas oficinas e evidenciando os talentos das crianças e adolescentes.

Diante disso, é importante salientar o direcionamento pedagógico vigente de que os aspectos técnicos das oficinas devem funcionar como meios para que as crianças e adolescentes se expressem e, inclusive, deem sinais de situações de violação de direitos que possam estar passando para realização dos encaminhamentos necessários. Por outro lado, percebo que ainda

que os educadores recebam formações periódicas, eles são profissionais capacitados no aspecto técnico e, assim, em alguns momentos apresentam comportamentos que vão de encontro às diretrizes supracitadas. Porém, ao conversar com um dos coordenadores compreendi que eles estão cientes desta questão, pois me foi relatada a dificuldade de refletir a respeito das ações realizadas.

Dessa forma, há um reconhecimento de que os funcionários entendem o que precisa ser feito, estão dispostos a agir de maneira coerente e realizam suas atividades, mas nem sempre dedicam tempo para avaliar a si próprio e as demais ações da OSC de maneira dialogada, não necessariamente fazendo como um monitoramento formal. Apesar disso, há o acompanhamento diário dos educadores por parte da coordenação pedagógica em forma de conversa a respeito do que está sendo executado, dos conflitos e dificuldades existentes, dos sucessos e situações de destaque nas oficinas. Mesmo assim, esta reflexão das ações permanece sendo uma dificuldade, pois as atividades acabam sendo realizadas de maneira automática, de modo que, aparentemente, pouca importância é dada à dedicação de tempo para a tomada de consciência a respeito das atitudes e comportamentos que entram em choque com as linhas teóricas que embasam o posicionamento filosófico da OSC.

Adicionalmente, por meio das minhas observações constatei que os educadores dão bastante atenção ao aspecto técnico. Logo, por vezes a atuação dentro dos temas transversais propostos para o mês ocorrem em menor frequência. Por exemplo: na oficina de dança existe a demanda de criação e treino de coreografias para apresentações que são agendadas ao longo do ano. Assim, os momentos de discussão dos temas transversais ocorrem menos do que a prática de dança em virtude desta prioridade. Ao mesmo tempo, eu não diria que este é um problema para as crianças e adolescentes, pois eles me relataram o quanto gostavam das oficinas e percebiam seu desenvolvimento tanto como seres humanos como nas habilidades técnicas da atividade em que estão matriculados. Contudo, diante da missão da OSC, acredito ser importante que os educadores consigam dar mais ênfase aos temas transversais durante as aulas.

Ademais, muitos ex-alunos, seus familiares e funcionários antigos da OSC me explicavam como as pessoas que têm acesso às atividades conseguem vislumbrar outras possibilidades e meios de vida que vão na contramão do que configura o *status quo* das comunidades em situação de vulnerabilidade. Isto é, conseguem sonhar e se sentirem capazes de realizar estes sonhos, não cedendo aos convites do tráfico de drogas ou às desesperanças que a exclusão social produz, por exemplo. Aliás, alguns adolescentes me relataram que suas maneiras de enxergar o mundo e tomar decisões são constantemente lapidadas em virtude do conhecimento que eles acessam a partir das atividades proporcionadas pela OSC. Estes

depoimentos são também corroborados por ex-alunos que, por sua vez, já se encontram vivenciando as experiências e oportunidades que sonharam outrora.

Por este motivo, compreendo que as iniciativas realizadas pela OSC contribuem para o desenvolvimento de “novas práticas sociais criadas a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas a um objetivo, visando à mudança social por meio da reconfiguração de como os objetivos são alcançados” (CAJAIBA-SANTANA, 2014, p.44), isto é, inovações sociais. Neste sentido, tais novas práticas se apresentam no dia a dia das crianças e adolescentes por meio de suas próprias atitudes e percepções. Em vista disso, verifico que as inovações facilitadas pela OSC se alinham a uma perspectiva mais orientada ao processo, pois buscam transformar as práticas que ocasionam as desigualdades sociais e, dessa forma, ensinam a pescar.

Por outro lado, o bairro do Roger não é feito somente de violência e pobreza, mas também de uma forte tradição histórico-cultural. Inclusive, Campos (2008) traz em sua pesquisa etnográfica relatos de moradores de que os maiores problemas têm sido causados por pessoas oriundas de bairros vizinhos, o que corrobora os discursos dos participantes da OSC. Ademais, Bispo (2015) e Pessoa (2012) atestam em seus respectivos trabalhos o vínculo dos moradores com elementos históricos e manifestações culturais presentes no bairro, tais como as escolas de samba, quadrilhas juninas, rodas de capoeira, o Onze esporte clube recreativo, o ginásio Guarani e a igreja de Santa Terezinha. Dessa maneira, todas estas organizações acabam por contribuir com o desenvolvimento de inovações sociais, inclusive por representarem um espaço de boa convivência comunitária.

Dentre estes espaços está a OSC pesquisada, que descreve em seu planejamento estratégico a missão de “contribuir para a efetivação dos direitos humanos, em especial de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social”. Neste sentido, são realizadas ações de educação integral, articulação comunitária e institucional e intervenção nos espaços de políticas públicas da Paraíba. Dessa forma, suas estratégias são embasadas no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da Criança e do Adolescente que, por sua vez, se orienta pela “aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal” (BRASIL, [200-?], p.1).

Assim sendo, o SGD compreende três eixos: controle e efetivação, promoção e defesa dos direitos humanos. A OSC desenvolve ações de controle e efetivação dos direitos (fortalecimento das redes de proteção, participação em fóruns, conselhos e outros espaços de controle social) e promoção (atendimento direto a crianças, adolescentes e famílias por meio de oficinas) por meio das suas atividades. Diante disso, é seguro dizer que diversas inovações

sociais são realizadas por meio destas iniciativas, pois sua atuação com vistas à efetivação dos direitos é mista. Ao mesmo tempo, decidi pesquisar uma prática de inovação atrelada às ações de um dos eixos de atuação da OSC: promoção de direitos, tanto por estas impactarem de maneira mais diretamente observável na realidade das crianças e adolescentes, como por viabilizarem maior clareza na identificação das percepções deles a respeito da prática.

Aliás, considero este último aspecto de extrema importância em virtude do meu argumento introdutório de que as percepções dos beneficiados precisam ser melhor abordadas nos estudos em inovação social e dos pressupostos epistemológicos da pesquisa, em que os indivíduos envolvidos são os *experts* do fenômeno. Além deste direcionamento, como mencionado nos procedimentos metodológicos, para seleção da prática de inovação social pesquisada era preciso que houvesse: (1) o desenvolvimento de uma nova prática (CAJAIBA-SANTANA, 2014); (2) a possibilidade de analisar uma situação anterior e outra posterior no Roger (HOWALDT; KOPP; SCHWARZ, 2015; MAURER; SILVA, 2015); e (3) que a nova prática fosse responsável por impactos positivos no contexto estudado com base nos resultados documentados pela própria OSC e nas percepções dos indivíduos beneficiados.

Sendo assim, considerando os critérios supracitados, decidi pesquisar o empoderamento como exemplo de uma prática de inovação social, sabendo que este traz mudanças significativas à vida dos alunos e também contribui para o fortalecimento da imagem da OSC na sociedade, conforme as publicações em seu *site* e redes sociais (CASA..., 2017a, 2017b). Dessa maneira, percebo que a OSC trabalha para empoderar as pessoas e, assim, suas atividades, em conjunto, constituem-se numa prática de empoderamento. Neste sentido, o empoderamento é um processo de busca por autonomia e autodeterminação, em que se desenvolve um senso de poder pessoal, o que não exclui a possibilidade de o indivíduo ser ajudado nesta trajetória por profissionais ou agentes externos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009; GONZALEZ-MENA, 2015). Assim, esta prática se caracteriza como uma inovação social por se desenvolver a partir de ações coletivas, intencionais e orientadas a um objetivo, visando a mudança social por meio da reconfiguração de como os objetivos são alcançados, estando em consonância com o conceito de Cajaiba-Santana (2014), utilizado como referência nesta dissertação.

Ademais, nos resultados documentados das iniciativas realizadas pela OSC constam depoimentos de crianças e adolescentes ressaltando o sentimento de acolhimento e confiança, o que permite que verbalizem as situações de violência praticadas contra eles, como também estimula o desenvolvimento pessoal pelo debate de temas como homofobia, *bullying*, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), trabalho infantil, convivência familiar e comunitária e pelo exercício da criatividade e liderança a partir das atividades ofertadas na OSC. Com base nisso,

destaco que o empoderamento se dá de maneira diferente para cada aluno, afinal, além da diferença do tempo de permanência das crianças e adolescentes nas oficinas, cada um possui seus próprios desafios pessoais e profissionais.

Em complemento, também estão registrados bons níveis de assiduidade, engajamento e desempenho dos alunos nas atividades propostas. Ainda, diversas crianças e adolescentes me relataram em entrevistas e conversas informais o quanto eles se sentiam mais capazes e conscientes desde que passaram a ter acesso às oficinas e experiências viabilizadas pela OSC, tais como a participação em reuniões da Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente do Roger/Varadouro, do Conselho Consultivo da Criança e Adolescente de João Pessoa, além de apresentações artísticas em público, como na Feira de Cidadania do bairro, em escolas municipais e estaduais, no Espaço Cultural da cidade, entre outros. Dessa forma, estas evidências confirmam a relevância da prática de empoderamento e justificam sua escolha.

Neste sentido, identifiquei que esta inovação social emerge em virtude da própria situação de vulnerabilidade social à qual as crianças e adolescentes estão imersas. Ou seja, por causa das dificuldades e barreiras associadas à exclusão social, o empoderamento surge como alternativa para suavizar e/ou reverter estas desigualdades. Neste aspecto, as ações da OSC estão em conformidade com a percepção da European Commission (2013) de que o empoderamento por meio da educação pode ser um meio de resposta à exclusão social. Diante disso, a prática de inovação social identificada é realizada por atender de maneira mais eficaz às demandas sociais, como apontam Howaldt, Kopp e Schwarz (2015), sendo neste caso aquelas referentes às crianças e adolescentes do Roger.

Inclusive, na análise documental, tive acesso a um estudo realizado pela OSC junto a um parceiro que buscou aferir o impacto a longo prazo das atividades de atendimento direto na vida das crianças e adolescentes tomando por referência os anos de 2002 a 2012, denominado “Estudo de Impacto”. No referido estudo, intencionou-se avaliar aspectos relacionados aos objetivos organizacionais em quatro áreas: a) desenvolvimento pessoal; b) educação; c) trabalho; e d) cultura de paz. Diante disso, destaco o resultado encontrado de que há uma disparidade no nível de educação das crianças e adolescentes que frequentam a OSC e as que não frequentam. Isto é, nas comunidades atendidas, que são marcadas pela alta vulnerabilidade social, aqueles que participaram das oficinas tinham um nível educacional mais elevado. Assim, muitos ex-educandos chegaram a concluir o ensino universitário, técnico e médio, enquanto nestes bairros é comum as pessoas nem completarem a educação básica.

Ademais, a OSC busca empoderar seus participantes e o faz tratando de temas que emergem das necessidades avaliadas nas comunidades. Assim, anualmente é realizado um

diagnóstico, a qual eles chamam de sondagem, em que são mapeadas as problemáticas latentes do bairro, como também as inquietações das crianças e adolescentes. A partir dos resultados, são estabelecidos no planejamento anual os temas mensais a serem discutidos nas oficinas, como exemplo: identidade social e gênero, saúde, sexualidade, violências, convivência familiar e comunitária e etnia. Diante disso, em entrevista, uma adolescente me explicou que discutir estes temas a ajudava a “abrir a cabeça” e, ao entender seus direitos, ela se sentia mais apta a se expressar na busca pela garantia deles, conquistando seu espaço.

Com base nisso, percebo que as crianças e adolescentes conseguem comunicar suas demandas por meio da sondagem, mas também ao longo das oficinas, acabando por modelar a forma como a OSC viabiliza o empoderamento. Por exemplo: na oficina de dança de determinado ano o enfoque das aulas foi o balé clássico, pois era este o estilo que os educandos mais gostariam de aprender e ao informarem isto à educadora, foi visto que era exequível. Neste sentido, compreendo que as mudanças na prática ocorrem por meio da comunicação e observação das necessidades dos participantes e do bairro junto à análise da viabilidade por parte da OSC, de acordo com seus recursos.

A fim de compreender melhor como este empoderamento se apresentava, conforme descrito nos procedimentos metodológicos, participei de reuniões da Rede Roger/Varadouro, da Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR) e das oficinas promovidas pela OSC em sua sede, totalizando mais de 50 dias de observação participante. Dessa forma, eu observei a dinâmica e interagi com as pessoas, auxiliei no que foi solicitado e opinei durante as discussões, quando foi oportuno. Além disso, analisei documentos administrativos (planejamento estratégico e plano de metas, alvará de funcionamento, ata de fundação, estatuto, plano de captação de recursos, organograma), relatórios de projetos ativos, planilhas de monitoramento dos educadores e dos educandos, bem como entrevistei coordenadores administrativo e pedagógico, educadores, assistente social, educandos e ex-educandos.

Nestas ocasiões, tornou-se cada vez mais aparente o quanto as crianças e adolescentes são incentivados a se desenvolverem, seja em aspectos mais subjetivos como a superação de uma timidez ou a busca por uma vocação profissional, ou mais técnicos, como a evolução no toque dos instrumentos musicais ou na dança e artes visuais. Diante disso, compreendo que as atitudes, comportamentos e ações das crianças e adolescentes em seu cotidiano são os meios de materialização da prática de empoderamento. Ao mesmo tempo, estas se fazem mais públicas contribuindo para o fortalecimento da imagem da OSC e reconhecimento de sua atuação com vistas à efetivação dos direitos humanos por meio de apresentações de música e dança dos

educandos em eventos e da representação no Conselho Consultivo da Criança e Adolescente de João Pessoa, por exemplo. Além destes exemplos, cito também a participação de alguns educandos em audiência com o Governo do Estado por consequência de um plano de incidência política criado em uma das oficinas, a matrícula de diversos educandos em cursos técnicos e superiores, além dos casos de pessoas que seguem a carreira artística integrando companhias de dança ou bandas musicais.

Neste sentido, é seguro dizer que as formas que esta prática assume são mais intangíveis, uma vez que são viabilizadas por meio dos espaços participativos favorecidos pelos adultos nas oficinas ofertadas pela OSC, eventos e reuniões que as crianças e adolescentes são convidados a participar ou se apresentar. Desta maneira, por envolver um conjunto de ações e atitudes características de um grupo, a prática torna-se mais difícil de difundir. Afinal, como aponta Bispo (2013), as práticas são tácitas e simbólicas em grande medida, corroborando diversos autores (MOULAERT et al., 2005; PHILLS; DEIGLMEIER; MILLER, 2008; BUTKEVIČIENĖ, 2009; HOWALDT; SCHWARZ, 2010; CAJAIBA-SANTANA, 2014; PATIAS et al., 2015) no que se refere ao aspecto dependente do contexto das inovações sociais.

Além disso, conforme apontam Iwamoto e Cançado (2016) e Montgomery (2016), os educandos atuam como cocriadores da inovação social que beneficia a eles mesmos: o empoderamento. Isso porque eles comunicam seus anseios e necessidades tanto na sondagem quanto nas oficinas e participam ativamente na construção das atividades, ao mesmo tempo em que muitos ex-alunos retornam à casa como funcionários ou voluntários. Também, pela participação com voz ativa em reuniões de planejamento e tomada de decisão das Redes de Proteção à Criança e Adolescente, bem como do Conselho Consultivo de Crianças e Adolescentes (vide Foto 8). Ainda, ao conversar com os educadores e coordenadores da OSC, eles me disseram o quanto a observação das crianças e adolescentes durante as oficinas era importante, pois além de direcionar a atuação do educador em sala, ajuda a perceber os sinais de violações dos direitos. Por exemplo: quando um aluno começa a demonstrar um comportamento agressivo, diferente do usual, o educador já se atenta para verificar o que está acontecendo e tomar as providências necessárias.

Foto 8 – Posse do Conselho Consultivo de Crianças e Adolescentes



Fonte: CMDCA JP (2017)

Em virtude desta maior participação dos educandos, eles se tornam menos dependentes das ações de agentes externos, pois as mudanças os transformam enquanto seres humanos, fortalecendo seus sentidos de poder pessoal. Nesta compreensão, é importante salientar que enquanto crianças e adolescentes eles possuem uma condição de dependência natural, porém aqui trato o empoderamento como um processo de busca pela autonomia na descoberta por suas potencialidades, não como uma independência associada à vida adulta (financeira, emocional, mental). Portanto, o empoderamento se apresenta, principalmente, pelo aumento da autoconfiança e autopercepção como um sujeito de direitos que tem oportunidades e capacidade de realização. Neste sentido, a prática possui maior durabilidade e potencial empoderador, uma vez que as transformações intencionadas pelas ações da OSC possibilitam o desenvolvimento humano e pessoal.

Ademais, é importante salientar que, geralmente, os educandos percebem a inovação como radical no primeiro ano em que iniciam as atividades na OSC, isto porque é neste momento que eles passam a conhecer os direitos e deveres das crianças e adolescentes, uma vez que as atividades se baseiam nos direcionamentos do ECA, como também o que constitui uma situação de violência, trabalho infantil, exploração sexual, dentre outros temas que são trabalhados por meio das oficinas ofertadas. Após isso, aumenta-se o nível de familiaridade e conhecimento com as temáticas, eles compreendem melhor que possuem direitos e deveres e como podem exercê-los e, assim, a inovação se torna mais incremental até que se configure uma nova demanda pessoal, que pode dar início a mudanças interiores percebidas como

radicais. Assim, diferente do que diziam Bouchard (2012) e Nicholls e Murdock (2012), as inovações mais próximas de uma perspectiva orientada ao processo (neste caso, o empoderamento) não necessariamente são percebidas como radicais, isto é, geram uma transformação que rompe totalmente com uma situação anterior.

Por exemplo: um adolescente me contou que era uma pessoa muito grosseira e individualista, pois tratava mal os outros, sem se importar com os sentimentos delas. Porém, após suas vivências nas atividades proporcionadas pela OSC, ele percebeu que conseguia se relacionar melhor com as pessoas, respeitá-las e inclusive parou de ter atitudes homofóbicas, sendo este último o principal gatilho para suas reações agressivas. Após três anos matriculado na OSC, o mesmo esclarece que as práticas por ele vivenciadas contribuíram para que alcançasse maior espírito de coletividade. Também me contou que ouvir e discutir a respeito destas questões já não gera tanta estranheza e a continuidade nas atividades permite que ele lapide seu conhecimento, naturalizando a prática do que foi aprendido.

Neste sentido, é importante destacar o quanto a prática de empoderamento é exercida de maneira diferente por cada educando. Com base neste raciocínio, enquanto existem algumas crianças e adolescentes que apresentam significativas dificuldades emocionais ou físicas que comprometem sua participação integral e sadia nas oficinas, existem outras que se sentem bastante autoconfiantes e demonstram um desenvolvimento pessoal e técnico relevante. Assim, estes aspectos são percebidos pelos educadores durante as aulas e é a partir desta observação contínua que eles compreendem a evolução dos seus alunos e registram em seus relatórios ou realizam os encaminhamentos necessários, como também direcionam o planejamento e a execução de suas oficinas.

Diante disso, os educandos mais empoderados conseguem se dedicar melhor e apresentar avanços na aprendizagem da técnica e na compreensão e discussão dos temas transversais. Neste contexto, os educadores, de forma unânime, me relataram diversas vezes o quanto eles respeitam o limite de cada aluno e entendem que o tempo de aprendizado não é igual para todos. Baseada nisso, percebo evidências de que eles respeitam o processo de empoderamento dos educandos, incentivando-os como for possível nos diferentes momentos e atividades da OSC. Neste contexto, recordo-me das observações que realizei em que vi os educadores dando atenção mais demorada aos alunos que apresentavam maior dificuldade ou mesmo incentivando aqueles que possuem conhecimentos mais avançados a auxiliarem os outros.

Em virtude disso, é comum, nas aulas de dança, por exemplo, que as educandas que mais dominam as técnicas auxiliem suas colegas na assimilação dos movimentos coreográficos.

De outra maneira, na aula de artes pude presenciar várias vezes a educadora acompanhando o desenho de alunos que estavam inseguros com o que desenhavam, por exemplo. Assim sendo, é relevante ressaltar que esta ajuda mútua entre os educandos fomenta um espírito de coletividade, consolida a missão da OSC no intuito de contribuir para a formação cidadã e também promove o empoderamento. Por outro lado, pude perceber que as crianças e adolescentes menos habilidosas ficavam à sombra dos que se destacam mais. Por esta razão, identifico que os educadores precisam dar maior atenção a estes comportamentos para não caírem na rotina de trabalho e, conforme a própria coordenação, deixarem de refletir sobre as ações.

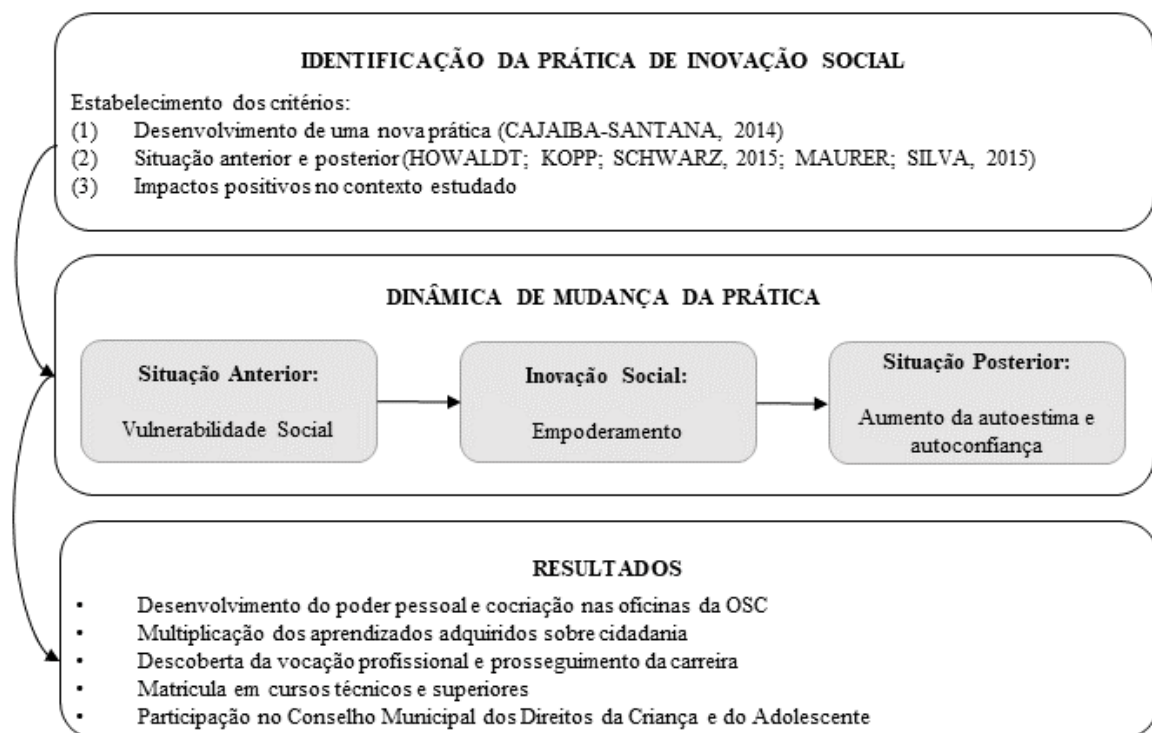
Dessa maneira, fica perceptível como as ações da OSC viabilizam o empoderamento das crianças e adolescentes participantes das oficinas. Além disso, os efeitos dessa inovação social se estendem para além do nível de autonomia pessoal, pois estas pessoas se tornam também multiplicadores do conhecimento adquirido. Isto ocorre porque a partir das discussões dos temas mensais, eles se apropriam de informações que podem ajuda-los não só a se proteger e exercer seus direitos, mas também auxiliar amigos e sua própria família. Por exemplo: uma das educandas me contava que tendo aprendido e conversado sobre *bullying* e suas consequências nas oficinas da OSC, ela se sentia apta e à vontade para ensinar seus amigos quando eles praticassem alguma atitude desrespeitosa. Inclusive, em muitos momentos participando das oficinas, pude observar como algumas crianças realmente se dispõem a ajudar os colegas em seu aprendizado. Além disso, também foi registrado no “Estudo de Impacto” (documento interno) que esta multiplicação dos aprendizados se estende para o convívio familiar.

Ademais, a OSC promove resultados como este há muitos anos, conforme documentos internos analisados. A partir do “Estudo de Impacto” (documento interno), foi descoberto que os ex-alunos consideram que o apoio recebido pela organização teve um efeito positivo sobre as suas vidas em âmbito pessoal, vínculo afetivo, familiar, educacional, profissional e formação cidadã. Em termos quantitativos, 88% dos participantes indicaram se sentir com maior autoestima e confiança, confirmando que a OSC de fato promove o empoderamento e, em suas palavras, eles possuem “mais controle sobre suas próprias vidas”. Em complemento, 87% afirmaram possuir uma boa consciência a respeito de seus direitos e que o aprendizado contribuiu em algum momento de suas vidas. Além disso, 91% responderam que o diálogo é essencial para resolver os conflitos, apresentando maior respeito pelos outros, tolerância e compreensão.

Ainda, apesar dos fortes impactos positivos encontrados, o trabalho da OSC não cessa, afinal a situação de vulnerabilidade social permanece. Como também, relembro que a prática de empoderamento é exercida de maneira diferente para cada pessoa. Assim sendo, sabendo que a inovação social é um processo contínuo, compreendo que, neste caso, a tendência é que a prática de empoderamento identificada se manifeste tanto na busca pelo fortalecimento do poder pessoal como da coletividade. Isto pelo enfoque da OSC em formação cidadã e pelas próprias atitudes percebidas em minhas observações, de modo que percebi as crianças e adolescentes como multiplicadores do aprendizado. Por outro lado, com base no mesmo estudo supracitado, esta atitude de agir em prol da coletividade ainda não é muito comum, pois mesmo tendo maior compreensão de seus direitos e participarem de mobilizações enquanto educandos, poucos se envolveram em ações visando melhorias às suas comunidades após a saída da OSC.

Ademais, criei a Figura 5 abaixo para tornar mais visível o que foi descrito nesta subseção, evidenciando o processo de identificação da prática de inovação social, suas características e como ela se apresenta no cotidiano das crianças e adolescentes, evidenciando os resultados que o empoderamento promove.

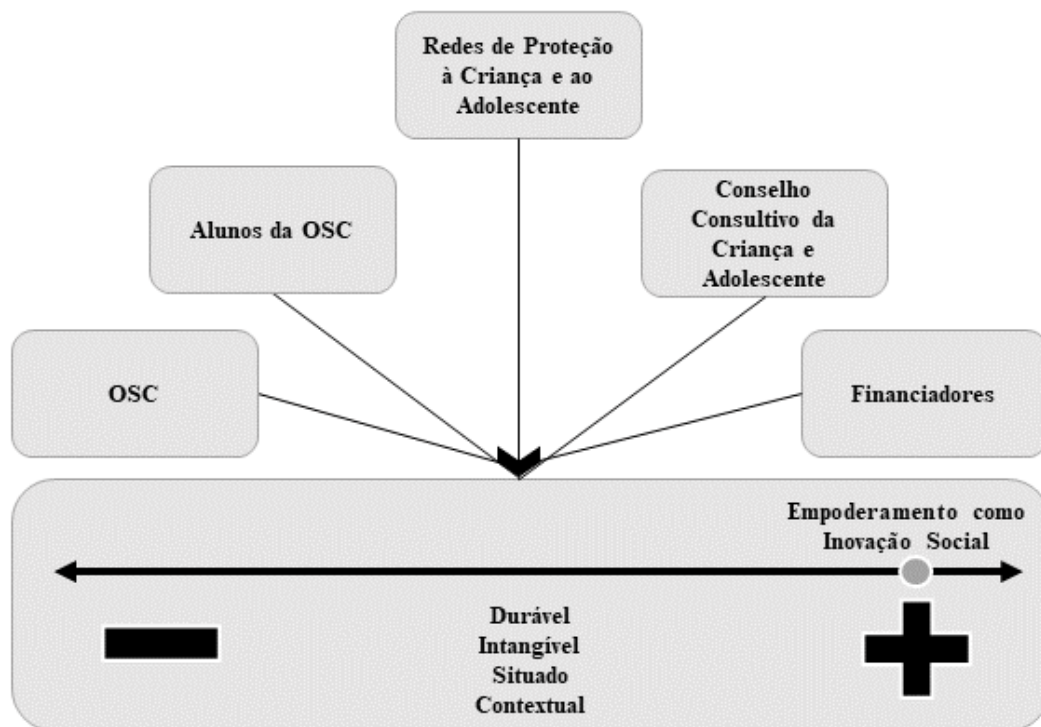
Figura 5 – Sistematização da Prática de Inovação Social



Fonte: Autora (2018)

Diante da Figura 5, é possível visualizar os critérios que foram utilizados com vistas à identificação da prática de inovação social, a dinâmica de mudança da prática e seus principais resultados. Dessa maneira, indico que a vulnerabilidade social é o gatilho que gera a necessidade de mudança social e, neste contexto, o empoderamento das crianças e adolescentes surge como uma alternativa para atender a esta demanda e leva ao aumento da autoestima e autoconfiança das crianças e adolescentes do Roger. Em complemento, como evidências desta mudança destaco os resultados listados na Figura 5. Assim, baseada nas discussões realizadas até o presente capítulo, apresento na Figura 6 o empoderamento como prática de inovação social de acordo com o *continuum* delineado no referencial teórico.

Figura 6 – Empoderamento como Inovação Social



Fonte: Autora (2018)

Com base na Figura 6, evidencio que a prática de empoderamento apresenta tendências mais próximas da visão orientada ao processo, isto é, tem formas mais duráveis, intangíveis, situadas e contextuais, pois se materializa a partir das atitudes e comportamentos das crianças e adolescentes. Neste contexto, o empoderamento é incentivado pela OSC em conjunto com outros atores organizacionais, sendo assim, apresento e discuto na subseção seguinte como eles contribuem para o desenvolvimento da prática de inovação social.

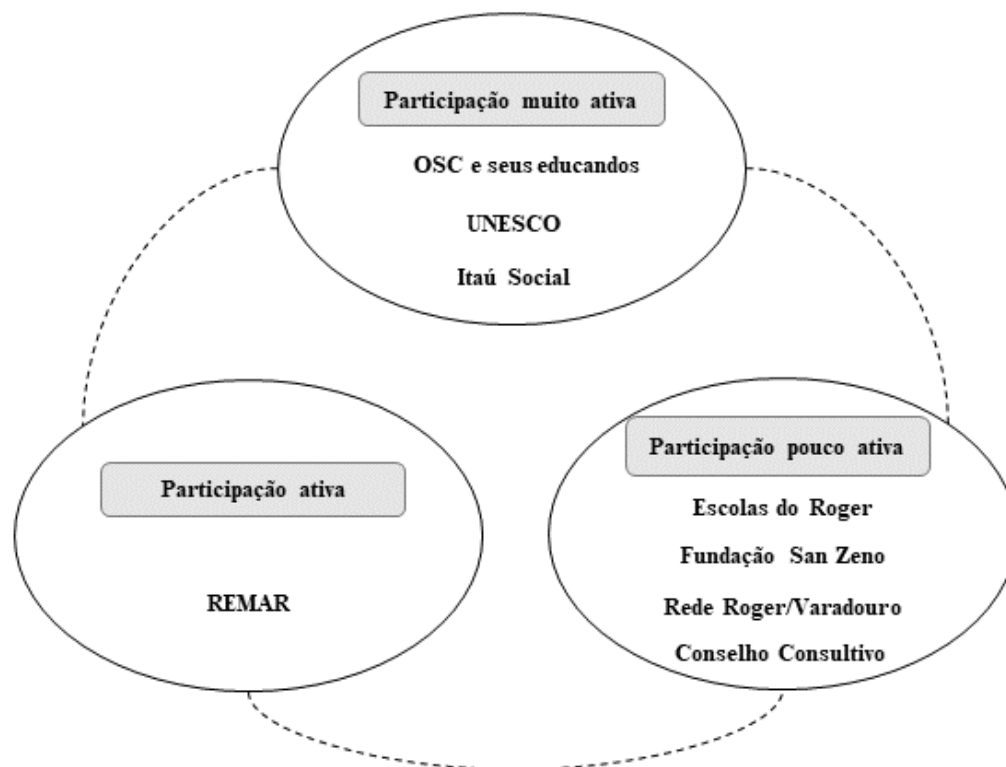
4.2 PARTICIPAÇÃO DOS ATORES ORGANIZACIONAIS NO PROCESSO DE IS

Na subseção anterior, apresentei o empoderamento das crianças e adolescentes como a prática de inovação social estudada nesta dissertação. Diante disso, conforme Silva e Bitencourt (2016), Phillips et al. (2015) e Tanimoto (2012) apontam, as inovações se desenvolvem a partir da colaboração entre diversos atores organizacionais que, juntos, constituem uma rede de inovação social. Neste sentido, é importante salientar que a OSC possui uma série de parceiros que dão suporte à consecução de seus objetivos e à manutenção de suas atividades. Por outro lado, meu enfoque é na prática de empoderamento e não em todas as ações que a OSC realiza.

Por esta razão, foi necessário que eu identificasse quais dos seus parceiros atuavam no desenvolvimento desta inovação social, tendo como recorte de análise aqueles que apoiavam de alguma forma as ações de atendimento direto empreendidas no bairro do Roger pela OSC, como também aqueles que compartilham da linguagem do grupo e, portanto, são membros da prática. Para tanto, em minhas visitas, eu conversei com os funcionários para entender quais eram os órgãos que eu ouvia citarem nas reuniões, os seus papéis junto às atividades da OSC e como funcionava seu processo de trabalho. Além disso, também tive acesso aos relatórios dos projetos ativos e organograma de parceiros, o que me auxiliou na identificação dos atores organizacionais relacionados à prática.

Sendo assim, os atores envolvidos no processo que constituem a rede de inovação social são: a OSC, as escolas do Roger, as crianças e adolescentes matriculadas nas oficinas, a Fundação San Zeno, o Itaú Social, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente do Roger e Varadouro, Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR) e o Conselho Consultivo da Criança e Adolescente de João Pessoa. Estes atores interagem entre si, conforme linha pontilhada na Figura 7, e têm participado de maneira mais ou menos ativa no incentivo ao empoderamento das crianças e adolescentes, isto é, com maior ou menor frequência de envolvimento, físico ou virtual, no desenvolvimento de atividades com este objetivo.

Figura 7 – Participação dos Atores Organizacionais



Fonte: Autora (2018)

Assim sendo, nas subseções seguintes evidencio como cada ator organizacional destes contribui para o desenvolvimento da prática de empoderamento, explicitando o porquê da classificação de sua intensidade de participação. Ademais, saliento que os únicos atores internos às atividades da OSC são os educandos, pois os demais atuam a partir de seus próprios espaços de trabalho.

4.2.1 A OSC E AS ESCOLAS DO ROGER

Resgato nesta subseção o importante papel da OSC no desenvolvimento da prática de empoderamento. Diante disso, é evidente sua contribuição a partir da realização das oficinas (atendimento) de artes e educação. Em complemento, existe um setor na OSC que trabalha diretamente com as demandas relativas aos educandos e suas famílias, desde a matrícula nas atividades até os encaminhamentos aos órgãos responsáveis e acompanhamento geral dos núcleos familiares: o setor Psicossocial. Assim, até o momento de conclusão desta dissertação, este setor era composto por uma única assistente social que trabalhava apenas três turnos por semana. Contudo, ela contava com o auxílio de três estagiários de psicologia e também

mantinha contato constante com a coordenadora pedagógica, de modo que as atribuições não a sobrecarregavam completamente e as demandas eram atendidas em tempo hábil.

Neste sentido, o setor Psicossocial atua a partir das seguintes frentes de trabalho: (1) o acompanhamento às crianças e adolescentes que estão inseridas na OSC, bem como de suas famílias; (2) reuniões mensais de formação com os familiares; (3) visitas domiciliares; (4) monitoramento escolar; (5) encaminhamentos aos órgãos responsáveis; e (6) acompanhamento dos casos. Além disso, o setor também é responsável pelos procedimentos de matrícula nas oficinas. Assim sendo, a matrícula é anual e ocorre no início do ano, mas ao longo do ano, na medida em que novas vagas surgem ou casos urgentes são encaminhados pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público, outras crianças e adolescentes podem ser inseridas nas oficinas. No mais, saliento que, na maioria das vezes, as vagas surgem em virtude da desistência dos participantes, pois, em entrevista, a assistente social me contou que a OSC tenta ao máximo manter o educando na atividade, buscando sempre sua inclusão, a investigação e resolução dos problemas que estão dificultando sua participação.

Ademais, a assistente social me relatou que o acompanhamento das crianças e adolescentes acontece por meio de atendimentos que ocorrem ou por demanda espontânea, isto é, uma necessidade que emergiu do próprio núcleo familiar, fazendo com que alguém buscasse o setor por determinado motivo, ou via OSC, sendo fruto da identificação do Psicossocial de alguma ocorrência que demandava uma conversa, sondagem e futuros ajustes junto aos familiares. Assim sendo, há um diálogo que objetiva a compreensão e resolução de situações vinculadas ao desenvolvimento da criança, adolescente ou da própria família. Por exemplo: quando um educando começa a não mais comparecer às oficinas em que está matriculado, o setor pode ser notificado para descobrir o porquê das ausências e a partir disso agir com vistas à resolução da situação.

Ao mesmo tempo, é importante salientar que o setor Psicossocial não é alertado de imediato num caso como este exemplificado anteriormente. Isto porque nos primeiros momentos é o educador quem se movimenta buscando contato com a família para entender porque determinado aluno tem se ausentado das atividades e identificar se o motivo justifica um encaminhamento ao setor. Com base nisso, percebo que apenas assuntos de maior gravidade se tornam responsabilidade do setor Psicossocial, como por exemplo um caso de violação de direitos. Inclusive, este filtro é bastante útil, uma vez que ocorrendo situações mais comuns, como uma ausência por motivos de saúde ou viagem, o próprio educador pode justificar as faltas e não sobrecarregar o setor com esta sondagem inicial. Sabendo disso, quando a assistente

social é acionada, o educador passa a fornecer *feedbacks* mais constantes do que tem acontecido com o educando durante as oficinas e assim se dá o acompanhamento do caso.

Além dos atendimentos, são realizadas reuniões mensais de formação com os familiares. Nestas ocasiões, a assistente social, em parceria com a coordenadora pedagógica, promove um encontro em que se discutem assuntos relacionados ao que também é trabalhado mensalmente com as crianças e adolescentes nas oficinas, os já mencionados temas transversais. Assim sendo, cada reunião tem seu planejamento específico, porém em geral acontece uma apresentação do tema, com espaço aberto para intervenções dos familiares, dinâmicas de grupo, reflexões em conjunto, lanche e distribuição de brindes. Dessa maneira, objetiva-se facilitar o diálogo em casa entre os moradores, incentivando a troca de conhecimento entre as crianças, adolescentes e seus responsáveis, de modo a contribuir para a consolidação dos aprendizados adquiridos em todo o núcleo familiar.

Em complemento, estas formações familiares também visam o empoderamento por buscar incutir o senso de autorresponsabilidade nas pessoas, ou nas palavras da assistente social: “o protagonismo de suas ações”. Isto porque a partir destes diálogos a OSC vislumbra a materialização do “ensinar a pescar”, isto é, que aqueles indivíduos lutem por seus direitos e reúnam forças para agir mais ativamente em busca de sua cidadania. Ao mesmo tempo, também contribui para o desenvolvimento das competências familiares, que envolve a participação dos responsáveis na educação de suas crianças e adolescentes realizando acompanhamento escolar, de saúde e da não violência, por exemplo. Assim, as formações abrangem tanto um aspecto mais global, com a apresentação e discussão do tema transversal, como um aspecto mais particular, por meio das reflexões acerca de como as pessoas podem agir e se posicionar de maneira mais saudável em seu dia a dia.

Exemplo disso ocorreu na reunião mensal de agosto, em que presenciei a formação acerca da convivência familiar e comunitária. Nesta noite, os participantes foram questionados sobre como eles têm convivido no cotidiano, se estimulam a integração das crianças e adolescentes nas atividades do bairro, se os ensinam a serem gentis com os vizinhos, se conversam sobre como foi o dia na escola, nas oficinas da OSC, entre outros. Muitos deles demonstraram dificuldade em como manter um bom diálogo com seus filhos, sobrinhos e netos, mas diante deste apontamento, a coordenadora pedagógica conduziu a reunião explicitando caminhos que facilitariam a comunicação entre eles. Além disso, também foi realizada uma dinâmica que permitiu o mapeamento dos locais de convivência mais frequentados por eles, o que também levou à discussão sobre quais lugares buscam distanciá-los da violação de direitos

(postos de saúde, instituições religiosas e escolas, por exemplo) e como eles podem passar a usufruir mais destes.

No mais, também são realizadas pelo setor Psicossocial visitas domiciliares. Assim sendo, estas são realizadas sob demanda e objetivam o estreitamento da relação OSC-família. Em virtude dos repasses realizados ao setor pelos educadores, são avaliadas as situações que requerem visita. Por exemplo: tendo ciência de que há algum problema com determinada criança ou adolescente matriculada na oficina, a assistente social e um dos estagiários de psicologia vão até a residência conversar e averiguar a situação para tomar as atitudes necessárias. Partindo deste diagnóstico, é percebido se a própria visita é suficiente para atender ao problema identificado ou se será necessário realizar encaminhamentos a órgãos responsáveis pela proteção dos direitos.

Outra frente de trabalho é o monitoramento escolar. Dessa forma, relembro que para uma criança ou adolescente se matricular nas oficinas, é preciso que ela esteja também matriculada em uma escola. Portanto, mediante a apresentação da declaração escolar, o setor elabora uma lista das crianças e adolescentes participantes das oficinas e suas respectivas instituições de ensino. Assim, passa a existir uma comunicação entre a OSC e estas instituições, uma vez que o setor visita tais escolas a fim de entregar e recolher um documento denominado “mapa escolar”. Neste documento, o qual tive acesso, há de fato um mapeamento da situação do educando (desempenho e frequência nas aulas), todavia, a assistente social me relatou que um grande desafio é que as escolas devolvam estes mapas respondidos em tempo hábil ou mesmo em qualquer tempo.

De posse do mapa escolar, o setor Psicossocial avalia a situação dos educandos e isso direciona suas intervenções. Por exemplo: se é registrado que a criança ou adolescente não tem frequentado satisfatoriamente as aulas, isto é um indicador de que pode haver um caso de violação de direitos. Com base nisso, são realizados os contatos com as famílias, seja por atendimento ou visita domiciliar a fim de averiguar a questão. Neste contexto, destaco que a participação das escolas do Roger é pouco ativa no desenvolvimento da prática de inovação social, uma vez que no que tange ao apoio das ações de atendimento direto (recorte de análise), elas contribuem exclusivamente com o preenchimento do mapa escolar e o fazem, na maioria das vezes, com morosidade, de acordo com a assistente social.

Além disso, dentre as atribuições do setor Psicossocial estão os encaminhamentos externos, tais como: conselhos tutelares, postos de saúde, centros de referência de assistência social, entre outros. Todavia, nesta dissertação não abordei a atuação destes órgãos, considerando-os indiretamente vinculados às ações de atendimento direto (recorte de análise).

Ademais, também é realizado pelo setor o acompanhamento dos casos, tanto aqueles encaminhados pelos educadores (internos) quanto os encaminhamentos externos. Sendo assim, internamente este acompanhamento se dá pela observação intensa dos educandos nas oficinas e conseqüente comunicação entre os educadores e o Psicossocial.

Portanto, não há um calendário rígido para as reuniões entre a equipe de educadores e o setor, mas sim um monitoramento, sob demanda, dos educandos, a partir da conversa constante e emissão de relatórios que documentam os encaminhamentos feitos ao setor. Ademais, de acordo com a assistente social, os encaminhamentos externos não são muito efetivos, em virtude da fragilidade inerente ao próprio sistema de políticas públicas, em que os serviços prestados à sociedade apresentam diversas lacunas. Em vista disso, a assistente social me informou que é comum o “vai e volta” destes casos, pois, muitas vezes, os encaminhamentos feitos não produzem o resultado esperado e, assim, são redirecionados a outro órgão até que se alcance a resolutividade. Diante do exposto, confirmo que a atuação da OSC na prática de empoderamento é muito ativa.

4.2.2 OS EDUCANDOS

Ademais, as próprias crianças e adolescentes matriculadas também são atores organizacionais envolvidos no processo de inovação social discutido nesta dissertação. Inclusive, como apontam Butkevičienė (2009), Howaldt e Schwarz (2010) e Neumeier (2016), as chances de sucesso das inovações sociais são maiores com a participação do grupo-alvo no processo, o que ocorre fortemente nas iniciativas da OSC. Exemplo disso é a livre comunicação que existe entre os educandos, educadores e até coordenadores. Dessa maneira, as crianças e adolescentes se sentem à vontade para expressar seus anseios e necessidades, durante as oficinas ou não, como também são incentivadas a isso na medida em que a organização realiza sondagens que visam especificamente compreender a realidade local e definir quais as expectativas e dificuldades nas comunidades, a fim de direcionar suas ações.

Além desta comunicação favorável e do fácil acesso à equipe da OSC, os educandos participam ativamente na construção das atividades nas oficinas em que estão matriculados. Isso ocorre espontaneamente como também por estímulo dos educadores. Sendo assim, ao confrontar os documentos internos e o que eu observava durante as oficinas pude perceber que mesmo havendo um planejamento prévio de aula e do semestre, os educadores se mostravam flexíveis à inclusão de outras atividades de acordo com as demandas trazidas pelos educandos.

Por exemplo: na oficina de dança o estilo mais focado ao longo do ano foi o balé clássico em virtude do grande desejo dos alunos matriculados no período em aprender mais sobre a técnica. Neste sentido, é importante salientar que estas decisões são tomadas levando em consideração os resultados da sondagem, a viabilidade de realizar o que foi solicitado em termos de recursos financeiros e de tempo, como também o alinhamento com a missão e temáticas trabalhadas pela OSC.

Ao mesmo tempo, destaco o relato dos educadores no que tange à adequação das atividades em virtude dos recursos disponíveis. Em conversas informais, não era incomum ao explicarem o desenrolar de suas oficinas citarem que, por se tratar de uma OSC, nem sempre era possível realizar tudo o que se intencionava, uma vez que os recursos são limitados, especialmente os financeiros e humanos. Por exemplo: no planejamento da oficina de artes visuais constava a modelagem de argila para produção de objetos cerâmicos. Contudo, o forno que era utilizado para a queima das peças havia quebrado e, apesar da solicitação de conserto à coordenação, após um ano este ainda não havia sido reparado. Isto, inicialmente, pela dificuldade de alocar verba para este fim e, posteriormente, por não se encontrar com facilidade o especialista para prestação deste serviço.

Já em outros momentos pude observar o incentivo à participação a partir da ação dos educadores, o que contribui ainda mais ao empoderamento e, portanto, sustentação das inovações sociais, como sugerem Iwamoto e Cançado (2016) e Montgomery (2016). Por exemplo: a educadora de dança recebeu o convite para criar a coreografia de determinada música e levar os educandos da oficina para se apresentarem na Feira de Cidadania do bairro que aconteceria no mês seguinte. Em vista disso, para esta apresentação a educadora escolheu duas de suas alunas e deu o aval para que elas criassem a coreografia, ensaiassem e, posteriormente, mostrassem a ela o que tinham pensado. Pude acompanhar este processo e tive a oportunidade de observar o quanto estas adolescentes se sentiam seguras em se responsabilizarem por esta coreografia, como também eram extremamente criativas. Ao final, elas se apresentaram à educadora e, com muitos elogios, a última me contou que não foi necessário modificar absolutamente nenhum movimento.

Diante do exposto até então, é notório o aspecto participativo nas atividades da OSC, tanto no que se refere ao envolvimento das crianças e adolescentes nas oficinas, quanto dos familiares nas ocasiões em que são convocados, estando em consonância com os estudos de Sharra e Nyssens (2010) e de Chalmers (2013) de que esta colaboração dos beneficiados promove o desenvolvimento de inovações sociais que realmente atendem a demandas genuínas do grupo-alvo e, por consequência, potencializa os resultados das iniciativas. Em virtude disso,

é evidente que a prática de empoderamento conta com uma participação muito ativa das crianças, adolescentes e seus familiares. Aliás, esta inovação tem sido bem-sucedida justamente por ser socialmente aceita na comunidade, o que é condizente com os estudos de Howaldt, Kopp e Schwarz (2015) e Maurer e Silva (2015).

4.2.3 FINANCIADORES: FUNDAÇÃO SAN ZENO, ITAÚ SOCIAL E UNESCO

Neste cenário, sendo uma organização da sociedade civil, é recorrente a busca por mecanismos que garantam a sustentação financeira de suas atividades. Esta, por sua vez, se dá a partir de diversas fontes, tais como: financiamentos internacionais, apoio de empresas e fundações privadas, doações individuais e recursos das esferas estadual e municipal. Diante deste contexto, na OSC estudada existe um documento denominado “Plano de Captação de Recursos” que aborda a missão e objetivos, bem como as quantias necessárias para o cumprimento deles. Em seguida, são traçadas as estratégias evidenciando a ação, o período a ser desenvolvido, a equipe envolvida, recursos necessários e como será sua avaliação e monitoramento. Assim sendo, os meios de mobilização de recursos tem sido: doações de pessoas físicas e jurídicas, venda de produtos e serviços, convênios com o poder público e a aprovação de projetos de financiamento.

Ainda, é importante destacar a transparência presente nestas transações. Em conversa comigo, o coordenador administrativo enfatizou que a OSC tem bastante cuidado no controle de seus orçamentos e prestação de contas de forma pública de seus gastos, sendo também uma maneira de dar um retorno à sociedade a respeito dos investimentos que são realizados. Nesta conjuntura, identifiquei três financiadores que têm subsidiado as ações de atendimento direto e, portanto, caracterizam-se como atores organizacionais envolvidos no processo da prática de inovação social identificada, são eles: Fundação San Zeno (organização internacional), Fundação Itaú Social e UNESCO (via Criança Esperança). Diante disso, estas três organizações possuem suas próprias normativas para seleção, aprovação e acompanhamento dos seus respectivos projetos de financiamento.

Ao mesmo tempo, o procedimento padrão para seleção de projetos é o lançamento de editais. Assim sendo, a OSC pesquisa continuamente os editais abertos para se inscrever, considerando também se a proposta da instituição financiadora se alinha às suas diretrizes. Neste processo, ao tomar conhecimento destas oportunidades e verificar a possibilidade de inscrição, se inicia a escrita do projeto. A partir disso, a equipe da OSC responsável pela

coordenação dos projetos redige um documento de acordo com o modelo da instituição financiadora e esta última o aprova ou não. Geralmente, ao preencher um projeto, também chamado na OSC de plano de trabalho, é necessário escrever os seus objetivos, contextualizar o problema que demanda intervenção, indicar os locais de atuação e a quem se destina, explicitando a quantidade de pessoas, o cronograma com sumário de atividades, resultados esperados, se há parceiros envolvidos e quem são, dados dos responsáveis e suas respectivas organizações, além do orçamento previsto de acordo com o que foi proposto.

Neste sentido, quando um projeto é aprovado, o órgão financiador mantém contato próximo com a instituição beneficiada, segundo uma das coordenadoras de projetos ativos. Dessa maneira, a OSC envia relatórios periodicamente (frequência determinada pelo próprio financiador) ao longo da execução do plano de trabalho em que, geralmente, estão descritas as atividades realizadas até o momento, os objetivos e despesas associadas a elas, resultados alcançados até então, como também os indicadores utilizados em sua mensuração, uma análise do contexto, pontos fortes e fracos e a atuação dos parceiros. Ao mesmo tempo, reforço que cada órgão financiador possui um modelo de avaliação e estes relatórios contêm as informações requisitadas por eles, não necessariamente todas estas listadas acima. Logo, o intuito é sempre averiguar o cumprimento do cronograma para monitorar o investimento realizado.

Além disso, também é comum serem realizadas auditorias presenciais, de modo que avaliadores externos ou próprios do financiador vão até a OSC para visita e acompanhamento das ações. Assim sendo, junto aos relatórios e visitas, os órgãos acompanham as atividades e, em caso de dúvidas, eles entram em contato via e-mail, como por exemplo para compreender o porquê da alteração de determinada ação ou modificação da destinação de algum recurso, conforme uma das coordenadoras dos projetos. Esta mesma funcionária me informou que até então os financiadores demonstraram estar muito satisfeitos com as ações propostas e suas dúvidas são mais relacionadas a aspectos que não representam gravidade, tais como alguma informação mal-entendida ou atraso de cronograma.

Por outro lado, especificamente no caso do financiamento pela Fundação San Zeno, a articulação para aprovação do projeto se deu a partir do contato de um forte parceiro da OSC com a fundação, a Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR). Dessa forma, um integrante da REMAR conhecia a San Zeno e, junto à OSC, desenvolveu e enviou um projeto que veio a ser aprovado posteriormente, pois a financiadora recebe projetos durante todo o ano, não lançando editais. Em seu site, a fundação informa que cultiva o desejo de “ser um promotor de uma mudança real e compartilhada, oferecendo oportunidades concretas para melhorar a qualidade do estudo, criar oportunidades de treinamento e a oportunidade de

empreender um trabalho” (FUNDAÇÃO..., 2017). Neste sentido, esta é uma instituição italiana que apoia organizações e associações que realizam projetos de escolaridade, educação humana e profissional, trabalho na Europa, Ásia, África e América Latina (FUNDAÇÃO SAN ZENO, 2017).

Diante disso, o projeto apoiado pela Fundação San Zeno contribui com uma série de ações interligadas entre três territórios em realidade de grande vulnerabilidade social: Roger/Varadouro, Cristo/Rangel e Ilha do Bispo. Neste contexto, é importante esclarecer que os bairros do Roger e Varadouro integram um só território, assim como os bairros do Cristo e Rangel, em virtude de sua proximidade. Dessa forma, o alinhamento de propostas entre a San Zeno e a filosofia da OSC está no combate à situação de violência que, por vezes, atrai crianças, adolescentes e jovens por meio do tráfico de drogas e facções criminosas, conforme descrito na subseção anterior. Com base na abrangência das ações, identifiquei que neste projeto há a articulação conjunta entre a OSC, a Fundação San Zeno, a Rede Roger/Varadouro, a Rede de Proteção do território Cristo/Rangel (Rede CrerSer), a do Ilha do Bispo (Rede Amiga da Ilha) e a REMAR. Contudo, em vista do recorte de análise desta pesquisa, considereei apenas as ações de atendimento direto realizadas no bairro do Roger, onde se situa a sede da OSC.

Assim sendo, o objetivo do projeto, conforme descrito no documento que me foi enviado, é contribuir para um ambiente educativo que propicie a aprendizagem, a tolerância e cultura de paz na escola e no bairro. Para tanto, o investimento financeiro se destina a ações de fortalecimento das três Redes de Proteção Integral da Criança e Adolescente, como também a atividades que envolvam alunos de escolas públicas dos territórios, seus familiares e professores. Considerando o enfoque desta dissertação, as atividades de atendimento direto contempladas pelo recurso do projeto são relacionadas a uma oficina oferecida na OSC denominada “Protagonismo”. Nesta oficina, é permitida a participação apenas de adolescentes e seu intuito é a criação de um plano de *advocacy*, isto é, um plano de incidência política criado pelos educandos sob a orientação e suporte da educadora responsável.

Esta oficina acontece duas vezes na semana com grupos diferentes e, durante as minhas observações, acompanhei e participei de algumas etapas do desenvolvimento deste plano com o grupo do turno da tarde. Por exemplo: para a definição do problema a ser solucionado, primeiro os educandos precisaram escolher uma área de atuação e esta foi a educação. Em seguida, discutiram quais as principais dificuldades presentes em suas escolas e, por votação, compreenderam que o problema mais urgente seria o *bullying*. Porém, era necessário ir além das percepções deles, uma vez que o plano visa uma melhoria para a coletividade. Por este motivo, foi criado um questionário com duas questões abertas para pesquisar com os moradores

das comunidades os principais problemas na área da educação. Coincidentemente, após a tabulação dos resultados, a gravidade do *bullying* nas escolas do bairro permaneceu e, assim, estabeleceu-se que este seria o problema a ser tratado pelo *advocacy*.

Diante disso, num dos relatórios enviados à fundação, destacou-se como resultado o engajamento dos adolescentes e o enriquecimento da consciência política, em virtude da oportunidade de mobilização em prol de uma causa que os atinge em seu cotidiano. Em complemento, considero muito positivo o aspecto teórico-vivencial desta oficina, pois permite que os educandos não só entendam as etapas que estão seguindo e os trâmites legais para o diálogo com os órgãos públicos responsáveis pela resolução do problema definido, mas se movimentam em direção à consolidação deste conhecimento por meio de uma proposta de intervenção para as escolas da comunidade. Baseada nisso, dou ênfase ao relato de duas educandas de que o *advocacy* possibilitava que elas fizessem algo pelo bairro e a sensação de ser útil na busca por melhorias era muito satisfatória.

Neste contexto, é nítido o estímulo ao empoderamento durante a construção do plano, ampliando o senso de busca por crescimento pessoal para a incidência em prol das comunidades em que eles mesmos residem. Ao mesmo tempo, compreendo que a San Zeno possui uma participação pouco ativa no desenvolvimento da inovação social identificada, uma vez que sua atuação se dá mais pela sustentação financeira das atividades da OSC e acompanhamento da execução do plano de trabalho do que por uma forte frequência de envolvimento físico ou virtual no desenvolvimento das atividades que favorecem a inovação. Também, pelo fato de que, no que tange ao recorte realizado para compreender empoderamento como exemplo de prática de IS, a fundação contribui por subsidiar apenas uma das oficinas oferecidas nas instalações da OSC pesquisada.

Além do projeto financiado pela San Zeno, outro projeto também foi aprovado junto à Fundação Itaú Social. Em seu site, a fundação Itaú Social divulga como missão “desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira” (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2017). Para tanto, seu foco é em ações de promoção da educação a crianças e jovens brasileiros a partir de quatro eixos: educação integral, gestão educacional, mobilização social e avaliação econômica de projetos sociais (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2017). Neste contexto, mediante o lançamento do edital, a OSC percebeu o alinhamento com sua missão e submeteu um projeto que objetivava “desenvolver ações de educação integral junto a crianças e adolescentes do bairro do Roger, em João Pessoa/PB, afastando-os do universo de ilicitudes no contra turno escolar e instrumentalizando-

os para a construção de sua cidadania, a partir da permanência na escola e do apoio efetivo de seus familiares e professores”, conforme documento interno ao qual tive acesso.

Na descrição deste plano de trabalho, pude ler que as ações planejadas e os recursos previstos visavam subsidiar as oficinas já ofertadas pela OSC e ainda promover a formação e articulação de profissionais de escolas públicas locais e demais profissionais da Rede Roger/Varadouro. Neste contexto, chamou a minha atenção o fato de que após a análise do relatório enviado pela OSC, a fundação entrou em contato sugerindo indicadores de avaliação, contribuindo para avanços na gestão das atividades. Assim, no segundo relatório periódico de monitoramento do projeto havia um campo a ser preenchido que questionava se as sugestões dadas anteriormente tinham sido úteis e haviam sido implementadas, tendo a OSC respondido que sim.

Neste contexto, confirmo que o acompanhamento dos financiadores até então descritos é bastante similar, uma vez que se baseia na submissão de relatórios periódicos e contatos via e-mail em caso de dúvidas e sugestões, como também visitas presenciais. Por outro lado, o Itaú Social subsidia financeiramente todas as ações de atendimento direto realizadas cotidianamente pela OSC, caracterizando um maior envolvimento no desenvolvimento das atividades que estimulam a prática de inovação social. Diante disso, julgo que sua participação no desenvolvimento da inovação social é muito ativa, mesmo sendo maior parte de suas contribuições sob a perspectiva da sustentação financeira. Inclusive, como trazem Howaldt, Kopp e Schwarz (2015), o reconhecimento social das atividades se dá pela continuidade e imitação das ações, tornando-se rotina. Portanto, a legitimação da prática de empoderamento só é possível em virtude destes investimentos, afinal, sem eles as atividades não seriam mantidas.

Outro financiador com projeto ativo na OSC é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por meio do Programa Criança Esperança. Este é um programa da UNESCO em parceria com a TV Globo que, lançado em 1986, apoia ações nas áreas de educação, inclusão, cidadania e cultura com vistas ao desenvolvimento de crianças e jovens brasileiros. Dessa forma, de acordo com edital lançado, é permitida a inscrição de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, que apresentem projetos com o objetivo principal de promover a educação, o desenvolvimento humano, a inclusão social e/ou o empoderamento de crianças, adolescentes e/ou jovens, especialmente de grupos vulneráveis. Tais projetos devem contribuir, direta ou indiretamente, para a superação da pobreza e/ou vulnerabilidade e do risco social vivenciados por seus beneficiários.

Neste sentido, a Globo monta anualmente em sua programação televisiva reportagens, quadros e filmes específicos com o objetivo de prestar contas sobre a aplicação dos recursos arrecadados (CRIANÇA ESPERANÇA, 2017). Enquanto isso, a UNESCO é responsável pela seleção, monitoramento e acompanhamento técnico e financeiro dos projetos aprovados (CRIANÇA ESPERANÇA, 2017). Portanto, em virtude do alinhamento entre a missão da OSC e o referido programa, submeteu-se um relatório que objetivava mobilizar a sociedade, crianças e adolescentes, seus familiares para o combate à violência doméstica, maus tratos, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes nas cidades de João Pessoa e Conde no Estado da Paraíba, conforme documento interno ao qual tive acesso.

Para tanto, além das oficinas já realizadas pela OSC, o recurso foi destinado à formação dos educadores e familiares em temas associados ao objetivo supracitado, incidência em políticas públicas e realização de campanhas sociais nos dois municípios. Assim como o projeto da Fundação Itaú Social, o da UNESCO subsidia todas as ações de atendimento direto realizadas cotidianamente pela OSC, também caracterizando um maior envolvimento no desenvolvimento das atividades que estimulam a prática de inovação social. Portanto, baseada neste mesmo critério, julguei que sua participação no desenvolvimento da inovação social é muito ativa. Neste contexto, percebe-se que os financiadores participam principalmente com a sustentação econômica das atividades, mas também se envolvem informando oportunidades de melhoria aos processos de trabalho da OSC. Por este motivo, diferente do que Lyon (2012) aponta, esta não é uma relação vertical nem tampouco horizontal, mas sim uma combinação das duas, de modo que existe o apoio financeiro e o compartilhamento de conhecimentos e contatos.

4.2.4 REDE ROGER/VARADOURO

Ademais, no contexto estudado nesta dissertação, existe a Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, também chamada Rede Roger/Varadouro. Esta rede é constituída por organizações da sociedade civil e órgãos locais associados à promoção das políticas de saúde, educação e assistência social que atuam no referido território, tais como: escolas municipais e estaduais, conselho tutelar, unidades básicas de saúde, Centro Cultural Piollin e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Contudo, a representante da OSC nas reuniões da rede me informou que a adesão às reuniões, que ocorrem mensalmente, não é muito

significativa. Isto porque existem cerca de 50 organizações associadas, mas a média de participação é de 15 instituições. Inclusive, em minhas observações, pude confirmar este relato.

Todavia, ela me informou que mesmo com esta baixa adesão, ao menos algumas instituições-chave da saúde, educação e assistência social estão presentes, pois estão na execução direta das políticas públicas. Por esta razão, há um grande esforço para que estas continuem a participar, ainda que as outras organizações associadas não estejam presentes nas reuniões mensais. Neste sentido, a dificuldade de realização das reuniões com todos os integrantes se dá em virtude dos conflitos de agenda e indisponibilidade, da grande carga de trabalho de cada órgão e, em outros casos, também porque o associado não julga importante estar presente e discutir a política de proteção à criança e adolescente, segundo esta mesma funcionária.

Inclusive, quando conversei com algumas pessoas numa das reuniões, o problema mais apontado era a falta de continuidade de participação porque a instituição associada dependia do esforço de um indivíduo particular. Logo, quando esta pessoa por algum motivo não poderia mais atuar na Rede, o associado simplesmente perdia a representação e se distanciava das ações. Ademais, o papel da Rede Roger/Varadouro é facilitar o atendimento à criança e adolescente que está em situação de vulnerabilidade social por meio da atuação conjunta dos vários atores organizacionais que prestam serviços à comunidade e que, por consequência, em algum momento irão receber casos de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. Por exemplo: os CRAS, a depender do caso, poderão encaminhar estas pessoas para serviços, programas, projetos ou benefícios de proteção social básica oferecidos pela prefeitura da cidade no que se refere às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária.

Dessa maneira, a Rede facilita o processo de atendimento por visar a maior eficiência do trabalho destes serviços em conjunto e discute os casos, realizando também um monitoramento das situações. Neste contexto, a atuação conjunta é muito valiosa inclusive por evitar que as crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados em outra ocasião sejam sensibilizadas novamente, passando por todas as etapas até que se realize o encaminhamento. Por exemplo: precisando contar novamente sua história, narrando o porquê do fato ter acontecido e identificando seus agressores. Portanto, o fortalecimento da Rede é importante para que este atendimento prestado esteja em cada vez maior sintonia e seja, conseqüentemente, mais eficiente no encaminhamento e resolução dos casos, caracterizando uma relação mais horizontal, como sugere Lyon (2012). Porém, a fragilidade da Rede persiste não só pela dificuldade de adesão às reuniões, mas também na própria prestação de serviços de cada órgão.

Por exemplo: a inadequação do sistema para marcação de exames para o perfil do público atendido (ausência de RG e CPF) impede que o solicitante tenha acesso ao serviço ou mesmo a ausência de um papel para a realização de um encaminhamento. Dessa forma, a funcionária da OSC que representa a organização na Rede me contou que todos estão cientes dessas fragilidades e até as compreendem como a dinâmica do sistema vigente. Todavia, não esmorecem e continuam a traçar estratégias para a melhoria da prestação dos serviços, tanto em cada instituição associada, quanto na atuação em rede. Além destas iniciativas, a Rede também contribui na organização de eventos em prol da comunidade, como a Feira da Cidadania.

Ademais, os adolescentes da oficina de Protagonismo sempre são convidados a participarem das reuniões da Rede. Assim, a educadora combina junto a eles quem gostaria e poderia ir à reunião. Neste sentido, ao realizar minhas observações na Rede, percebi que os adultos são muito receptivos e questionam constantemente qual a opinião dos adolescentes a respeito de determinado assunto, incentivando que eles tenham um espaço de fala. Nesta ocasião, confirma-se a existência de uma relação mais horizontal entre os atores, uma vez que eles buscam se reconhecer de maneira equitativa, como aponta Lyon (2012). Além disso, também foi notório que eles mesmos se sentem capazes de argumentar e desenvolver propostas, como por exemplo uma programação artística quando do planejamento da Feira da Cidadania. Portanto, sabendo que a contribuição da Rede Roger/Varadouro à prática de empoderamento no recorte de análise ocorre pelo envolvimento dos adolescentes em suas reuniões e estas ocorrem apenas uma vez ao mês, julgo sua participação no desenvolvimento da inovação social como pouco ativa.

4.2.5 REMAR

Além da Rede Roger/Varadouro, a Rede Margaridas Pró-Crianças e Adolescentes da Paraíba (REMAR) também atua na articulação de organizações governamentais e da sociedade civil com vistas à efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Assim sendo, em seu site consta a missão de “articular, mobilizar e integrar em rede as instituições governamentais, não governamentais e a sociedade para a efetivação da Política de Proteção Integral da Criança, do Adolescente e de suas Famílias, em vulnerabilidade social no Estado da Paraíba, na construção de uma sociedade justa e solidária” (REMAR, 2017). Para tanto, seu trabalho é desenvolvido em cinco eixos: fortalecimento das redes municipais e locais de proteção integral à criança e ao

adolescente, protagonismo infanto-juvenil, política do direito à convivência familiar e comunitária, planos dos direitos humanos de crianças e adolescentes e gestão organizacional.

Diante disso, diversas organizações integram a comissão gestora da REMAR, como redes municipais e locais de proteção integral à criança e adolescente a conselhos, fóruns e secretarias em defesa dos direitos humanos e desenvolvimento social. Dessa forma, a partir das decisões da comissão gestora, entra em ação o chamado grupo operativo, que tem por objetivo operacionalizar as definições acertadas. Neste contexto, as organizações integrantes da comissão gestora, inclusive a OSC estudada, participam de iniciativas viabilizadas como fóruns em defesa dos direitos, grupos de discussão, comissões de protagonismo e de programas sociais. Assim como funciona na Rede Roger/Varadouro, a contribuição da REMAR à prática de inovação social se dá pela participação dos educandos da OSC nas reuniões da comissão de protagonismo.

Nestas ocasiões, adolescentes de diferentes territórios e instituições são convidados a discutir, mensalmente, pautas relacionadas à defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente, tais como: o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes, mobilização em campanhas, *bullying*, trabalho infantil, o evento de 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e novidades acerca do protagonismo infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, sabendo do forte suporte da REMAR no apoio e execução de ações viabilizadas a partir do projeto aprovado com a Fundação San Zeno e da participação dos educandos da OSC nas reuniões de comissão de protagonismo, julgo a participação da REMAR no desenvolvimento da prática de inovação social identificada como ativa.

4.2.6 CONSELHO CONSULTIVO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Outro ator organizacional identificado foi o Conselho Consultivo da Criança e Adolescente de João Pessoa. Segundo uma integrante da REMAR, após muitos anos de debates e articulações, só em 2017 foi constituído um conselho formado por crianças e adolescentes que, com o suporte de representantes adultos de instituições relacionadas à defesa dos direitos, opinam acerca das diretrizes da política voltada ao público infanto-juvenil. Assim sendo, em agosto de 2017 os conselheiros foram empossados e no início de outubro do mesmo ano aconteceu a primeira reunião do Conselho. Na ocasião, foi discutido o regimento interno e foram eleitos, por votação, o coordenador e vice coordenador, todos adolescentes.

Da OSC pesquisada, apenas um dos educandos é conselheiro e, além de representar a organização, ele também é responsável por realizar o repasse das informações na oficina de Protagonismo, fazendo o intercâmbio entre os grupos de adolescentes. Diante disso, a contribuição do Conselho Consultivo da Criança e Adolescente de João Pessoa ocorre pela participação do conselheiro nas discussões e posterior envolvimento dos demais adolescentes da oficina de Protagonismo nas pautas a serem tratadas por eles. Em vista desta atuação e pelo fato do conselho ainda estar no início de suas atividades, considero sua participação no desenvolvimento da prática de inovação social pouco ativa.

Diante do exposto, evidencio que a rede de inovação social pesquisada é colaborativa, uma vez que os propósitos dos atores organizacionais estão conectados e alinhados, como sugerem Neumeier (2012), Tanimoto (2012), Chalmers (2013) e Correia, Oliveira e Gomez (2016). Contudo, por não haver comunicação entre todos eles, pois os financiadores dialogam apenas com a OSC e demais organizações que porventura tenham sido listadas como coordenadoras do projeto, considero que esta colaboração ocorre, mas até certa medida. Ao mesmo tempo, de acordo com Phills, Deiglmeier e Miller (2008), esta atuação independente é bastante comum. Felizmente, existe uma articulação integrada entre a OSC, os educandos matriculados nas oficinas, a Rede Roger/Varadouro, a REMAR, o Conselho Consultivo e as escolas do Roger. Dessa forma, em virtude do conceito-chave indicialidade, percebo que os até então chamados atores organizacionais são, portanto, membros da prática. Assim, estando em conformidade com os autores supracitados, ocorre o compartilhamento de ideias, valores, problemas, conhecimentos e recursos. Por este motivo, o atendimento às complexidades do desafio social e suas causas subjacentes é facilitado, como aponta Chalmers (2013).

Em complemento, é possível compreender a intensidade participação dos atores organizacionais no desenvolvimento da prática de inovação social pesquisada. Neste contexto, identifico que a relação entre a OSC e os financiadores é horizontal, isto é, baseada no uso da influência, poder e dinheiro na sustentação econômica da prática, conforme Lyon (2012). Enquanto isso, entre a OSC e os demais atores se caracteriza uma relação vertical, uma vez que eles se reconhecem de maneira equitativa e compartilham conhecimentos, ideias, contatos, equipamentos ou ainda indicam os serviços uns dos outros. Ademais, no capítulo seguinte apresento e discuto as implicações dos achados de pesquisa, bem como sugiro esforços futuros para o avanço da temática.

5 CONCLUSÕES

No intuito de analisar o empoderamento como prática de inovação social em uma organização da sociedade civil com enfoque no papel dos atores organizacionais que constituem a rede de inovação, a presente pesquisa buscou responder aos seguintes objetivos específicos: (1) caracterizar a prática de inovação social em seu contexto histórico-cultural; (2) investigar a realização das atividades que constituem a prática de inovação social; e (3) identificar a participação dos atores organizacionais no desenvolvimento da prática de inovação social.

Diante disso, em minha pesquisa, identifiquei que existiam diversos estigmas associados ao bairro do Roger, em especial no que se refere à violência e pobreza. Contudo, ao me inserir no campo e ouvir os relatos dos moradores, pude confirmar o que Campos (2008) dizia em seus estudos: apesar do presídio da cidade e do antigo lixão estarem localizados no bairro, os casos de violência severa partem de bairros vizinhos. Neste sentido, a vulnerabilidade social é presente no Roger, porém esta realidade tem sofrido algumas mudanças com o passar dos anos. Parte delas ocorrem em virtude da atuação da OSC pesquisada nas comunidades. Assim sendo, a partir de minhas análises, foi possível perceber que as ações de atendimento direto proporcionadas pela referida organização viabilizam o empoderamento das crianças e adolescentes matriculadas nas atividades.

Neste contexto, compreendi este empoderamento como exemplo de inovação social, uma vez que esta prática é percebida como nova pelas crianças e adolescentes e é oriunda de ações coletivas, intencionais e orientadas ao objetivo de gerar mudanças no contexto de vulnerabilidade social em que estão inseridas, a partir das atividades da OSC. Dessa maneira, o primeiro objetivo específico foi contemplado na descrição de como esta prática estava presente no cotidiano dos educandos da organização, bem como de que maneira as ações de atendimento direto proporcionadas, denominadas oficinas, incentivavam este empoderamento. Neste cenário, me chamou a atenção o fato de que desenvolvimento do poder pessoal e autonomia das crianças e adolescentes se davam a partir da cocriação nestas oficinas, norteadas pela perspectiva da OSC de utilizar metodologias participativas de ensino (educação popular), socioconstrutivismo e educação em direitos humanos.

Ao mesmo tempo, reconheço que o trabalho dos educadores pode ser refinado, potencializando os efeitos da prática, pela maior dedicação à reflexão de suas atitudes e comportamentos que, por vezes, choca-se com o referido posicionamento filosófico da OSC. Outro aspecto limitante se refere à disponibilidade de recursos financeiros e também de pessoal para o desenvolvimento de determinadas atividades planejadas. Ademais, em minhas análises,

constatei que os educandos também atuavam como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos na OSC sobre cidadania. Diante disso, percebo que o empoderamento se dá não só pela busca de individualidade e vislumbre de novos sonhos e alternativas profissionais, mas também pela contribuição à coletividade por meio do compartilhamento dos seus aprendizados. Neste sentido, percebo a inovação da prática se manifestando tanto em virtude da ótica dos beneficiados, uma vez que eles passam a enxergar oportunidades diferentes das oferecidas em uma realidade de vulnerabilidade social, como por romper as barreiras da individualidade e se estender para a sociedade, de modo que as crianças e adolescentes assumem um papel mais ativo nas mudanças que são realizadas em seu contexto.

Por esta razão, esta é uma inovação social que produz resultados mais duradouros, intangíveis, situados, contextuais, empoderadores e com maior participação dos beneficiados, uma vez que estes últimos não estão em uma posição de total dependência em relação às ações da OSC, mas são ajudados no seu processo de empoderamento. Nesta conjuntura, concluo que a prática de inovação social identificada se manifesta sob uma perspectiva mais orientada ao processo, em que as crianças e adolescentes aprendem a pescar e não só recebem o peixe, conforme delineamento teórico apresentado no *continuum* e inquietação do título desta dissertação. A partir deste direcionamento, a prática se modifica ao longo do tempo de acordo com o processo pessoal de empoderamento, sendo estimulada pelas atividades da OSC. Portanto, sua materialização ocorre por meio das próprias ações das crianças e adolescentes em seu dia a dia, de modo que eles se percebem cada vez mais como sujeitos capazes que possuem direitos e deveres.

Ademais, sabendo que o sucesso das inovações sociais se dá pelo reconhecimento social das atividades, identifiquei que a legitimação da prática ocorre em vista da valorização e apreço que os educandos e seus familiares têm pelas iniciativas da OSC, o que permite a continuidade destas ações no Roger e viabiliza o empoderamento, pois os conhecimentos adquiridos nas oficinas passam a integrar sua rotina. Associado a isso, a mudança provocada no contexto também se dá pela constante renovação dos planejamentos das oficinas e mapeamento de necessidades das comunidades que a OSC realiza para direcionar seus planos de trabalho. Neste sentido, percebi que o principal gatilho que levava ao desenvolvimento da inovação social era a própria situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, por meio das sondagens da OSC e demandas trazidas pelos educandos, eram definidos quais temas relacionados à efetivação dos direitos das crianças e adolescentes deveriam ser trabalhados nas oficinas ao longo do ano com vistas ao empoderamento.

Em tempo, a execução do segundo objetivo específico permitiu o alcance do primeiro e terceiro objetivos, pois foi a partir da investigação das atividades que a caracterização da prática e identificação da atuação dos atores da rede de inovação social puderam ser realizadas. Dessa forma, no que se refere ao terceiro objetivo específico, pude verificar a existência de nove atores organizacionais envolvidos no processo de inovação social e destaquei a intensidade de participação deles no desenvolvimento da prática. Assim sendo, a rede de inovação social possui uma atuação colaborativa, contudo, não há comunicação e compartilhamento de conhecimento entre todos eles. Diante disso, as inovações sociais são desenvolvidas sob uma perspectiva aberta, em que as ações são nutridas por fluxos de troca entre ambiente interno e externo que levam à aprendizagem coletiva.

Ao mesmo tempo, é perceptível que esta colaboração leva à mudança dos próprios atores envolvidos. Esta transformação pode ser percebida considerando que todos eles ajustam seus planos de trabalho de acordo com as demandas do grupo-alvo. Nesta compreensão, as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social acabam também por desencadear mudanças de atitudes, comportamentos e percepções nos demais atores. Baseada nestas considerações, percebo que os achados me permitem confirmar as proposições destacadas na introdução desta dissertação: (1) a inovação social é uma prática com formas mais ou menos duráveis, intangíveis, situadas e contextuais; e (2) a etnometodologia garfinkeliana é adequada à investigação empírica.

Assim sendo, os resultados desta pesquisa contribuem para o avanço do conhecimento sobre a temática de inovação social de diversas maneiras diferentes. Primeiro, pelos esforços em trazer maior clareza conceitual e robustez da perspectiva teórica a partir da proposição de um *continuum* para compreensão da inovação social como prática, conforme lacuna apontada por Howaldt, Domanski e Kaletka (2016) e van der Have e Rubalcaba (2016). Segundo, por somar aos estudos brasileiros ainda incipientes, de acordo com Patias et al. (2015) e Agostini et al. (2017), e se realizar em um *lócus* com nítidos problemas e desafios sociais, conforme oportunidade de pesquisa sugerida por Iwamoto e Cançado (2016). Terceiro, a investigação de como cada ator organizacional atua no desenvolvimento das inovações lança luz a respeito do processo de IS, contribuindo para o entendimento da dinâmica de mudança da prática e sua legitimação no contexto estudado, conforme lacunas identificadas por Silveira e Zilber (2017), Agostini et al. (2017), Howaldt, Kopp e Schwarz (2015) e Grimm et al. (2013).

Além disso, os resultados também são úteis ao desenvolvimento do campo de estudos por analisar longitudinalmente as inovações e seus efeitos em uma perspectiva comparativa de uma situação anterior e outra posterior em um dado contexto, conforme lacunas de pesquisa

apontadas por Ayob, Teasdale e Fagan (2016) e Maurer e Silva (2015). Em complemento, contribui por evidenciar como ocorre a ampliação do empoderamento das pessoas, atendendo a uma sugestão de pesquisa de Iwamoto e Cançado (2016). Ademais, do ponto de vista metodológico, esta dissertação contribui por se basear na etnometodologia garfinkeliana que permite o entendimento da dinâmica de mudança da prática em uma perspectiva mais interpretativista, além do fato de não terem sido encontrados estudos anteriores que utilizassem esta abordagem na investigação empírica de práticas de inovação social. Inclusive, o próprio fato de compreender o fenômeno como uma prática também é um avanço, pois segundo Howaldt, Domanski e Kaletka (2016), novas concepções teóricas são úteis aos estudos do tema.

Do ponto de vista prático, os achados da pesquisa fornecem *insights* aos integrantes da OSC e aos demais participantes da rede de inovação social por trazer um panorama do seu *status quo*, fornecendo subsídios às resoluções de problemas, decisões estratégicas e operacionais. Como também estimulam a difusão das práticas de inovação social em outros domínios, uma vez que as inovações bem-sucedidas são úteis aos legisladores com o intuito de produzir resultados sustentados, apropriados e relevantes às organizações e sociedade, conforme Phillips et al. (2015). Neste sentido, esta dissertação pode ser útil à criação de políticas públicas ou mesmo à aproximação com as instituições públicas, incentivando o fortalecimento da parceria entre os setores, como apontam Phillips et al. (2015) e Pelka e Terstriep (2016).

Ademais, destaco como limitação da pesquisa a impossibilidade de acompanhar as crianças e adolescentes em outros espaços, uma vez que estas observações permitiriam um entendimento mais aprofundado de como o empoderamento se manifesta. Apesar disso, foi possível estar com eles em um ou dois turnos dos seus dias durante atividades na OSC e observar suas interações com outras pessoas ao longo de seis meses. Além disso, algumas inquietações sobre a temática persistem, por exemplo: será que inovações sociais com formas mais tangíveis não podem também ser empoderadoras? Como ocorre a legitimação da prática em um contexto em que há pouca ou nenhuma participação ativa do grupo-alvo no processo? Quais as principais diferenças entre uma mesma prática de inovação social que é difundida para outros contextos? Neste sentido, acredito que estas podem ser questões interessantes de pesquisa para trabalhos futuros, como também a realização de um comparativo do desenvolvimento de uma prática de inovação social por um período maior de tempo, avaliando suas diferentes fases ao longo do *continuum*.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADAMOGLU DE OLIVEIRA, S. A.; MONTENEGRO, L. M. Etnometodologia: desvelando a alquimia da vivência cotidiana. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 1, p. 129-145, 2012.
- AGOSTINI, M. et al. An overview on social innovation research: guiding future studies. **Brazilian Business Review**, v. 14, n. 4, p. 385-402, 2017. Disponível em: <<http://migre.me/wlCfA>>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- ANDRÉ, I.; ABREU, A. Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra: **Revista portuguesa de geografia**, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.
- ATLAS DA VIOLÊNCIA. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/wlCgi>>. Acesso em: 24 mai. 2017.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Brasília: IPEA; FBSP, 2016. Disponível em: <<http://migre.me/wlCgi>>. Acesso em: 26 mai. 2017.
- AYOB, N.; TEASDALE, S.; FAGAN, K. How Social Innovation ‘Came to Be’: Tracing the Evolution of a Contested Concept. **Journal of Social Policy**, v. 45, n.4, p. 635-653, 2016.
- BERGAMINI, G. **Site Pessoal**. [200-?]. Disponível em: <<http://guilhermebergamini.com/lixao-do-roger/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. Harmondsworth: Penguin Books, 1991.
- BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.
- BISPO, L. M. C. Relicário urbano: uma leitura do Bairro do Roger na cidade de João Pessoa-PB (2003-2013). 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- BISPO, M. S. O processo de aprendizagem coletiva e o uso da tecnologia em agências de viagens: contribuições dos estudos baseados em prática e da etnometodologia. 2011. 156 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.
- BISPO, M. Estudos Baseados em Prática: Conceitos, História e Perspectivas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 13-33, 2013.
- BISPO, M. S. O Turismo como Prática Cultural Organizativa, Sociomaterial e Estética. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 125-137, 2016.

BISPO, M. S.; GODOY, A. S. A Etnometodologia enquanto Caminho Teórico-metodológico para Investigação da Aprendizagem nas Organizações. **RAC. Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, p. 684-704, 2012.

BISPO, M. S.; GODOY, A. S. Etnometodologia: Uma Proposta para Pesquisa em Estudos Organizacionais. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 12, n. 2, p. 108-135, 2014.

BISPO M. S.; SANTOS, I. S. A. A organização do cotidiano na orla de João Pessoa: um olhar etnometodológico da prática do voluntariado. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, n. 2, p. 379-416, 2014.

BOUCHARD, M. J. Social innovation, an analytical grid for understanding the social economy: the example of the Québec housing sector. **Service Business**, v. 6, n. 1, p. 47-59, 2012.

BOUCHARD, M. J. et al. A Relational Database to Understand Social Innovation and Its Impact on Social Transformation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 69-85.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília, [200-?].

BUTKEVIČIENĖ, E. Social Innovations in Rural Communities: Methodological Framework and Empirical Evidence. **Social Sciences/Socialini Mokslai**, v. 1, n. 63, p. 80-88, 2009.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 82, p. 42-51, 2014.

CAMPOS, R. Sociabilidade, Medo e Estigma no contexto urbano contemporâneo: o Bairro do Roger na cidade de João Pessoa – PB. 2008. 167 f. Monografia (Departamento de Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CASA PEQUENO DAVI. **Facebook**. 2017a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/casapequenodavi/>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CASA PEQUENO DAVI. **Página institucional**. 2017b. Disponível em: <<http://www.pequenodavi.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2017.

CASA PEQUENO DAVI. **Acervo de Fotos**. 2018. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAULIER-GRICE, J. et al. Social innovation overview: a deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe” (TEPSIE), European Commission–7th framework programme. **European Commission, DG Research, Brussels**, 2012.

CAVALCANTE, E. D. Os processos organizativos e de aprendizagem do turismo como prática na orla marítima de João Pessoa - PB. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CHALMERS, D. Social innovation: An exploration of the barriers faced by innovating organizations in the social economy. **Local Economy**, v. 28, n. 1, p. 17-34, 2012.

CHESBROUGH, H. W. The era of open innovation. **Sloan Management Review**, v. 44, n. 3, p. 35-41, 2003.

CHOI, N.; MAJUMDAR, S. Social Innovation: Towards a Conceptualisation. In: MAJUMDAR, S.; GUHA, S.; MARAKKATH, N. (Ed.). **Technology and Innovation for Social Change**. Springer India, 2015, p. 7-34.

CMDCA JP. **Página institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**. 2017. Disponível em: <<http://cmdcajp.blogspot.com.br/2017/08/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

COLLIN, P. **Dictionary of business**. London: A & C Black Publishers Ltd, 2006.

CORREIA, S. E. N. O papel do ator organizacional na inovação social. 2015. 222 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CORREIA, S. E. N.; OLIVEIRA, V.; GOMEZ, C. R. P. Dimensions of social innovation and the roles of organizational actor: the proposition of a framework. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 102-133, 2016.

COSTA, M; A.; MARGUTI, B. O. (Eds.). **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015.

CRESWELL, J. W. **Qualitative Inquiry & Research Design: choose among five approaches**. 3. ed. Thousand Oaks (California): Sage, 2013.

CRIANÇA ESPERANÇA. **Página institucional**. 2017. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/criancaesperanca/noticia/sobre-a-campanha.ghtml>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

DAWSON, P.; DANIEL, L. Understanding social innovation: a provisional framework. **International Journal of Technology Management**, v. 51, n. 1, p. 9-21, 2010.

DUARTE, G. Dicionário de administração e negócios. **KindleBookBr**. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/81DBck>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

EDWARDS-SCHACHTER, M. E.; MATTI, C. E.; ALCÁNTARA, E. Fostering quality of life through social innovation: A living lab methodology study case. **Review of Policy Research**, v. 29, n. 6, p. 672-692, 2012.

EUROPEAN COMMISSION. **Social innovation research in the European Union: Approaches, findings and future directions. Policy Review**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2016**. São Paulo: Coktail Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/MV8fWy>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Página institucional**. 2017. Disponível em: <<https://itausocial.org.br/pt-br/quem-somos/fundacao-itaui-social>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

FUNDAÇÃO SAN ZENO. **Página institucional**. 2017. Disponível em: <<http://www.fondazionesanzeno.org/chi-siamo>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

GERHARDT, A. F. L. M. Comprometimento Conjunto, Normatividade e Situatividade Entre os Muros da Escola. **Educação e Realidade**, v. 39, n. 3, p. 887-906, 2014.

GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. A. (Org.). **A Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 89-112.

GONZALEZ-MENA, J. **Fundamentos da educação infantil: ensinando crianças em uma sociedade diversificada**. 6. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda., 2015.

GRESSLER, L. A. **Introdução à Pesquisa**. São Paulo: Loyola, 2004.

GRIMM, R. et al. Social innovation, an answer to contemporary societal challenges? Locating the concept in theory and practice. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 26, n. 4, p. 436-455, 2013.

GUERRA, A.; POCHMANN, M.; SILVA, R. (Org.) **Atlas da exclusão social no Brasil: dez anos depois**, 1 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

HOCHGERNER, J. New Combinations of Social Practices in the Knowledge Society. In: FRANZ, H.-W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (Ed.). **Challenge Social Innovation: Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society**. Springer, 2012, p. 87-104.

HOWALDT, J.; DOMANSKI, D.; KALETKA, C. Social Innovation: towards a new innovation paradigm. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 6, p. 20-44, 2016.

HOWALDT, J.; KOPP, R.; SCHWARZ, M. Social Innovation as Drivers of Social Change – Exploring Tarde’s Contribution to Social Innovation Theory Building. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 29-51.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M., 2010. Social innovation: concepts, research fields and international trends. In: HENNING, K.; HEES, F. (Ed.). **Studies for Innovation in a Modern Working Environment – International Monitoring**, 1 ed. Aachen: IMA/ZLW & IfU – RWTH Aachen University, 2010.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2000. Disponível em: <<http://migre.me/vVOid>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: < <http://migre.me/vVOid> >. Acesso em: 24 jan. 2017.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2015. Disponível em: < <http://migre.me/wlAZX> >. Acesso em: 31 mar. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro trimestre de 2017**. 2017. Disponível em: < <https://goo.gl/FrW4FS> >. Acesso em: 01 ago. 2017.

IWAMOTO, H. M.; CANÇADO, A. C. Inovação Social e Emancipação: possíveis convergências. **Anais do XL Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD**. Costa do Sauípe: ANPAD, 25-28/09/2016.

LACOMBE, F. **Dicionário de negócios: mais de 6.000 termos em inglês e português**. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOPES, L. F.; SANTOS, B.; BROCHARDT, V. (Eds.). **Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014**. Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/GtsUzG> >. Acesso em: 02 ago. 2017.

LYON, F. Social Innovation, Co-operation, and Competition: Inter-organizational Relations for Social Enterprises in the Delivery of Public Services. In: NICHOLLS, A.; MURDOCK, A (Ed.). **Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets**. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 139-161.

MAURER, A. M.; SILVA, T. N. Como as Inovações Sociais criam e sustentam suas Práticas? Integrando Entendimentos de Inovação Social e Teoria de Práticas. **Anais do XXXIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD**. Belo Horizonte: ANPAD, 13-16/09/2015.

MELO, Z. M. Os estigmas: a deterioração da identidade social. **Anais do I Seminário Internacional Sociedade Inclusiva – PUC Minas**. Belo Horizonte: PUC Minas, 1999. Disponível em: < <https://goo.gl/66xPEY> >. Acesso em: 05 jun. 2017.

MCGOWAN, K.; WESTLEY, F. At the Root of Change: The History of Social Innovation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 52-68.

MERRIAM, S. B. **Qualitative Research: a guide to design and interpretation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MONTGOMERY, T. Are Social Innovation Paradigms Incommensurable?. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, p. 1979-2000.

MOULAERT, F. et al. Towards Alternative Model(s) of Local Innovation. **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1969-1990, 2005.

MULGAN, G. et al. **Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated**. London: The Basingstoke Press, 2007.

MUMFORD, M. D. Social Innovation: Ten Cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002.

MURRAY, R.; MULGAN, G.; CAULIER-GRICE, J. How to Innovate: The tools for social innovation – circulated for comment. **The Young Foundation Resources**, 2008. Disponível em: < <http://migre.me/wlCiL>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

NEUMEIER, S. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research? Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. **Sociologia Ruralis**, v. 52, n. 1, p. 48-69, 2012.

NEUMEIER, S. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **The Geographical Journal**, v. 183, n. 1, p. 34-46, 2016.

NICHOLLS, A.; MURDOCK, A. The Nature of Social Innovation. In: NICHOLLS, A.; MURDOCK, A (Ed.). **Social Innovation: Blurring Boundaries to Reconfigure Markets**. New York: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1-30.

NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M. Introduction: Dimensions of Social Innovation. In: NICHOLLS, A.; SIMON, J.; GABRIEL, M (Org.). **New Frontiers In Social Innovation Research**. New York: Palgrave Macmillan, 2015, p. 1-26.

OBSERVATÓRIO DO PNE. **Metas do PNE**. Disponível em: < <http://migre.me/wH111>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

OLIVEIRA, A. Lixão fechado há dez anos continua recebendo resíduos em João Pessoa. **G1 Paraíba**, João Pessoa, 04 ago. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/3sR2dm>>. Acesso em: 09 set. 2017.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M. S.; MELLO, S. C. B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PATIAS, T. Z. et al. A Constituição da Inovação Social como Campo de Pesquisa: um Resgate Teórico e uma Agenda para Trabalhos Futuros. **Anais do XXXIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD**. Belo Horizonte: ANPAD, 13-16/09/2015.

PELKA, B.; TERSTRIEP, J. Mapping Social Innovation Maps: The State of Research Practice across Europe. **European Public & Social Innovation Review**, San Sebastián, v. 1, n. 1, p. 3-16, 2016.

PESSOA, V. C. S. Bairro do Roger em João Pessoa-PB: o lugar e suas práticas culturais. 2012. 111 f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

PHILLIPS, W. et al. Social Innovation and Social Entrepreneurship: A Systematic Review. **Group & Organization Management**, v. 40, n. 3, p. 428-461, 2015.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering Social Innovation. **Stanford Social Innovation Review**, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

POL, E.; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, n. 6, p. 878-885, 2009.

RAWLS, A. W. Harold Garfinkel, Ethnomethodology and Workplace Studies. **Organization Studies**, v. 29, n. 05, p.701-732, 2008.

REMAR. **Página institucional**. 2017. Disponível em: <<http://redemargarida.blogspot.com.br>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

SANZO, M. J. et al. Business–nonprofit partnerships: a new form of collaboration in a corporate responsibility and social innovation context. **Service Business**, v. 9, n. 4, p. 611-636, 2015.

SCHATZKI, T. R. Introduction: Practice Theory. In: SCHATZKI, T. R.; CETINA, K. K.; SAVIGNY, E. V. (Ed.). **The Practice Turn In Contemporary Theory**. London: Routledge, 2001, p. 10-23.

SCHEIN, E. H. **Psicologia Organizacional**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1982. Cap 2.

SCHUTZ, E. et al. Ações Socioeducativas como Práticas de Inovações Sociais: Um Estudo de Caso. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 343-379, 2017.

SHARRA, R.; NYSSSENS, M. Social innovation: an Interdisciplinary and Critical Review of the Concept. **Université Catholique de Louvain Belgium**, p. 1-15, 2010.

SILVA, S. B.; BITENCOURT, C. C. Rumo a um Quadro Conceitual para o Estudo de “Redes de Inovação Social”. **Anais do IX Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD – Eneo**. Belo Horizonte: ANPAD, 15-17/05/2016.

SILVEIRA, F. F.; ZILBER, S. N. Is social innovation about innovation? A bibliometric study identifying the main authors, citations and co-citations over 20 years. **International Journal of Entrepreneurship and Innovation Management**, v. 21, n. 6, p. 459-484, 2017.

STAKE, R. E. Estudos de caso qualitativos. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **The Sage handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 443-466.

TANIMOTO, K. The emergent process of social innovation: multi-stakeholders perspective. **International Journal of Innovation and Regional Development** 5, v. 4, n. 3-4, p. 267-280, 2012.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l’innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales. **Cahiers du CRISES**. Québec, 2005.

TELLO-ROZAS, S. Inclusive Innovations Through Social and Solidarity Economy Initiatives: A Process Analysis of a Peruvian Case Study. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 1, p. 61-85, 2016.

TEN HAVE, P. **Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology**. London: Sage, 2004.

TONDOLO, R.; BITENCOURT, C.; VACCARO, G. Capital social organizacional em um projeto interorganizacional: um estudo desenvolvido no terceiro Setor. **Revista de Administração da UFSM**, v. 10, n. 1, p. 8-23, 2017.

Topografia Social da cidade de João Pessoa - PB. Disponível em: < <https://goo.gl/rAsQWT> >. Acesso em: 16 set. 2017.

TORRACO, R. J. Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE ESCREVER SOBRE ONGS. São Paulo: ABONG; OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE CIVIL, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/D9s4JL> >. Acesso em: 05 ago. 2017.

UNPD. **Human Development Report**. 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/b7WR73> >. Acesso em: 01 ago. 2017.

VAN DER HAVE, R. P.; RUBALCABA, L. Social innovation research: An emerging area of innovation studies? **Research Policy**, v. 45, n. 9, p. 1923-1935, 2016.

WEERAKKODY, V.; GHONEIM, A.; SCHRÖDER, A. From the Special Issue Editors: Social Innovation in the Public Sector. **Information Systems Management**, v. 31, n. 3, p. 184-186, 2014.

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA OSC

Dados de identificação

Título do Projeto: **Dar o Peixe ou Ensinar a Pescar? O Desenvolvimento de Práticas de Inovação Social em uma Organização da Sociedade Civil**

Pesquisadora Responsável: **Thaís Teles Firmino**

Instituição a que pertence a Pesquisadora Responsável: **Universidade Federal da Paraíba**

Telefone para contato: (83) 993 295 205

Nome da Empresa: _____

CNPJ: _____

Prezado (a) Senhor (a),

A **OSC** _____ está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “**Dar o Peixe ou Ensinar a Pescar? O Desenvolvimento de Práticas de Inovação Social em uma Organização da Sociedade Civil**”, de responsabilidade da pesquisadora **Thaís Teles Firmino**. Esta pesquisa faz parte da construção da dissertação de mestrado da referida pesquisadora na área de Administração de Empresas na linha de pesquisa de Administração e Sociedade da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A referida pesquisa tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento de uma prática de inovação social empreendida por intermédio da OSC, assim como identificar a participação dos seus parceiros neste processo. Os métodos utilizados para pesquisa são a observação *in loco* das pessoas trabalhando, fotos, gravações de áudio e vídeo das interações entre os integrantes da OSC, assim como entre os integrantes e seu público-alvo, além da análise de documentos relacionados ao desenvolvimento das inovações e entrevistas individuais e/ou em grupo que também poderão ser gravadas caso haja a autorização do (s) entrevistado (s). Não existem riscos ou desconfortos associados à pesquisa para os participantes. Espera-se como benefício da pesquisa uma compreensão aprofundada de como ocorre o desenvolvimento da prática na OSC, assim como utilizar os resultados para melhor desempenho dos integrantes da OSC e como material que vise a aproximação com outras instituições, inclusive viabilizando a criação de políticas públicas. A sua participação é **VOLUNTÁRIA** e a desistência poderá ocorrer em qualquer momento. Caso haja alguma dúvida sobre os procedimentos ou riscos da pesquisa eu estarei à disposição para os esclarecimentos devidos. É importante ressaltar que as informações coletadas durante a pesquisa são **CONFIDENCIAIS**, assim, só serão divulgadas informações autorizadas por você.

Neste sentido, declaro que minha concordância está condicionada aos seguintes requisitos:

a) Anonimamente, isto é, que a divulgação dos resultados seja feita sem mencionar os nomes dos participantes envolvidos ()

- b) Sem anonimato ()
- c) Que se possa ter acesso aos dados coletados ()
- d) Que tenha acesso aos produtos finais da análise e de sua interpretação antes de sua divulgação pública ()
- e) Que, caso necessário, minha reação diante dessas interpretações sejam incorporadas antes de sua divulgação pública ().

Desde já agradeço a atenção e o apoio.

Eu, _____, coordenador geral da OSC, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo com a participação da OSC no projeto de pesquisa acima descrito.

Tendo em vista a declaração do participante acima assinado, eu, Thaís Teles Firmino, assumo a responsabilidade total de cumprir as condições de pesquisa descritas, atendendo aos requisitos demandados pelos participantes.

João Pessoa, 15 de Junho de 2017.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE B – CARTA DE INFORMAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS

O projeto de pesquisa “**Dar o Peixe ou Ensinar a Pescar? O Desenvolvimento de Práticas de Inovação Social em uma Organização da Sociedade Civil**” se propõe a estudar como ocorre o desenvolvimento de inovações sociais. Os dados para o estudo serão coletados através da realização de observação nas instalações da OSC, conversas informais, análise de documentos da OSC e entrevistas junto aos que trabalham e frequentam a organização. Todos os procedimentos da pesquisa serão conduzidos pela Pesquisadora por meio de anotações, gravações de áudio e vídeo e o contato interpessoal daí decorrente não oferece riscos aos participantes.

Em qualquer etapa do estudo você terá acesso à Pesquisadora para o esclarecimento de eventuais dúvidas no endereço abaixo. Caso você tenha alguma consideração ou dúvida sobre os aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Orientador do estudo que é professor-pesquisador do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, Universidade Federal da Paraíba - Via Expressa Padre Zé, 289 - Castelo Branco III.

Aos participantes cabe o direito de se retirar do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum. As informações coletadas serão analisadas em conjunto com a de outros participantes e será garantido sigilo absoluto sobre as questões respondidas, sendo resguardado o nome dos participantes.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Thaís Teles Firmino – Pesquisadora

André Gustavo Carvalho Machado – Orientador

Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal da Paraíba
Endereço: Campus I, Universidade Federal da Paraíba - Via Expressa Padre Zé, 289 - Castelo Branco III. João Pessoa - PB, 58051-900. Telefone para contato: (83) 3216-7176

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, que atende às exigências legais, o (a) senhor (a) _____, sujeito da pesquisa acima especificada, após leitura da CARTA DE INFORMAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS, ciente dos procedimentos a serem realizados, seus desconfortos, riscos e garantias de confidencialidade e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e do explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO de concordância em participar da pesquisa proposta.

Fica claro que o responsável pode, a qualquer momento, retirar seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO e deixar de participar da pesquisa, e fica ciente que todo trabalho realizado se torna informação confidencial, guardada por força do sigilo profissional.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do sujeito de pesquisa

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS EDUCANDOS

1. Vamos começar nos apresentando? Meu nome é Thaís, eu tenho 24 anos e estudo na UFPB. E você? (nome, idade, onde estuda, qual a série).
 - 1.1 Como é a sua escola? Você gosta de lá?
 - 1.2 Como é o seu bairro? Você gosta de lá?
2. Me conta como é seu dia a dia: o que você faz logo que acorda? E ao longo do dia? E nos finais de semana?
3. Com quem você mora? Como é a sua casa? As pessoas que moram com você trabalham com o que?
4. O que tem de mais legal acontecendo na sua vida agora ou que aconteceu recentemente?
5. Tem alguma coisa que você sonha fazer ou algum lugar que sonha conhecer?
6. Imagine a seguinte situação: vai acontecer um desastre no planeta Terra e lhe são dados poderes para escolher cinco pessoas para ir com você a outro planeta, igual aos filmes, quem você levaria? Por que? Chegando no outro planeta você poderá construir uma cidade do zero...o que você iria construir por lá?
7. Agora me conta: como você veio parar na Casa Pequeno Davi?
 - 7.1 Por que você (não) quis entrar na CPD?
 - 7.2 Há quanto tempo você participa das atividades aqui?
 - 7.3 Já fez ou faz quais oficinas? Quais as suas favoritas? Por que?
 - 7.4 O que mudou na sua vida depois de ter entrado na CPD? E o que você está tentando mudar agora?
 - 7.5 O que você aprende na CPD você pratica em outros lugares? E ensina para mais alguém em sua casa ou na escola?
8. Quando você crescer e tiver que sair da CPD, quais são seus planos? Sua família ou quem mora com você apoia estes planos?
9. Tem algo que você quer me contar ou acha que eu deveria saber sobre as mudanças em sua vida ou seus planos futuros?
10. Você quer me fazer alguma pergunta?